

**"Observações Sobre o Trabalho Feminino Formal nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife neste Final de Século".**

Adriana Strasburg de Camargo Andrade

Dissertação a ser submetida ao corpo docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de Mestre em Economia Social e do Trabalho, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Pochmann.

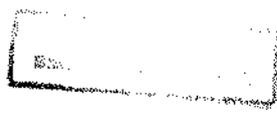
Este exemplar corresponde ao original da Dissertação de mestrado defendida por Adriana Strasburg de Camargo Andrade em 10/06/99 e orientada pelo Prof. Dr. Márcio Pochmann.

CP6/IE, 10/06/99



UNICAMP, JUNHO/1999

49/14923



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	
V.º	38231
P.º	229/99
Q.º	0
R.º	0
S.º	0
T.º	0
U.º	0
V.º	0
W.º	0
X.º	0
Y.º	0
Z.º	0
DD	10/05/99
N.º CPD	

CM-00134294-9

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

An24o

**Andrade, Adriana Strasburg de Camargo**

Observações sobre o trabalho feminino formal nas regiões metropolitanas de São Paulo e Recife neste final de século / Adriana Strasburg de Camargo Andrade – Campinas, SP : [s.n.], 1999.

Orientador: Márcio Pochmann

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Trabalho feminino. 2. Trabalho – 1990-1995. 3. Mercado de trabalho. I. Pochmann, Márcio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

*Para os amados Nilza e João Carlos.*

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Profa. Dra. Eugênia Troncoso Leone pela dedicação incondicional no acompanhamento desta dissertação. Seu interesse pelas questões de gênero e uma absoluta competência profissional aliados a uma paciência 'oriental' e alguma dose de instinto 'maternal', confesso, foram os elementos capazes de me confortar nas horas mais difíceis do processo de elaboração deste trabalho.

Na seqüência, toma lugar em meus agradecimentos, todo o corpo docente do programa de pós-graduação em Economia Social e do Trabalho, que com muita acuidade apresentou as problemáticas que permeiam as relações econômicas, sociais e do mercado de trabalho.

Ao Prof. Dr. Márcio Pochmann, pelo incentivo para que eu concorresse a uma vaga no curso de Mestrado em Economia Social e do Trabalho e pela orientação nesta dissertação.

Ainda com relação ao corpo docente, teço agradecimento especial aos professores Sônia Draibe e Claudio Dedecca, pelo apoio à escolha do tema 'trabalho feminino' e pelo carinho com que comigo discutiram-no, me proporcionando um enriquecimento intelectual.

Gostaria também de agradecer à Bel Baltar, pela concessão ao acesso ao *Seminário Gênero e Trabalho*, onde tive o privilégio de ouvir os debates mais recentes acerca das problemáticas de gênero, ao Sr. Alfonso Árias, pelos esclarecimentos sobre as limitações analíticas da RAIS e que foram de fundamental importância para a elaboração desta dissertação e, a Eliane Rosandiski (e seu Rodriguinho), pelo material concedido para a elaboração de parte desta dissertação, bem como pela dedicação com que, muitas vezes me ensinou a processar tabulações da RAIS e PNAD.

Como não poderia deixar de ser, agradeço aos colegas de turma, pela convivência harmoniosa que fez com que pudéssemos, juntos, crescer intelectualmente.

Merecem menção especial os amigos Valéria, pelo companheirismo e amizade, André Martins, pela dedicação incondicional na coleta de material de meu interesse, em meio às suas "peregrinações bibliotecárias" e Carmem Nogueira, uma espécie de "metamorfose" de irmã, mãe e amiga, pelo carinho e fidelidade com que vem acompanhando e incentivando meus passos na vida acadêmica.

Agradeço ainda ao pessoal do xerox, secretaria, biblioteca e serventia, pela amizade e competência com que procuram solucionar os problemas práticos de nosso cotidiano universitário, em especial ao Licério e Ana Neri.

Aos queridos Ângelo e Jéssica, pelo apoio ao projeto de vida profissional que abracei a partir do Ingresso neste Programa de Pós Graduação e pela paciência e compreensão à minha ansiedade (e alguma dose de mau humor) nos muitos finais de semana em que me dediquei a este trabalho, sem prestar-lhes a merecida atenção e carinho.

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, instituição financiadora, pelo apoio concedido a este tema de pesquisa.

## Índice

<b>Apresentação</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo 1 Desenvolvimento Econômico e Trabalho Feminino no Brasil.</b>	<b>11</b>
1. O Desenvolvimento Econômico e a Dinamização do Mercado de Trabalho Urbano (1940/80).	12
2. A Estagnação Econômica dos Anos 80 e a Continuidade da Absorção da Mão-de-obra Feminina.	19
3. A Retração do Mercado de Trabalho na Década de 1990 e o Arrefecimento da "Conquista Feminina" ?	31
<b>Capítulo 2 A Absorção da Mão-de-obra Feminina nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife sob o Contexto de Desestruturação dos Mercados de Trabalho na Década de 90.</b>	<b>36</b>
1. A Continuidade do Crescimento da Atividade Feminina na Região Metropolitana de São Paulo.	38
2. Sinais de Esgotamento na Absorção da Mão-de-obra e Algumas Características do Desemprego Feminino.	41
3. As Alterações na Estrutura Ocupacional Feminina nos Anos 90: informalidade e precarização.	46
4. A Constatação da Disparidade da Atividade Feminina em Regiões Metropolitanas a partir da Comparação entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife.	50
<b>Capítulo 3 As Principais Alterações no Emprego Formal Feminino Urbano na Década de 1990.</b>	<b>56</b>
1. As Alterações na Estrutura Setorial do Emprego Formal da Região Metropolitana de São Paulo	57
2. As Alterações na Estrutura Ocupacional na Indústria de Transformação da Região Metropolitana de São Paulo.	61
3. A Dinâmica do Emprego Feminino no Setor Terciário Privado da RMSP.	64
4. O Emprego no Setor da Administração Pública.	69
5. O Estreitamento do Leque Ocupacional nos anos 90.	72
6. O Impacto Sobre o Rendimento do Trabalho Feminino.	77
7. O Aspecto da Escolaridade da Mão-de-obra.	82
8. A Disparidade Inter-regional da Inserção da Mão-de-obra Feminina entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife.	88
<b>Considerações finais</b>	<b>94</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>99</b>

## Índice de Tabelas

Tabela 01:	Indicadores da Participação Feminina e Masculina Região Metropolitana de São Paulo, 1990/1995.	39
Tabela 02:	Evolução da Taxa de Participação por Sexo, Segundo a faixa Etária Região Metropolitana de São Paulo, 1989/96.	40
Tabela 03:	Taxas de Desemprego por Sexo, Segundo a Faixa Etária Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1996.	43
Tabela 04:	Taxas de Desemprego, por Tipo Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1996.	44
Tabela 05:	Distribuição de Homens e Mulheres Ocupados, segundo Posição na Ocupação. Região Metropolitana de São Paulo, 1989/97.	46
Tabela 06:	Distribuição de Mulheres e Homens Ocupados, por Categorias de Inserção Produtiva Região Metropolitana de São Paulo, 1990 e 1995.	49
Tabela 07:	Distribuição de Mulheres e homens Ocupados, por Categorias de Inserção Produtiva. Região Metropolitana de Recife, 1990 e 1995.	52
Tabela 08:	Distribuição do Emprego por Setores de Atividade Região Metropolitana de São Paulo, 1989/95.	58
Tabela 09:	Participação e Distribuição da Mão-de-obra, por Sexo, na Indústria de Transformação Região Metropolitana de São Paulo, 1989/95.	61
Tabela 10:	Participação e Distribuição da Mão-de-obra, por Sexo, no Setor de Comércio. Região Metropolitana de São Paulo, 1989/95.	65
Tabela 11:	Participação e Distribuição da Mão-de-obra, por Sexo, no Setor de Serviços Região Metropolitana de São Paulo, 1989/95.	66
Tabela 12:	Participação e Distribuição da Mão-de-obra, por Sexo, no Setor de Adm. Pública Região Metropolitana de São Paulo, 1989/95.	70
Tabela 13:	Participação e Distribuição, por Grupos Ocupacionais CBO, da Mão-de-obra Feminina e Masculina no mercado de Trabalho Formal RMSP, 1989/95.	72
Tabela 14:	Distribuição e Diferencial da Remuneração entre a Mão-de-obra Masculina e Feminina RMSP 1989 e 1995.	78
Tabela 15:	Desigualdade de Rendimento entre os Sexos, por Setores de Atividade, Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995.	79
Tabela 16:	Diferencial de Rendimento do trabalho Feminino, por Setores de Atividade Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995.	81
Tabela 17:	Distribuição da Escolaridade da Mão-de-obra Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995.	83
Tabela 18:	Distribuição da Escolaridade dos Ocupados (formais e independente do vínculo) Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995.	84
Tabela 19:	Distribuição da Escolaridade da Mão-de-obra Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995.	85
Tabela 20:	Participação e Distribuição do Emprego Feminino, por Setores de Atividade Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife, 1995.	89
Tabela 21:	Participação e Distribuição Ocupacional Feminina Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife, 1995.	90
Tabela 22:	Desigualdade de Rendimento do Emprego Feminino, por Setores de Atividade Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife, 1995.	92
Tabela 23:	Escolaridade da Mão-de-obra Feminina Regiões Metropolitanas de Recife e São Paulo, 1995.	93

*Cesse de uma vez meu vão desejo*

*de que o poema sirva a todas as fomes...*

*...letras eu quero é pra pedir emprego,*

*agradecer favores,*

*escrever meu nome completo.*

*O mais são as mal-traçadas linhas.*

**Adélia Prado**

## **Apresentação**

O mundo aproxima-se do final do século XX mergulhado em um clima de profundas mudanças sociais, econômicas, tecnológicas, políticas e culturais, dotadas de tal amplitude e voracidade que têm alterado praticamente todos os aspectos da vida social, com efeitos muitas vezes perversos e, nem sempre antecipados.

O processo de inovação tecnológica em curso, a maior internacionalização da economia e o aumento da concorrência intercapitalista, a “desregulamentação” dos mercados por influência de políticas de inspiração neoliberal associada à crise dos Estados Nacionais e a conseqüente perda de sua capacidade de gastos sociais constituem, entre outras, fatores causais das transformações mais recentes.

Diante desta realidade, as economias nacionais passam a registrar taxas de crescimento não muito elevadas e as empresas, por seu turno, procuram (re)estruturar-se, buscando uma maior flexibilidade no uso do capital e do trabalho, dada a necessidade de ampliação de sua competitividade frente à internacionalização dos mercados, reduzindo custos e ociosidade, minimizando, quando possível, os riscos inerentes à instabilidade financeira e à incerteza dos mercados.

As formas de uso da mão-de-obra também se alteram, criando novas ocupações caracterizadas pela utilização de empregados em tempo parcial, subcontratados, “trainees”, entre outras. Os empregados que permanecem nas grandes organizações, em estruturas cada vez mais comprimidas, tendem a tomarem-se multifuncionais, podendo adquirir maior autonomia mas também responsabilidades. Entretanto, este segmento da mão-de-obra, além de mais seletivo, parece, cada vez mais, representar uma parcela minoritária do conjunto da força de trabalho, configurando assim, uma ruptura do compromisso social, bem como das esferas econômica e política anteriormente sacramentadas pelo padrão norte-americano de industrialização.

A experiência de forte regulação entre os atores sociais, que marcou a expansão capitalista nas décadas anteriores, foi interrompida pelo uso freqüente de políticas econômicas e sociais conservadoras que penalizam o emprego e a população mais carente, conquanto resultem em baixas taxas inflacionárias. De outra parte, as estruturas do *Welfare State* são enfraquecidas tanto pelo esfacelamento dos mecanismos de

financiamento que lhes conferiam suporte, quanto pelo movimento de desregulamentação e focalização do papel do setor público.

Esta onda geral de reestruturação capitalista, imposta pela "mais nova realidade global" e responsável pela dicotomia novo padrão produtivo/velha relação salarial faz com que se agudize o descompasso entre produção e salários, além de significar uma redução na geração de novos empregos e, conseqüentemente, um aumento das desigualdades sociais.

O Brasil não foge a esta regra. Entretanto, diversamente das economias centrais, por suas características tardias de desenvolvimento, historicamente marcadas por relações anti-democráticas, o país viu-se a partir de 1980, em meio a um quadro de estagnação das atividades econômicas, instabilidade monetária e transferência de recursos ao exterior, impedido da constituição de forças indispensáveis à incorporação de um novo padrão de desenvolvimento compatível com o paradigma produtivo vigente nos países capitalistas avançados.

Assim, os efeitos da abertura econômica indiscriminada do país ao comércio internacional a partir do início dos anos 90 tem levado à desativação de boa parte da cadeia produtiva constituída a nível nacional, ocasionando uma baixa sistemática no nível global de empregos, em especial dos protegidos pela legislação trabalhista e previdenciária.

Ou seja, se de 1940 a 1980 apresentou-se no país um movimento rumo à estruturação dos mercados de trabalho urbano-brasileiros, bem como uma valorização dos estatutos do trabalho, a partir de 1980, explicita-se um quadro progressivo de ruptura com o ciclo de crescimento progresso acompanhado de um paulatina desestruturação do mercado de trabalho e desvalorização destes mesmos estatutos.

No entanto, em meio a este quadro sobremaneira pessimista, merece destaque o papel que as mulheres vem exercendo.

Observa-se uma crescente participação feminina nos mercados de trabalho urbanos desde o início do processo de industrialização, não demonstrando sinais de retrocesso em nenhum dos períodos críticos que a economia do país experimentou, sobretudo a partir dos anos 80.

Explicar a inserção feminina no mercado de trabalho através de argumentos de cunho estrutural tem pontuado diversos estudos desde os anos 60. Embora não se possa desconsiderar este enfoque, os anos 90 exigem que se agregue também os elementos

conjunturais relacionados ao movimento geral de retração do emprego e, conseqüentemente, do desemprego aberto e das ocupações precárias, para que se tenha uma visão mais ampla da questão.

A preocupação deste trabalho é, portanto, verificar o que vem ocorrendo com a força de trabalho feminina nos anos 90, diante do movimento geral de retração do emprego assalariado no Brasil, em especial a alocada no mercado de trabalho urbano, formal e regulamentado.

Esta dissertação baseia-se em dados empíricos das Regiões Metropolitanas de São Paulo e, subsidiariamente, de Recife coletados pelo Ministério do Trabalho, através da Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS).

A escolha pela Região Metropolitana de São Paulo deve-se ao fato de ser esta uma região bastante diversificada em termos ocupacionais, amplamente estruturada e conseqüentemente, imediatamente sensível às oscilações da atividade econômica nacional, bem como aos processos de reestruturação produtiva e organizacional das empresas.

Os dados relativos à Região Metropolitana de Recife, por seu turno, são tomados sempre que necessário, em momentos determinados, a título de breve constatação das disparidades inter-regionais brasileiras a cerca do trabalho feminino.

Para atingir o objetivo perseguido por este trabalho, toma-se importante delinear o processo de inserção da mão-de-obra feminina nos períodos progressos ao anos 90, para que seja possível ter uma visão mais geral do processo de incorporação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro e, ainda que de maneira sucinta neste trabalho, entender os processos societários mais amplos que interagiram nesta dinâmica através da contribuição que os estudos de gênero têm fornecido a respeito.

Assim, o presente estudo encontra-se dividido em três partes. A primeira (capítulo 1) procura traçar um panorama, ainda que breve, do desenvolvimento econômico e do mercado de trabalho urbano brasileiro desde o processo de industrialização (anos 50) conectando-os a uma 'reconstituição' histórico-social da inserção feminina neste mercado de trabalho. A Segunda (capítulo 2), procura verificar como vem se dando, nos anos 90, a absorção da mão-de-obra feminina sob um contexto de desestruturação dos mercados de trabalho urbanos. Por fim, a terceira (capítulo 3), procura analisar algumas das principais alterações no emprego formal feminino urbano entre os anos de 1989 e 1995.

## **Capítulo 1 *Desenvolvimento Econômico e Trabalho Feminino no Brasil.***

A reconstituição histórica do processo de inserção feminina no mercado de trabalho urbano-brasileiro parece revelar o mesmo como resultante de uma interação entre o desenvolvimento econômico e industrial do país e alguns processos societários mais amplos, como por exemplo a urbanização, a queda da fecundidade, a expansão da escolaridade e as alterações dos padrões de comportamentos e dos valores relativos ao papel social das mulheres.

No entanto, assim como o desenvolvimento econômico/industrial e do mercado de trabalho pode, e deve, ser compreendido e descrito segundo uma periodicidade que distingue claramente um período de desenvolvimento e consolidação de um mercado de trabalho urbano (40-70), seguido de um interregno marcado por uma ruptura desta tendência (anos 80), e por fim, da consolidação de um processo de desestruturação do mercado de trabalho e desvalorização dos estatutos do trabalho (anos 90), os processos societários aos quais se fez referência, e que vem permeando a inserção feminina neste mercado de trabalho desde o início do processo de industrialização brasileira, parecem também obedecer a uma certa periodização, mesmo que ao longo do tempo venham a parecer um todo praticamente indissociável.

Como uma opção metodológica, este capítulo introdutório da dissertação procura resgatar alguns destes processos, que a partir deste momento serão denominados "questões de gênero", conectando-os à periodização geralmente adotada para tratar o desenvolvimento econômico/industrial e, conseqüentemente do mercado de trabalho urbano do país.

Desta forma, o capítulo encontra-se segmentado em três itens, relativos, respectivamente aos períodos, de 1940 a 1980, a década de 1980 e, por fim, os anos 90. Na forma de sub-itens serão tratadas as "questões de gênero" que emergiram conforme esta periodização.

## 1. O Desenvolvimento Econômico e a Dinamização do Mercado de Trabalho Urbano (1940/80).

O esforço brasileiro, empenhado em incorporar o padrão de desenvolvimento norte-americano, pautado na forma *fordista* de produção, conformou-se na década de 1930, provocando profundas alterações dos processos produtivos e de trabalho até então vigentes.

A partir de meados da década de 50, o amplo grau de dependência e subordinação à economia mundial capitalista trouxe novos desafios a serem vencidos no sentido da implementação de um sistema produtivo nacional, diversificado e integrado, o qual acreditava-se capaz de colocar o país na rota da superação da dependência e do subdesenvolvimento. Assim, entre 1955 e 1961, o Estado brasileiro promoveu, a partir de um esforço de articulação entre capital estatal, setor privado nacional e interesses internacionais, uma política consciente no sentido de edificar o pilar necessário à autodeterminação do capital no interior da estrutura produtiva do país.

A partir da consolidação de uma nova base de acumulação capaz de propiciar um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de duráveis, desconectado de uma demanda previamente determinada, em um processo que se convencionou chamar por industrialização pesada<sup>1</sup>, o Brasil configura-se em um fértil terreno para a expansão da produção e comercialização de produtos industrializados.

Do ponto de vista dos interesses internacionais, em meio ao processo de internacionalização do capital, houve clara preponderância inicial do afluxo de capital de origem européia, através da instalação de suas empresas no Brasil. No entanto, este movimento representou apenas a abertura da porta de entrada para o afluxo de capital proveniente de outras partes, devendo-se, por um lado, ao desafio de sustentação da competitividade das indústrias no bojo da reconstrução do pós-guerra, através da conquista de novos mercados e, por outro, aos incentivos proporcionados pela política econômica brasileira no período<sup>2</sup>.

Deste modo, observa-se que já a partir de 1955, aprofundou-se um amplo processo de instalação no país de grandes empresas multinacionais, com estruturas amplamente

---

<sup>1</sup> A descrição sobre o processo de industrialização nacional encontra-se em Cardoso de Mello (1982) e Tavares (1985), entre outros.

<sup>2</sup> Sobre o movimento da política econômica brasileira no período ver Teixeira (1992).

hierarquizadas e departamentalizadas, e portanto, com grande potencial de absorção de recursos humanos.

Não só os interesses internacionais foram contemplados neste processo. Como bem aponta Cardoso de Mello (1982), *“a industrialização pesada promoveu uma forte expansão do capital industrial nacional. Nos setores metal-mecânicos que se instalam, a demanda derivada da grande empresa estrangeira estimula o surgimento, crescimento e modernização da pequena e média empresa nacional, conformando-se um oligopólio diferenciado, nucleado pela grande empresa estrangeira, com um cordão de pequenas e médias empresas nacionais, tanto fornecedoras quanto distribuidoras”* (p. 120).

Esta ampla gama de “espaços” produtivos criados em decorrência do processo de industrialização e de consolidação da indústria manufatureira como eixo central da economia nacional proporcionou um aumento substancial da demanda por mão-de-obra. Muitas vezes, estes recém criados postos de trabalho passaram a ser preenchidos por mulheres.

Não parece coincidência, portanto, que o aumento das possibilidades de inserção, nesta primeira fase da industrialização, esteja relacionado ao início do crescimento tanto na taxa de atividade quanto na proporção feminina da PEA, que passam, segundo os recenseamentos gerais do Brasil do IBGE, de 13,5% para 16,4% e de 14,7% para 17,9% de 1950 a 1960, crescendo a partir de então, ininterruptamente<sup>3</sup>.

Não obstante uma breve fase de desaceleração das atividades econômicas e da aceleração inflacionária apresentada no início dos anos 60<sup>4</sup>, o país assiste de 1968 a 1974 o que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”<sup>5</sup>, período em que se conjugaram altas taxas de crescimento, elevação da formação bruta de capital fixo (a taxa

---

<sup>3</sup> Na realidade, a redução da participação feminina do início do século até a década de cinquenta engloba fatores estruturais relacionados aos processos migratórios campo/cidade, bem como ao amplo desenvolvimento industrial do início do século que, ao incorporar um grande contingente de trabalhadores acabou por reduzir a participação feminina no mercado de trabalho.

<sup>4</sup> A partir de 1962, após uma vigorosa expansão econômica, e segundo alguns autores (CARDOSO DE MELLO, 1982; TEIXEIRA, 1992), obedecendo a lógica cíclica de acumulação, o declínio do ritmo de crescimento da economia torna-se patente: a inflação recrudescer, o investimento privado recua, eleva-se a capacidade ociosa das indústrias, intensifica-se o declínio do crescimento da demanda até que uma política econômica de estabilização de corte contracionista é adotada sob um ambiente político conturbado. A política de estabilização adotada neste período que traz consigo uma compressão salarial, “forçando”, ainda que de forma tênue, a saída da mulher para o mercado de trabalho. Sobre o problema inflacionário deste período, bem como a política econômica adotada, ver Cardoso de Mello e Belluzzo in: Belluzzo e Coutinho 'orgs.', 1982:145 a 147.

<sup>5</sup> Cardoso de Mello e Belluzzo (1977) procedem uma exaustiva análise dos distintos (e até mesmo antagônicos, em certo sentido) elementos estruturais deste período de expansão (67-73), com relação ao período Juscelinista em seu texto Reflexões Sobre a Crise Atual. Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise, vol 1, pg.147 a 151.

global de investimento da economia no período 70-73 passou de 18% para 27%), bem como o esgotamento da capacidade ociosa acumulada no período progresso<sup>6</sup>.

Do ponto de vista da demanda nos anos do "milagre", esta contou tanto com uma maior concentração pessoal de renda herdada do período progresso, quanto com a elevação das margens de endividamento das famílias, facilitada pelo desenvolvimento da intermediação financeira nas compras a prazo. Tal fator representou papel fundamental para o excelente dinamismo das indústrias, especialmente as de bens de consumo duráveis e bens de capital.

Não é difícil perceber o quão fértil foi este período para a estruturação, o crescimento e a diversificação do segmento de empregos, sobretudo formais e regulamentados, impulsionado pela expansão econômica, pela crescente urbanização e pelo movimento acelerado de industrialização do país.

Apenas para ilustrar um pouco tal movimento, segundo os dados dos Censos demográficos (IBGE), entre 1940 e 1980, enquanto a População Economicamente Ativa (PEA) brasileira cresceu a uma taxa de 2,6% ao ano, o emprego assalariado com registro aumentou 6,2%.

---

<sup>6</sup> Uma série de fatores contribuíram para a retomada do crescimento. Brevemente como alguns autores colocam a questão: Um requisito fundamental, apontado por Carneiro (1991), para o excelente dinamismo da economia à época do milagre, além das alterações no padrão de financiamento público e privado, foi a estabilidade do padrão tecnológico que, "em última instância, permitiu a difusão dos padrões de produção e consumo das economias centrais para a periferia capitalista, ou seja, a maturidade e a estabilidade do padrão tecnológico atenuam o bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas na periferia" (CARNEIRO, 199:06).

Alguns elementos da política de estabilização, adotada entre 1964 e 1967, são apontados por Cardoso de Mello e Belluzzo (1977) como fundamentais para a retomada do crescimento, à época do milagre, já que aquela "acelerou a queima de capital excedente, produzido pela expansão anterior, criando, assim, as condições indispensáveis para que se promovesse a centralização necessária para a retomada. (...) A política salarial, caracterizada pelo 'arrocho', cumpriu papel importante não só em relação ao programa de estabilização, mas principalmente como um dos elementos mais decisivos na predeterminação das condições para a retomada posterior" (CARDOSO DE MELLO e BELLUZZO, 1977:146,147).

Já para Aloísio Teixeira, "o mecanismo que permitiu a continuidade do crescimento, mesmo quando esgotadas as margens de capacidade ociosa acumuladas no período de descenso cíclico, residiu nas possibilidades de financiamento das atividades produtivas. E aí também residiu o primeiro ato do grande drama vivido pela economia brasileira, uma vez que a matriz dos desajustes atuais da economia brasileira tem raízes na política de endividamento externo em moeda, concebida na segunda metade dos anos 60 e levada ao seu extremo nos anos seguintes" (TEIXEIRA, 1992:96).

Podemos verificar que os mecanismos institucionais propícios à captação de recursos externos que haviam sido criados a partir do início do processo de rompimento da ordem democrática no país, foram de encontro a uma conjuntura de extrema liquidez internacional, com taxas de juros bastante convidativas. Isto, em conjunto com a diversificada oferta de produtos primários exportáveis no período, o elevado dinamismo da demanda mundial e a relativa diversificação do parque industrial viabilizaram a vigorosa expansão das importações e o crescimento das disponibilidades de reservas internacionais.

No âmbito econômico privado, através da extensão da possibilidade de crédito fácil e barato ao conjunto das empresas e bancos brasileiros, passou-se a operar um certo mecanismo de "colagem" destes órgãos ao sistema financeiro internacional. Na esfera pública, de modo similar, a dívida pública interna atrelou-se à dívida externa por meio da colocação no mercado das LTN's (Letras do Tesouro Nacional) para o enjugamento do excesso de liquidez proporcionado pela entrada recursos externos "não necessários". Para Teixeira, esta estreita correlação (transferência) entre o crescimento das dívidas públicas externa e interna "completava o quadro de subordinação do nosso sistema financeiro aos entraves do sistema financeiro internacional" (TEIXEIRA, 1992:99).

Por outro lado, ainda um complexo sistema de incentivos fiscais, montado com base em deduções sucessivas do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, completou o quadro de financiamento de áreas e setores prioritários da economia brasileira no período 68-73.

Bastante sinteticamente, esta é a trajetória da economia e do mercado de trabalho urbano-brasileiro entre as décadas de 40 a 70.

Entretanto, explicar a reversão da tendência apresentada desde o início do século, tanto na taxa de atividade, quanto na PEA feminina, unicamente pela abertura de postos de trabalho em qualquer dos distintos períodos citados seria desconsiderar nuances importantes sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho que são referidos a processos societários mais amplos. Por isto, há que se lançar mão de algumas questões de gênero.

### 1.1 Algumas Questões de Gênero:

A introdução da pílula anticoncepcional no Brasil, em meados dos anos 60, passa a oferecer aos casais e sobretudo à mulher a possibilidade do planejamento da maternidade e conseqüentemente, do planejamento profissional. Após manter-se em um nível constante de 6,3 filhos por mulher em média de 1940 a 1950, a Taxa de Fecundidade Total no Brasil (TFT) cai para 5,8 em 1960, 4,5 em 1970, 3,5 em 1980, atingindo 2,5 em meados dos anos 90. Contudo, é interessante ressaltar aqui que não só a pílula contribuiu para esta queda<sup>7</sup>. Os processos de esterilização (muitas vezes involuntárias) em massa que funcionaram como uma espécie de "política pública" regionalizada, colocados em prática sobretudo nas regiões menos "favorecidas" do país também contribuíram para a trajetória descendente da TFT no Brasil.

No plano político, uma série de decretos-lei "favoráveis" à incorporação feminina também foram promulgados neste mesmo período.

Somente para citar alguns, a Lei nº 4.121, de agosto de 1962, conhecida como Estatuto da Mulher Casada emancipou a mulher conferindo-lhe plena capacidade civil. A importância desta Lei está no fato de ela ter equiparado a mulher ao homem quanto à capacidade de decidir o seu próprio destino. *"Esta capacidade, em termos trabalhistas, significava, como esclarece France Luz, que a mulher pode, sem necessidade da autorização do marido, contratar trabalho e realizar todos os atos relativos ao exercício da atividade profissional"* (CNDM, 1985/6:20).

O decreto-lei nº 229/1967, passou a permitir o trabalho noturno da mulher em alguns casos como hospitais, estabelecimentos de ensino, cargos técnicos, entre outros. Em

1969 foi a vez dos estabelecimentos bancários passarem a admitir pessoas do sexo feminino em seus quadros ocupacionais.

É importante observar que, apesar destes decretos terem “concedido” benefícios às mulheres, eles também encontravam-se de acordo com as necessidades de desenvolvimento e absorção de mão-de-obra pelo mercado de trabalho.

Por outro lado, a indústria cultural, com especial destaque para a televisão<sup>8</sup>, parece ter atuado decisivamente no comportamento da sociedade, como relata Madeira (1993):

*“De certa forma, é possível dizer que a TV brasileira assimilou o ideário dos movimentos sociais dos anos 60, que se caracterizaram por colocar em xeque os valores mais ocultos e arraigados da vida cotidiana, revendo, por exemplo, o modo de definir a relação entre os sexos, o significado do trabalho e da satisfação pessoal e das hierarquias que permeiam as relações sociais (sobretudo a relação pais e filhos). Não há exagero em dizer que a TV brasileira promove uma intensa e crescente reelaboração simbólica, na direção de uma conscientização, ou pelo menos discussão, dos nossos valores” (MADEIRA, 1993:110).*

A estratégia televisiva provocou a reformulação intensa de valores e normas, alterando comportamentos e regras de convivência familiares<sup>9</sup>. As imagens de famílias chefiadas por mulheres<sup>10</sup>, de casais com reduzido número de filhos, de mulheres que lutavam por independência, esposas que complementavam a renda familiar com trabalhos esporádicos, foram paulatinamente se fixando, tomando-se familiares ao cotidiano brasileiro.

No âmbito acadêmico dois eventos, em julho de 1975, marcaram também o estabelecimento de novas perspectivas de análise sobre as questões de gênero: o Seminário de *“Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira”*, patrocinado pelo Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil e Associação Brasileira de Imprensa e a XXVIII Reunião Anual do SBPC, em Belo Horizonte, para a qual a Fundação Carlos Chagas organizou o simpósio *“Contribuição das Ciências Humanas para a Compreensão da Situação da Mulher”*.

---

<sup>7</sup> Embora haja ocorrido a introdução da pílula anticoncepcional no Brasil em meados da década de 60, sua difusão foi bastante lenta, beneficiando primeiramente as mulheres dos estratos sociais médios e superiores da pirâmide social que possuíam condições para fazerem uso da mesma.

<sup>8</sup> Em 1975 a televisão já alcançava 40% da população brasileira, calcula-se hoje mais de 80 milhões o número de telespectadores.

<sup>9</sup> Sobre a estratégia utilizada na concepção dos programas ver - Institucional - <http://www3.redeglobo.com.br>.

<sup>10</sup> O número de domicílios chefiados por mulheres vem crescendo continuamente no Brasil. Isto se deve não só ao aumento do número de separações e divórcios mas também ao maior número de mulheres solteiras com filhos. A expectativa de vida masculina (menor que a feminina) e a migração (das áreas rurais) igualmente tem contribuído para incrementar esta

Estes fatores, aliados a uma ainda incipiente, mas persistente, tendência na queda da fecundidade, a intensificação do processo de urbanização, trazem elementos adicionais que extrapolam a esfera estritamente econômica para explicar a inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho no período.

Entretanto, algumas questões ainda não respondidas incomodam o olhar.

A configuração de uma forte "guetização" das trajetórias masculinas e femininas, apesar do constante crescimento da participação das mulheres, exige uma busca na produção acadêmica, de cunho mais qualitativo, de elementos para um melhor entendimento da persistência deste fenômeno.

Assim, a questão impõe a inclusão de novas categorias na análise como, por exemplo, a escola, a família e o trabalho doméstico sob a ótica das relações de gênero.

A excelente análise que enfoca as trajetórias diferenciadas entre meninos e meninas e a relação entre escola-trabalho feito por MADEIRA (1993), mostra que a área acadêmica tem produzido estudos que revelam as tentativas de explicação para esta tendência, cobrindo um vasto leque de explicações que, longe de serem definitivas, situam-se em áreas interdisciplinares dificilmente integráveis para o avanço do conhecimento desta dinâmica. Parece útil, entretanto, destacar duas posições opostas mencionadas pela autora para que se tenha uma visão desta diversidade.

Para os pesquisadores franceses Christian Baudelot e Roger Establet<sup>11</sup>, em pesquisa desenvolvida sobre o sistema escolar francês -, a explicação está na organização da família e na característica do ensino francês, onde a maioria dos mestres no primeiro ciclo é mulher, imprimindo valores considerados basicamente femininos ao sistema escolar, o que estimularia e gratificaria as meninas, sendo mais tarde prejudicadas por estes mesmos valores quando se deparariam com a competição acirrada no mercado de trabalho, inibindo-se. Portanto a questão central, para estes autores, está focalizada na insegurança feminina, exprimindo uma visão reproducionista e não-conflituosa das relações sociais.

Num outro polo situam-se as pesquisas de Rosemberg *et al* (1990), que procuram desvendar a racionalidade lógica das escolhas profissionais femininas explicando a tendência desta "guetização" pela "*sabedoria de conciliação ou senso de realidade*"

---

estatística que passou de 14,7% para 18,1% dos domicílios brasileiros de 1980 a 1991 e hoje (1997) estima-se que esteja por volta de 25,0%, segundo a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (1997).

"diante das determinações estruturais e ideológicas", tais escolhas entendidas como uma estratégia de sobrevivência, resultante de uma negociação dessas mulheres frente às contradições que enfrentam na vida cotidiana, perspectiva que transforma as jovens em sujeitos das suas próprias opções.

Um outro espectro explicativo está nos estudos que procuraram desvendar como expectativas, comportamentos e aspirações de pais, professores e companheiros poderiam marcar a construção da identidade feminina e, posteriormente, determinar as "escolhas" profissionais. Nesta perspectiva, o trabalho (e a futura "escolha" profissional) é parte de um sistema de disposições apreendidas, gerador de estratégias e ações objetivamente orientadas, implicando um capital de técnicas, referências e crenças.

A pesquisa desenvolvida por DAUSTER, T. (1992) na Favela da Rocinha sobre a relação escola-trabalho nas famílias das camadas populares, mostra, por exemplo, que o processo de socialização das meninas está baseado numa demarcação sexual extremamente forte. Coerente com a lógica tradicional, cabe exclusivamente às meninas o trabalho doméstico.<sup>12</sup> *"De forma complementar e inversa, cabe aos meninos o trabalho em oficinas de conserto de carros, eletrodomésticos, clubes de classe média alta"* (p. 34-35).

Assim, a construção da identidade feminina inicia-se no processo de socialização no contexto familiar, marcado precocemente por uma nitida divisão sexual do trabalho e, posteriormente, reforçado pelos estereótipos sexuais presentes nos livros didáticos, na mídia e no sistema educacional, este último não-discriminatório no momento de acesso à escola, mas no decorrer do processo pedagógico que legitima e reforça as relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho no cotidiano da sala de aula.

Este leque de explicações disponíveis na literatura acadêmica, ainda que neste momento sucintamente mencionados, fornecem elementos para a reflexão das trajetórias profissionais diferenciadas de homens e mulheres, bem como enriquece a análise proposta.

---

<sup>11</sup> Baudelot e Estabiet, *apud* Madeira (1993).

<sup>12</sup> Conclusões semelhantes estão presentes em pesquisa realizada no início dos anos 80 por MADEIRA, F. (1983)

## **2. A Estagnação Econômica dos Anos 80 e a Continuidade da Absorção da Mão-de-obra Feminina.**

Se de 1940 a 1980, o desenvolvimento econômico propiciou um movimento de estruturação do mercado de trabalho urbano no país como visto anteriormente, no início dos anos 80, o colapso do padrão de financiamento da economia brasileira, com a crise da dívida externa, levou à adoção de um conjunto de programas de ajustes macroeconômicos que terminou rompendo com esta tendência inaugurada ainda nos anos 30 (Pochmann, 1997:08).

Contudo, malgrado as dificuldades financeiras para a continuidade no crescimento econômico do país, que explicitou um quadro de estagnação sob um contexto hiperinflacionário, não houve uma evolução negativa dos empregos assalariados ao longo dos anos 80, que cresceram praticamente à mesma taxa anual da variação da PEA (2,8% ao ano).

A manutenção dos níveis quantitativos de empregos ao longo dos anos 80 tem sido apontada em vários estudos (Sabóia, 1992; Pacheco, 1992, Oliveira, Porcaro e Jorge, 1994; Baltar e Wilhês, 1994) como decorrente da expansão do Setor Terciário, em especial das ocupações no Setor Público.

A persistência da atividade feminina neste mesmo período, por seu turno, parece encontrar suporte exatamente nesta expansão, fortemente demarcada por guetos ocupacionais concentradores de mão-de-obra feminina, provocados pela divisão sexual do trabalho, e que se mostraram, por razões distintas, permeáveis aos períodos críticos da década.

Nos itens subsequentes tratar-se-á do encaminhamento dado à política econômica do país no período e dos efeitos desta sobre o nível da ocupação, em especial a da mão-de-obra feminina.

### **2.1 As Heranças do “Milagre” Econômico:**

Retomando a análise macroeconômica, o mecanismo de funcionamento da economia nacional, atrelado aos empréstimos externos em moeda, começou a se alterar a partir de

meados de 1974. No contexto internacional, o primeiro choque do petróleo<sup>13</sup>, ao explicitar uma desaceleração nos setores líderes, revertendo assim uma tendência de crescimento de quase três décadas ininterruptas, tornou indiscutível a necessidade de reestruturação global das economias centrais, tendo influenciado decisivamente as economias capitalistas periféricas, dentre elas o Brasil.

Do ponto de vista interno, de 1974 a 1980, o desempenho da economia brasileira, bem como o desenvolvimento de sua crise, encontraram-se condicionados tanto pela estratégia de ajustamento estrutural (à crise internacional) através do II PND - que possuía por escopo *"constituir um núcleo dinâmico endógeno, propulsor de crescimento, assentado nas indústrias de bens de capital e bens intermediários, como mecanismo de superação do desequilíbrio externo e do subdesenvolvimento do país"* (CARNEIRO, 1992:147) - quanto pelo ajuste das contas externas para viabilizar a transferência de recursos reais para o exterior com vistas ao pagamento dos serviços da dívida.

Para Carneiro, *"a manutenção do crescimento a taxas históricas durante o período só foi possível com o recurso ao endividamento externo, que retardou o ajuste da economia à nova situação internacional. A elevação do preço do petróleo e a deterioração dos termos de troca criaram um déficit substantivo na balança comercial, ao mesmo tempo em que o crescimento dos juros elevava os encargos da dívida, ampliando o déficit em transações correntes"* (p. 09).

A política econômica adotada à época (por Geisel) com vistas, por um lado, ao enfrentamento da aceleração inflacionária, dos déficits crescentes no balanço de pagamentos ocasionados pela subida dos preços das matérias primas, pelo rompimento do equilíbrio entre capacidade produtiva e demanda agregada, e por outro à implementação do II PND, mesclou elementos bastante contraditórios: contractionistas, do ponto de vista da política do crédito e expansionistas no que tange às políticas de gasto e investimento públicos.

---

<sup>13</sup> Cardoso de Mello (1992), aponta a elevação dos preços do petróleo como apenas um fator a mais dentro de uma tendência que seria inexorável à economia brasileira, ou seja, o generoso sistema de incentivos fiscais e creditícios, combinado à liquidez do mercado financeiro internacional *"permitiu que financiássemos um crescente déficit em conta corrente, com entrada maciça de empréstimos em moeda. Nestas condições, o crescimento das exportações, mesmo a taxas elevadas, seria insuficiente para financiar o déficit em conta corrente: não seria capaz de, ao mesmo tempo, cobrir as importações e fazer frente ao desequilíbrio da conta de serviços. O recurso crescente ao endividamento era inevitável, nestas circunstâncias"* (CARDOSO DE MELLO e BELLUZZO, 1992:149).

O resultado foi a explicitação de uma conjuntura de instabilidade econômica, que se desdobrou na contração dos investimentos privados<sup>14</sup>, na desaceleração do produto, na acentuação da tendência inflacionária, assim como no desequilíbrio ainda maior do balanço de pagamentos.

A bola de neve da viabilização da política expansionista, dos investimentos públicos, fomentada pelo mecanismo da "ciranda financeira", da utilização das empresas públicas para a captação de recursos externos e do subsídio indireto ao Setor Privado levou o Setor Público a incrementar sua participação no endividamento externo bruto em 51,7 pontos percentuais, de 1972 a 1980, gerando graves desequilíbrios patrimoniais em suas contas que levariam, inevitavelmente, a consequências nefastas para o conjunto da economia a médio e longo prazos.

Pelo lado das empresas, diante de um quadro de juros altos comandados pelo Banco Central, a renegociação das dívidas tornava-se cada vez mais onerosa. Estas então passaram a operar sob o mecanismo de repasse dos custos de "rolagem das dívidas" aos preços finais dos produtos, gerando pressão inflacionária.

Teixeira (1992), contudo, observa que, *"apesar do quadro de incertezas, a política de endividamento externo permitiu ao governo sustentar um elevado nível de investimento público, compensando a desaceleração do investimento privado e garantindo uma taxa razoável de crescimento do produto (6,3% ao ano, em média, entre 1974 e 1979), com crescimento da renda per capita e manutenção do nível de emprego. Os grandes projetos públicos então desenvolvidos, mesmo tendo seu ritmo reduzido depois de 1977, garantiram importantes êxitos na política de substituição de importações no setor de bens de capital e, já no final do período, no setor de suprimento de matérias-primas, inclusive petróleo. Tais êxitos viam impedir o estrangulamento completo da atividade industrial"* (p. 103).

Porém, não só as atividades industriais foram sustentadas pelo governo, colaborando assim para procurar manter o nível de atividade e, conseqüentemente, de empregos.

Dentre os elementos que interessam à presente discussão pode-se destacar, por exemplo, os gastos governamentais com a ampliação, a partir da segunda metade dos

---

<sup>14</sup> A progressiva desarticulação entre investimentos privados e públicos encontra-se explorada no trabalho de Coutinho e Reichstul (1983). Dados apresentados por Carneiro, demonstram uma queda na relação investimento privado/investimento total, de cinco pontos percentuais de 1974 a 1979. Por outro lado, o investimento das empresas estatais aumenta sua participação, passando de 23,5% do total, em 1974, para 28,5%, em 1979 (COUTINHO, 1992:148).

anos 70, dos projetos de ampliação/universalização da escola pública e atendimento à saúde através dos convênios firmados com o setor privado.

Sem entrar no mérito da eficiência na aplicação dos recursos despendidos, observa-se a partir deste momento (meados da década de 70) o início de um processo exemplar de ampliação da capacidade de absorção de mão-de-obra feminina nos setores educacional, de saúde, da administração e de tantas outras esferas do setor público, que viria a amadurecer quantitativamente na década seguinte.

No entanto, apesar do esforço do governo para manter o nível de atividade e de emprego no país, ao final da década de 70, uma reviravolta no cenário internacional, determinada tanto pela alteração da política monetária norte-americana, através dos instrumentos de valorização do dólar e elevação das taxas de juros, quanto pelo segundo choque do petróleo (1979), altera de modo contundente o funcionamento da economia brasileira já, a este tempo, amplamente internacionalizada.

Vejamos mais detalhadamente de que modo foi conduzido pelo Brasil o processo de ajustamento à crise na década de 80 e quais efeitos diretos e/ou indiretos sobre o nível de ocupação, especialmente da parcela feminina da população.

## **2.2 A Estratégia Defensiva do Capital Privado:**

Sem ter desenvolvido as *“condições básicas para tornar seu capitalismo dinâmico, isto é, dotado de um mínimo de capacidade autônoma de financiamento e inovação”* (CARDOSO DE MELLO, s/d:05), o Brasil vê-se, diante não só do agravamento das condições de (re)negociação da dívida externa, contraída ao longo das décadas anteriores (60 e 70), mas também, e o que parece de fundamental importância, de uma enorme dificuldade em dar prosseguimento ao programa de desenvolvimento nacional, calcado na absorção de recursos externos.

Tendo como pano de fundo o saneamento financeiro do setor privado, impulsionado pelo agravamento das condições de pagamento dos empréstimos diante das altas taxas de juros operadas no mercado interno, e a ausência do ingresso voluntário de recursos externos ao país, a política econômica adotada ao longo de toda a década, do tipo *stop and go*, assume uma característica emergencial, de curto prazo, a fim de procurar garantir a capacidade de pagamento dos serviços da dívida externa e permitir a acomodação com as altas taxas inflacionárias.

Dada a desarticulação entre os interesses do capital externo, do capital privado nacional e do Estado, recai, sobre este último, a responsabilidade de buscar um equilíbrio das contas externas já que a credibilidade<sup>15</sup>, neste momento, era de fundamental importância para o refinanciamento de seus passivos.

A via do *drive exportador*<sup>16</sup>, com vistas à obtenção de superávites comerciais foi amplamente utilizada pela diversas equipes econômicas que passaram pelo governo nesta década como forma de enfrentamento da crise da dívida externa. No entanto, apesar do êxito obtido em alguns breves períodos de recuperação, para Teixeira, *“a principal fonte de instabilidade ficou preservada devido à manutenção do padrão de renegociação da dívida bem como do mecanismo de geração de recursos para pagá-la. Dada a situação de virtual estatização da dívida externa, coube ao Banco Central encontrar divisas para arcar com o seu serviço, as quais se encontravam, majoritariamente, nas mãos do setor privado”* (TEIXEIRA, 1992:111).

Contudo, o instrumento utilizado para a captação de tais divisas, junto ao setor privado, ou seja, a emissão de títulos públicos, passou a promover uma espécie de “casamento” entre as dívidas públicas interna (que cresceu nada menos do que 150,0% no biênio 84/85) e externa, comprometendo ainda mais as estruturas do Estado e mantendo, quando não acentuando, o quadro de incertezas e instabilidade das variáveis macroeconômicas.

Por outro lado, diante desta conjuntura, o capital privado nacional *“historicamente afastado da estruturação de caminhos voltados para o crescimento, tampouco se mostrou capaz de redefinir, então, um novo padrão de desenvolvimento”* (MATTOSO & POCHMANN, 1997:09).

*“Na década de oitenta, como estratégia geral, as grandes empresas privadas procuraram ajustar-se a um instável ambiente econômico. Inicialmente optaram por reduzir os investimentos e o nível do endividamento e ampliar suas margens de lucro. A partir de 84-85, líquidas, auferiram de lucros financeiros e ampliaram a acumulação interna devido à recuperação do mercado nacional e ao crescimento das exportações. Não obstante a relativa melhoria do ambiente econômico, as empresas optaram por manter ou acentuar comportamentos defensivos verificados durante o período recessivo. A volta de um*

<sup>15</sup> Neste ponto faz-se importante recordar que a moratória mexicana em 1982 havia debilitado por completo as possibilidades de financiamento ao nível internacional.

<sup>16</sup> O resultado da política econômica através do *drive exportador* foi positivo sendo que as exportações cresceram 17,6% e as importações reduziram-se 4,0%. O déficit em conta corrente contraiu-se 8,5% (TEIXEIRA, 1992:106).

*ambiente econômico recessivo a partir de 1987, juntamente com o aprofundamento da crise inflacionária, consolidaram a estratégia que vinha sendo adotada pelas empresas privadas. No entanto, diante da elevação do risco do mercado financeiro, a aquisição de ativos reais passou a ser uma alternativa à aplicação financeira de recursos ociosos”* (RUIZ, 1994:4-5).

Os ativos reais de que o autor fala representam, entre outros, um aumento significativo dos ‘investimentos’ das empresas líderes, ou se se quiser, um movimento típico de diversificação/conglomerado da grande empresa privada.

Como se pode observar, as grandes empresas privadas optaram, na década de 80, por uma estratégia geral de corte defensivo. Deste modo, procuraram ‘investir’ na diversificação de seus ramos de atividade, optando por adquirir, no todo ou em parte, suas possíveis concorrentes ou ainda, empresas de setores complementares aos de sua produção, buscando uma estabilização da rentabilidade no interior da própria empresa.

Deste modo, como observa ainda o mesmo autor, *“a reestruturação dos grupos industriais brasileiros verificada durante os anos oitenta ampliou suas profundas diferenças para com estruturas empresariais ‘vitoriosas’. Uma das características dessas organizações, e de muitas multinacionais, é ter uma estratégia que articula inserções industriais difusoras de novas tecnologias com outras absorvedoras de tecnologia”* (RUIZ, 1994:138).

Em termos mais práticos isto significa que, enquanto nos países capitalistas centrais estava ocorrendo a emergência do que se convencionou chamar de “terceira revolução industrial”, no Brasil assistia-se a retração dos movimentos de internalização de um núcleo tecnológico, bem como a uma ampliação das distâncias entre as esferas produtiva e financeira.

No entanto, apesar da gravidade da crise apresentada durante os anos 80, esta ainda não foi suficiente para promover um processo de desindustrialização do país, o que somente viria a ocorrer na década seguinte<sup>17</sup>. Grosso modo, a estrutura industrial manteve-se a mesma, contribuindo assim para a manutenção do nível de empregos. Como bem colocam Mattoso & Pochmann (1997), *“ ao final da década, apesar do movimento de agravamento das condições gerais do mercado de trabalho, as taxas de desemprego alcançavam níveis ainda relativamente baixos. O desempenho geral do mercado de*

---

<sup>17</sup> Pretende-se enfatizar que, neste momento, ainda não haviam ocorrido alterações estruturais da economia brasileira. Os movimentos do mercado de trabalho (emprego e desemprego) encontravam-se ainda bastante relacionados a fatores conjunturais.

*trabalho foi favorecido pela própria preservação da estrutura industrial, pelo crescimento mais lento da população residente nos centros urbanos e pelo aumento do emprego no setor público". (p. 10).*

Por outro lado, a política macroeconômica adotada com vistas à geração de recursos para o pagamento dos serviços da dívida externa conformou, não somente um esforço de ampliação das exportações, mas também uma restrição às importações, ou seja, um fechamento da economia ao exterior, gerando assim, oportunidades de novas ocupações em segmentos de baixa produtividade e dinamismo.

### **2.3 O Resgate da "Conta Social" e a Expansão dos Postos de Trabalho "Tipicamente" Femininos no Setor Terciário:**

Nos anos 80, diante do inevitável processo de redemocratização do país, o debate a respeito do resgate da 'conta social' do país tomou-se relevante, impulsionando, de certa forma, a continuidade do processo de universalização dos sistemas de ensino, saúde e assistência públicos, iniciados na segunda metade da década de 70. Desta forma, houve uma incorporação bastante significativa de trabalhadores, em especial do sexo feminino, nestas áreas.

Somente para exemplificar quantitativamente este movimento, os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios do IBGE, aponta um crescimento de 13,1% para 15,0% no peso dos serviços públicos de ensino, saúde e previdência social na composição do emprego feminino entre 1981 e 1990. Informações complementares da Relação Anual de Indicadores Sociais do Mtb, permitem verificar ainda que o crescimento do emprego público ao longo dos anos oitenta, dado pela "política compensatória" de emprego levada a efeito pelo Setor Público, deu-se *"sobretudo nas esferas estadual e municipal da administração, vindo, em regiões como o Norte e o Nordeste, a duplicar o número de funcionários públicos em apenas nove anos (1979/1988)"* (IBGE, 1994:XXIV).

No entanto, as áreas de saúde e ensino não foram as únicas do setor público que se expandiram no decorrer dos anos 80. Muitos postos de trabalho, em grande parte preenchidos por mulheres, também foram criados nas áreas técnicas, administrativas, burocráticas, financeiras e de pesquisa, passando pelas esferas federais, estaduais e sobretudo municipais. Neste ponto, os programas de descentralização de gastos públicos do período exerceram influência marcante.

Do ponto de vista da ampliação de oportunidades no Setor Privado, mostrou-se relevante no período, para a incorporação feminina, a ampliação do Setor Terciário, especialmente nas áreas de Serviços e Comércio.

No Brasil, a ampliação do Setor Terciário, como bem pontuam alguns pesquisadores (Amadeo, 1996; Kon, 1997; Baltar, 1995), vêm representando um papel relevante para a manutenção do equilíbrio econômico desde a década de oitenta<sup>18</sup>, especialmente na geração de empregos e renda<sup>19</sup>.

Mesmo com a abertura de postos de trabalho nestes setores da economia, ao longo da década esgotou-se paulatinamente o ciclo de desenvolvimento iniciado nos 70 evidentemente inegável, de fato, mas profundamente concentrador de renda, explicitado com mais vigor na crise ao longo dos 80.

Neste sentido, a incorporação ascendente da mulher pelo mercado de trabalho urbano no Brasil, mesmo no período de crise, suscita algumas questões adicionais.

#### **2.4 Outras Questões de Gênero...**

A inserção historicamente intermitente das mulheres na força de trabalho encontra certo valor explicativo quando se consideram os fatores de oferta e demanda de postos de trabalho, sendo, portanto, exército de reserva para o capital, exercendo simultaneamente as funções de disponibilidade de uma massa de trabalhadores adaptáveis às necessidades eventuais do capital e à diminuição dos níveis salariais e a conseqüente ampliação da mais-valia. Entretanto, esta explicação perde o seu valor em momentos mais complexos da economia brasileira, especialmente nos de recessão econômica quando, apesar da crise, observa-se a incorporação feminina no mercado de trabalho.

Para que este aparente "impasse" seja resolvido, BRUMER, A (1988), dialogando com outros autores, proporciona uma reflexão interessante:

*"O impacto da crise econômica sobre o emprego feminino e masculino não é apenas quantitativo, mas também qualitativo 'que' se a participação das mulheres no emprego*

---

<sup>18</sup> Também com relação a ampliação do Setor Terciário, deve-se esclarecer que não se está aqui entrando no mérito dos moldes (deficiências estruturais) com que este tem se desenvolvido no Brasil. Para estas informações ver Kon (1997); Amadeo, Scandiuzzi e Pero (1996).

<sup>19</sup> Estima-se que o emprego no setor terciário aumentou mais de 50% entre 1981 e 1989. Ver mais em (AMADEO, 1996:26, 27, 28). Ainda conforme dados do IBGE, a despeito da redução do emprego nas principais empresas brasileiras, a recessão do início dos anos 90, as reformas estruturais e o processo de ajuste e reestruturação empresarial não implicaram em um aumento acentuado da taxa bruta de desemprego que permaneceu abaixo de 6,5%. Para Amadeo, em grande parte isto foi possível devido ao crescimento do emprego no setor terciário.

industrial continuou a aumentar, ocorreu simultaneamente o aumento das dispensas sofridas pelas mulheres e o progresso do trabalho em tempo parcial, do trabalho temporário e de empregos com contrato de duração determinada. (...) Segundo WEISSKOF (1972), a expansão do emprego feminino nas últimas décadas não representa, na verdade, maior igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, uma vez que ela tem sido uma decorrência da expansão de demanda por trabalhadores em ocupações tradicionalmente desempenhadas por mulheres, principalmente em atividades de escritório e serviços. Isto é, o aumento da taxa de atividade das mulheres, no mercado formal de trabalho, ocorre principalmente devido a uma maior demanda em atividades consideradas "femininas", pelo surgimento de ocupações para as quais se atribui socialmente um caráter feminino, ou, em alguns casos, pela troca do caráter sexual de algumas ocupações, de masculinas para femininas". (BRUMER, 1988:26/27)

E, mesmo a constatação da existência de um percentual feminino expressivo na produção industrial pode ser explicada sobretudo pela adequação a determinadas tarefas industriais que exigem habilidade fina e minúcia, além, é claro, das modificações introduzidas no processo industrial que simplificaram ou "rotinizaram" determinadas tarefas, desqualificando o trabalho em questão. Volta-se, portanto, ao processo social de construção identitária das meninas, já mencionado, tomando-as na vida adulta, mão-de-obra perfeitamente compatível com os processos de caráter macroeconômicos observados na década de 80.

Um outro aspecto a ser discutido reside, exatamente, nas relações sociais nas quais os atores estão envolvidos. Assim, entre a variabilidade de fatores que determinam a participação das mulheres no mercado de trabalho, estão os de ordem familiar, tais como a configuração da família e a posição da mulher no seu interior.

É razoável pensar que a erosão das condições de vida da maioria da população ao longo dos 80 alterou profundamente as estratégias de reprodução familiares, sendo consensual, portanto, que a sobrevivência dependa cada vez mais de um esforço coletivo da família.

Na esfera familiar é que são tomadas as decisões de consumo e participação na atividade econômica de seus membros, que inclui a oferta da mão-de-obra de mais um de seus membros, o/a cônjuge e, eventualmente, filhos e agregados, seja para garantir a sobrevivência *strictu sensu*, seja para a manutenção de um "estilo de vida".

Claro que tais decisões não obedecem à uma *rationale* estritamente econômica, ainda que esta pese em grande proporção, estão em jogo ainda percepções, representações e

negociações no interior do grupo familiar que se materializam na entrada de seus membros no mercado de trabalho.

Os dados presentes em vários estudos referendam estas afirmações.

Assim, por exemplo, a constatação de que, diante da eliminação maciça de empregos em setores produtivos que absorviam principalmente a população masculina com baixo nível de instrução (Indústria de Transformação e Construção Civil, p.e.), constata-se uma maior inserção feminina no mercado de trabalho, ainda que não se questione a natureza qualitativa do trabalho exercido por estas mulheres. (BRUSCHINI, 1998, BORGES E GUIMARÃES, 1998)

Mais ainda, em um estudo específico para a Região Metropolitana de São Paulo, constatou-se um aumento expressivo da participação das mulheres chefes e cônjuges, com idades acima de 25 anos, escolarizadas e pertencentes a famílias que não tem nível de renda muito baixo, o que referenda a suposição de que sua renda passou a contribuir para evitar que a erosão dos rendimentos do trabalho resultassem num maior empobrecimento do grupo familiar (LEONE, 1996).

Tais dados fazem supor que as alterações estruturais na economia exercem efeitos perversos e diferenciados sobre as famílias, influenciando na reprodução material e simbólica cotidiana de seus membros e, portanto, na composição e gerenciamento da unidade doméstica.

Assim, o processo de reprodução social assume uma perspectiva multidimensional, interagindo-se uma complexidade de esferas que garantem a manutenção transformada da sociedade ao longo do tempo, entre eles as relações entre trabalho e família que, neste sentido, não se referem apenas à obtenção e/ou manutenção de renda, mas ao modo como determinadas condições são vividas, sentidas e percebidas pelos sujeitos sociais<sup>20</sup>.

Verifica-se que reprodução social passa, necessariamente, por um complexo de práticas emocionais, culturais e sociais que não obedecem à uma lógica estritamente econômica, ainda que esta pese em grande medida. Portanto, entender a inserção feminina no mercado de trabalho envolve também um esforço em agregar estas dimensões.

---

<sup>20</sup> Um excelente debate sobre as relações sociais no interior da família pode ser encontrado em CARVALHO, M. C. B. *org* (1995), em especial no artigo Família: algumas inquietações de BILAC, E. D.

Para ilustrar esta complexidade, cita-se a experiência de ZALUAR, (1985) na Cidade de Deus, Rio de Janeiro, que detecta a ética do trabalho entre as classes populares, onde a identidade do trabalho é necessariamente acionada quando o assunto é a família, constituindo motivo de orgulho e de respeito por parte daqueles que o executam. O trabalhador respeitável é sobretudo aquele que concorre para a sobrevivência e aumento do rendimento do grupo familiar a que pertence, vindo daí o respeito por si mesmo e pelos demais e a visão positiva acerca do trabalho.

*"(...) sem o orgulho da corporação, sem o 'espírito' do capitalismo e sem salários condignos, esses trabalhadores desenvolvem uma concepção ambígua da sua atividade, oscilando entre a visão escravista do trabalho com o sinal negativo, mais disseminado entre os jovens, e a concepção do trabalho como valor moral, sustentada pelos pais de família e suas mulheres"* (p. 120).

*"São inúmeros os arranjos internos à unidade doméstica para manter o padrão de vida que separa a miséria da pobreza e afasta o espectro da fome, socializando o esforço de gerar renda entre os vários membros da família e mantendo ainda obrigações assistenciais aos parentes, especialmente os mais novos e os mais velhos, incorporando ao grupo doméstico sempre que a sua sobrevivência o exija"* (p.93)

Um outro estudo qualitativo gerado após uma série de entrevistas realizadas em 1983 junto às famílias dos setores populares paulistas mostra como, diante das condições econômicas impostas, são desenvolvidas estratégias familiares de mobilidade social, as quais se consubstanciam em práticas tais como uma espécie de "negociação" entre mãe e filha: um dos arranjos familiares mais comuns é a mãe sair para o trabalho doméstico (em geral como diarista), deixando às filhas o cuidado da casa.

*"A resistência ao trabalho doméstico não é só das filhas, mas também das mães, e, nos parece, é uma atitude repleta de significados e sinalizadora de mudanças nas práticas de gênero das famílias pobres. Em várias ocasiões, durante as entrevistas, as mães manifestaram o desejo de que suas filhas tivessem um trabalho melhor e mais digno do que elas, o que só poderia acontecer através de uma melhoria do nível de escolaridade. Ou seja, o arranjo – filhas em casa e mães no trabalho doméstico remunerado – faz parte de um projeto de mobilidade social que inclui mudanças na conduta de mulheres pobres. De certa forma elas estão, dentro do que é possível, resistindo ao que lhes é destinado "naturalmente", recusando-se a aceitar as regras de um mercado de trabalho que é, ao contrário da escola, extremamente sexista e discriminatório."* (MADEIRA, 1993:105)

Um arranjo vantajoso a curto e longo prazos. A curto prazo porque a mãe tende a ganhar mais que a filha nestas circunstâncias, a longo prazo porque a resistência em aceitar o emprego doméstico pode significar um tempo maior de permanência das moças no sistema escolar.

Entender o incremento ascendente das mulheres no mercado de trabalho ao longo destas décadas significa, é verdade, delinear a composição do mercado de trabalho e as transformações econômicas que permitiram a criação de postos de trabalho propícios ao engajamento feminino, como se procurou demonstrar.

Mas, ao mesmo tempo, significa também que sua compreensão envolve um conjunto de outras questões, tais como as transformações da cidadania, as relações Estado-mercado, o sistema de gênero e o modo como indivíduos, famílias e grupos percebem e reagem a estas determinações.

A seguir, contemplar-se-á as mudanças que vem ocorrendo no funcionamento da economia a partir do início dos anos 90 e, em que medida, estas vem alterando, positiva ou negativamente, a inserção feminina no mercado de trabalho urbano-brasileiro.

### 3. A Retração do Mercado de Trabalho na Década de 1990 e o Arrefecimento da “Conquista Feminina” ?

A estrutura industrial brasileira, constituída a partir de mecanismos de proteção, subsídios fiscais e creditícios apresentava, ao final dos anos 70 e início dos 80, *“elevados graus de integração intersetorial e de diversificação da produção, porém com insuficiente desenvolvimento tecnológico, ineficiências técnicas e econômicas específicas que limitavam sua competitividade, ausência de qualquer padrão nítido de especialização e pouca integração com o mercado internacional. (...) Em contraste com estas tendências e características, consolidavam-se nas principais economias capitalistas as tendências à introdução de inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais que mudavam radicalmente a base técnica da indústria e conformavam um novo padrão de desenvolvimento industrial. (...) Desde então já se impunha, portanto, a necessidade de mudar o padrão de desenvolvimento industrial e tecnológico tendo em vista um contínuo upgrading da estrutura industrial brasileira. Isto significa não só incorporar as mudanças tecnológicas e gerenciais-organizacionais à indústria já estabelecida como também desenvolver as indústrias representativas das novas tecnologias”* (SUZIGAN, 1992:90).

A falta deste *upgrading*, permitiu a cristalização de uma conformação interna da produção caracterizada por acentuadas heterogeneidades tecnológicas e estruturais quando o país apresentava-se ao final dos anos 70, a economia industrial mais avançada da periferia capitalista mundial. Mas com a crise de seu padrão de financiamento, evidenciado pela crise do petróleo, altas taxas de juros e reorganização das economias desenvolvidas, logo no início da década de 1980, o país passou a perpetuar uma obsolescência tecnológica e um despreparo organizacional ainda maior.

O predomínio de políticas macroeconômicas recessivas e comprometidas com a geração de superávites comerciais favoráveis ao pagamento do serviço da dívida externa, levaram à estagnação nos anos 80, corporificada por uma grave crise do padrão de desenvolvimento e do próprio aparelho do Estado. As tentativas de retomada do crescimento se mostraram ineficazes, mesmo quando a alternativa do ajustamento econômico através do livre ‘jogo’ dos mercados, ganhou força política decisiva nas eleições presidenciais de 1989.

A partir daí, as políticas neoliberais passaram a repensar o papel do Estado através de sua restrição à regulação dos serviços públicos essenciais como saúde, educação,

transporte, habitação e assistência social, sem garantir, entretanto, patamares mínimos de eficiência e cobertura. Para isto, *“haveria que se proceder uma redução do tamanho do setor público, resultado de uma reforma administrativa capaz de elevar a eficácia dos órgãos públicos e da privatização das empresas estatais”* (BALTAR e OLIVEIRA, 1996:48).

Diante do enxugamento dos raios de ação do Estado e, concomitantemente, da alteração radical da política comercial, voltada a um amplo grau de abertura ao mercado externo, os governos acreditavam poder proporcionar uma reestruturação tecnológica do parque industrial instalado, bem como o aperfeiçoamento da infra-estrutura do país.

Desta forma, pretendiam reduzir a ineficiência da produção e, conseqüentemente, a falta de competitividade dos produtos, tanto em termos de preços, quanto de qualidade.

No mercado interno, por outro lado, era identificado que o efeito geral da abertura econômica deveria incidir sobre a queda da inflação, bem como na competitividade internacional (via preços e qualidade), através das exportações dos produtos brasileiros para outros mercados, o que contribuiria para a geração de divisas e o equilíbrio das contas externas<sup>21</sup>.

No entanto, a força da realidade está a demonstrar que o país não alcançou a retomada sustentada do crescimento econômico. Mais do que isto, assiste-se ao predomínio de sinais rompimento de várias cadeias produtivas, com sérios efeitos sobre a economia nacional.

Incertezas quanto às taxas de juros internas, déficit comercial crescente, moeda artificialmente valorizada até 1998 e os elevados encargos da dívida pública tem favorecido a consolidação de uma ‘segunda década perdida’ no Brasil. Os anos 90 apresentam-se, do ponto de vista da performance econômica pior do que a década de 1980, salvo apenas pela estabilidade monetária.

---

<sup>21</sup> Baltar e Oliveira (1996) pensam (a respeito da integração do Brasil, via competitividade, com o comércio mundial) que, *“a abertura comercial indiscriminada, na ausência de uma estratégia que ordene a reestruturação industrial, e com uma moeda nacional artificialmente valorizada, vem forçando a adaptação das empresas na busca de eficiência e competitividade, sem um apoio explícito e coerente do governo. Para reduzir custos e melhorar a qualidade dos produtos, as empresas fazem o que está a seu alcance, o que, nas condições assinaladas, tende a resultar desfavorável ao nível de emprego e remuneração da força de trabalho. De fato, na ausência de uma política nacional para promover a integração do país, especificando os setores a serem desenvolvidos e as medidas necessárias, usando como trunfo, na barganha pela atração das empresas estrangeiras, o tamanho atingido e as potencialidades de expansão do mercado doméstico, o mais provável é que venha a ocorrer uma integração internacional pela via de uma competição acirrada com outros países subdesenvolvidos, fazendo nosso país participar de um dumping social que permitiria elevar exportações com pouca tecnologia e escasso valor agregado, barateando o preço do trabalho com menores salários e piores condições de emprego”* (BALTAR e OLIVEIRA, 1996:61).

Pelo lado do governo, o desenvolvimento de reformas estruturais (Previdenciária, Administrativa e Tributária), justificadas como uma possibilidade de ajuste das contas públicas não apontam, outrossim, para um quadro econômico melhor<sup>22</sup>.

Pelo lado das empresas de capital privado, frente à inadequada abertura econômica indiscriminada, observou-se que a acirrada concorrência intercapitalista tem levado tanto à destruição do parque produtivo quanto à maior desnacionalização das empresas.

Ao contrário do que esperavam as forças políticas comprometidas com o liberalismo econômico, as grandes empresas tenderam a se proteger ainda mais, solidificando suas estratégias defensivas que vinham sendo apresentadas desde meados dos 80. A operacionalização deste movimento tem-se dado através da concentração ainda maior de capital no interior de alguns grandes grupos econômicos, através da privatização, *joint ventures* e falência de parcela de pequenas e micro empresas..

Na prática, ocorre, para as grandes empresas, uma concentração das linhas de produção, o enxugamento de níveis hierárquicos, a terceirização e/ou substituição (via importações) de parcelas dos processos produtivos, bem como dos serviços de apoio à produção e comercialização dos produtos<sup>23</sup>, além da adoção de técnicas gerenciais e produtivas poupadoras de custos, especialmente de mão-de-obra, matérias-primas e estoques, como por exemplo a automação dos processos de trabalho, e a ampla recorrência a modelos como *just in time*, *kanban*, *house keeping*, TPM, entre outros.

Por outro lado, no que se refere à demanda derivada da grande empresa que, segundo Cardoso de Mello (1982), (à época da industrialização pesada) foi responsável pela formação no Brasil de “*um cordão de pequenas e médias empresas nacionais, tanto fornecedoras quanto distribuidoras*”, capazes de dinamizar a economia e o mercado de trabalho ao longo dos últimos quase cinquenta anos, tem-se observado, neste final de século, uma substituição de parcelas consideráveis das cadeias produtivas que haviam sido criadas anteriormente, via importações, fazendo transparecer um movimento de desindustrialização crescente de alguns setores no país.

Os efeitos desta desestruturação produtiva vem se apresentando na forma de um crescente processo de “*desassalariamento e de regressão do mercado de trabalho, com*

---

<sup>22</sup> Desta forma, o governo vem sendo compelido a agir de forma emergencial, caracterizada por ações pontuais, a fim de recuperar, minimamente, o fôlego da estabilização monetária. Como exemplo disto, entre outros, pode-se citar a instituição da CPMF.

<sup>23</sup> Atividades contábeis, administrativas, de transporte, limpeza, manutenção dos equipamentos, alimentação, publicidade, entre outros.

*redução do emprego formal e aumento do desemprego e de ocupações por conta própria e sem remuneração” (MATTOSO & POCHMANN, 1997:17).*

O Setor Terciário, por seu turno, que serviu como instrumento de ampliação do emprego, especialmente no que diz respeito à incorporação feminina, até fins da década de 80, vem demonstrando, a partir de uma análise mais detalhada de seu processo de desenvolvimento [Kon (1997); Amadeo, Scandiuzzi e Pero (1996)] que, apesar de sua representatividade no conjunto da economia brasileira estar ocorrendo de forma constante e gradual, seguindo em alguma medida os moldes das economias avançadas, a velocidade com que aqui tem se desenvolvido (terciário/total) tem sido proporcionalmente menor à das economias centrais. Isto porque, segundo Kon (1997), *“a terciarização brasileira se apresenta como consequência não apenas do processo de desenvolvimento econômico, como nas demais economias industrializadas, mas também como ajustamento das necessidades de emprego e geração de renda em conjunturas economicamente desfavoráveis. (...) Desta forma, as atividades terciárias consideradas propulsoras da modernização e da globalização, como comunicações e transportes, não apresentam a dinâmica de evolução que seria compatível com um desenvolvimento considerável”.* (KON, 1997:176).

De modo simplificado, percebe-se que as estruturas, tanto públicas, quanto privadas, responsáveis por parte da formação do mercado de trabalho e valorização das relações de trabalho a partir do processo de industrialização do país, começaram a apontar para rupturas com a abertura indiscriminada da economia nacional ao exterior, dando margens para a continuidade da proliferação de segmentos não-organizados da economia, onde o trabalhador encontra-se destituído de qualquer espécie de promoção ou proteção social.

Tal constatação, para a análise do processo de incorporação feminina no mercado de trabalho urbano no Brasil, parece de fundamental importância.

Na medida em que, como anteriormente demonstrado, a inserção das mulheres entre as décadas de 1950 e 1980 caminhou paralelamente ao desenvolvimento econômico e a abertura de oportunidades ocupacionais conectadas ao mesmo, agora, sob um contexto de retração do mercado de trabalho, e conseqüentemente, das ocupações criadas nos períodos anteriores, que configuração assumiria aquela trajetória (da inserção feminina) até então (1989) ascendente, nesta última década do século ?

É a esta indagação que os capítulos seguintes deste trabalho buscarão responder.

Como Bruschini (1995) pode-se concordar que *“tomando como modelo o trabalho regular, contínuo e formalmente remunerado segundo as regras da economia de mercado predominante nos países capitalistas mais avançados, os critérios de captação de informações sobre trabalho se mostraram inadequados para perceber a atividade econômica da mulher”*.

Por conta disto, procurar-se-á, a fim de contemplar de uma maneira mais fidedigna as tendências do trabalho feminino no Brasil durante os anos 90, em um primeiro momento, avaliar o impacto da desestruturação do mercado de trabalho sobre a ocupação feminina total. Tal procedimento servirá, além deste objetivo, à delimitação da dimensão do emprego formal e regulamentado no conjunto da ocupação.

Após compreendidas as especificidades que a desestruturação do mercado de trabalho vem conferindo ao conjunto da força de trabalho feminina, será proposta, no último capítulo, uma investigação a respeito das tendências que se apresentam no mercado formal e regulamentado de trabalho.

A hipótese principal que norteia tal investigação refere-se ao esgotamento da absorção da mão-de-obra feminina menos escolarizada pelo mercado formal de trabalho.

Por fim, após feita a análise empírica da inserção feminina no mercado de trabalho na primeira metade da década de 90, a título de conclusão, procurar-se-á verificar que sob que formas as questões de gênero até o momento levantadas persistem em meio às constatações empíricas mais recentes.

## **Capítulo 2 A Absorção da Mão-de-obra Feminina nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife sob o Contexto de Desestruturação dos Mercados de Trabalho na Década de 90.**

Ao observar a bibliografia pertinente a análise do comportamento sócio-ocupacional da força de trabalho brasileira, a partir do início do processo de industrialização, sobressai a temática do crescente e ininterrupto aumento da participação do trabalho da mulher, vis à vis a do homem, na composição das atividades econômicas do país.

Isto é bastante claro, a despeito dos problemas metodológicos que envolvem as estatísticas sobre o comportamento da População Economicamente Ativa e que, por razões histórico-culturais relacionadas ao posicionamento do trabalho feminino no interior do sistema capitalista, afetam mais a visibilidade e a medição do trabalho da mulher em contrapartida ao do homem<sup>24</sup>.

Contudo, a década de 1990, traz uma série de evidências que apontam para uma desestruturação geral do mercado de trabalho urbano brasileiro, consubstanciadas na proliferação de formas ocupacionais que refletem mais uma precarização dos estatutos constituídos nos, praticamente, últimos trinta anos do que a expansão de postos de trabalho de qualidade.

Dentro desta perspectiva, qual seja, de desestruturação dos mercados de trabalho urbanos, procurar-se-á neste capítulo verificar quais as principais trajetórias ocupacionais que vêm assumindo a mão-de-obra feminina.

O referencial para análise será o da atividade masculina, a fim de se procurar caracterizar a especificidade feminina no interior do referido processo.

Uma vez que o que se busca é detectar uma tendência geral do trabalho feminino urbano, em termos de participação, lançar-se-á mão, na medida da necessidade, de fontes de pesquisa distintas que guardam metodologias diferenciadas como, por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios do IBGE e a Pesquisa de Emprego e Desemprego/SEADE-DIEESE.

---

<sup>24</sup> A respeito das dificuldades impostas pelos conceitos e procedimentos metodológicos tradicionalmente utilizados para medir trabalho sobre a contribuição do trabalho feminino ver Wajzman, S. e Rios-Neto, E. (1998) e Bruschini (1994).

Com relação aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios salienta-se ainda que a análise emprestará a construção metodológica desenvolvida por Dedecca, C. S. e Rosandiski, E. N. (1998), que faz uma correção dos dados absolutos da ocupação a partir de critérios de precariedade, agrupando-os em três categorias de inserção produtiva<sup>25</sup> e adequando-os a um recorte inter-temporal para a primeira metade da década de 1990.

Por fim, por se tratar, como já mencionado anteriormente, de um esforço para caracterizar tendências mais gerais do trabalho feminino frente ao processo de desestruturação do mercado de trabalho urbano da década de 90, o universo de análise deverá abranger, sempre que possível, os dados das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife. No entanto, outras informações oriundas de contextos urbanos regionais (Nordeste e Sudeste) poderão ser contemplados, ainda que de forma subsidiária.

---

<sup>25</sup> Ver a respeito da construção metodológica das categorias de inserção produtiva em Dedecca, C. e Rosandiski, E. (1998).

## 1. A Continuidade do Crescimento da Atividade Feminina na Região Metropolitana de São Paulo.

A População Economicamente Ativa feminina da Região Metropolitana de São Paulo, segundo os dados da PNAD, continuou crescendo a uma taxa anual mais elevada do que a PEA masculina nos primeiros anos da década de 1990, mantendo a tendência observada nos anos 80 e aumentando assim a participação feminina na PEA total da RMSP de 37,5% em 1990 para 40,7% em 1995.

Para Wajman (1998), estes elementos são de fundamental importância para a aplicação da perspectiva de gênero na análise do mercado de trabalho visto que, sem desqualificar as demais dimensões intrínsecas ao trabalho da mulher<sup>26</sup>, a evolução temporal da PEA feminina, *vis a vis* a masculina, como decorrência da expansão populacional e da dinâmica das taxas de atividade, constitui o indicador mais geral, representando pois, senão uma condição suficiente, a condição necessária para se pensar um equilíbrio entre os sexos no mercado de trabalho.

As taxas de atividade<sup>27</sup> femininas, fruto da conjunção dos indicadores de participação no mercado de trabalho com a evolução populacional<sup>28</sup> da RMSP denotam outros aspectos interessantes da participação feminina no mercado de trabalho nos anos mais recentes.

Conforme pode-se observar na tabela 01, entre 1990 e 1995, a taxa de atividade na Região Metropolitana de São Paulo apresentou um padrão de evolução distinto, segundo um corte de gênero. Enquanto a taxa de atividade masculina decresceu, passando de 75,0% para 74,0%, a feminina incrementou-se em 10,7%<sup>29</sup>, atingindo o patamar de 45,5% em 1995.

<sup>26</sup> Segregação ocupacional, discriminação salarial, entre outros.

<sup>27</sup> Taxa de Atividade: proporção de pessoas com dez anos ou mais de idade, economicamente ativas.

<sup>28</sup> Na matéria demográfica, a queda da taxa de fecundidade da mulher brasileira (incitada pelos processos de controle de natalidade) a partir da década de sessenta "reduziu" o tempo necessário para o encaminhamento da prole, liberando (potencialmente), deste modo, a mulher para o trabalho conceituado "produtivo".

<sup>29</sup> Considerando-se a taxa de atividade a partir da década de 70, o diferencial salta para 35,2 pontos percentuais.

Tabela 01

**Indicadores da Participação Feminina e Masculina.  
Região Metropolitana de São Paulo, 1990/1995 \*.**

	Em porcentagem %			
	MULHERES		HOMENS	
	1990	1995	1990	1995
Taxa de Atividade (PNAD)	41,1	45,5	75,0	74,0
Part. Feminina na PEA	37,5	40,7	62,5	59,3
Desemprego Aberto (PNAD)	5,4	9,9	6,2	8,0
Desemprego Aberto (PED)	12,1	15,3	9,1	11,8

Fonte: PNAD's 1990 e 1995, com valores corrigidos de forma a possibilitar a comparabilidade temporal dos dados.

\* Excluídos os outros, com renda ignorada, até 10 anos com rendimento e missing values.

PED - SEADE/DIEESE, 1990 e 1995.

Segundo Lavinias (1997), a elevação das taxas de atividade femininas entre meados dos anos 80 e meados dos 90 deixa claro ainda uma aproximação, em termos etários, entre o perfil de atividade feminina e masculino.

Ou seja, o perfil da atividade feminina, anteriormente marcado por um pico de atividade entre 20-24 anos de idade, seguido de um decréscimo desta que refletia claramente o ciclo de matrimônio e reprodução se desfaz nos anos 90, conferindo à faixa etária dos 30-44 anos (em 1995) um nível de atividade superior à de idades mais jovens.

De outro lado, "a retração da taxa de atividade masculina, sobretudo nas faixas mais jovens, levam à hipótese de que os homens estariam estendendo sua formação escolar e adiando a entrada no mercado de trabalho, dadas as crescentes dificuldades na obtenção de um bom emprego" (LAVINAS, 1997:45).

Para Wajman (1998), a alteração do padrão etário da atividade feminina no Brasil que se explicita a partir de 1986 reflete mudanças fundamentais do trabalho feminino no Brasil vez que afasta este do padrão identificado na literatura como padrão latino-americano de participação, onde o limite cultural impõe à atividade feminina o padrão etário, movendo-o em direção a um padrão similar aos países desenvolvidos nos quais verifica-se um elevado nível de participação feminina até idades avançadas.

Na realidade, sem retomar as inúmeras razões que procuram explicar a crescente presença feminina no mercado de trabalho brasileiro, o que seria aqui redundante, é importante notar que o crescimento das taxas de atividade femininas nos anos 90, deve-

se bem menos ao fator demográfico<sup>30</sup> (crescimento da PIA) do que à busca por parte das mulheres por um trabalho (IBGE, 1995:147).

Deste modo, a explicação para a continuidade do crescimento da participação feminina no mercado de trabalho nos anos noventa através de argumentos estruturais tais como a queda das taxas de fecundidade, as alterações na organização familiar ou os efeitos da urbanização, entre outros, estariam relegadas a um segundo plano, conferindo aos argumentos conjunturais (desemprego, a deterioração dos rendimentos familiares e a necessidade de complementação destes através do trabalho da mulher, cônjuge e/ou chefes) lugar de destaque.

Tal argumentação parece encontrar sustentação, entre outros, no fato de o crescimento da participação feminina nos anos noventa ter-se apresentado justamente nas idades mais adultas (tabela 02) e/ou sobre as cônjuges (+ 24,0% de 89 a 96) e chefes de família (+ 2,7%) do que sobre as filhas que reduziram sua participação em 4,9%<sup>31</sup>.

Tabela 02

**Evolução da Taxa de Participação por Sexo, Segundo a Faixa Etária.  
Região Metropolitana de São Paulo, 1989/96 (em %)**

Faixas Etárias	MULHERES			HOMENS		
	1989	1996	1989/96	1989	1996	1989/96
Total	46,1	50,2	8,9	77,3	74,5	-3,6
10 a 14 anos	9,7	7,9	-18,6	19,4	13,6	-29,9
15 a 17 anos	55,3	46,4	-16,1	74,9	59,1	-21,1
18 a 24 anos	67,8	69,9	3,1	92,6	89	-3,9
25 a 39 anos	58,2	67,8	16,5	96,4	95	-1,5
40 anos e mais	33,4	40,1	20,1	72,7	74,1	1,9

Fonte: PED 1989 e 1996.

<sup>30</sup> PAIVA (1997) procura explicar a maior participação feminina no mercado de trabalho através da queda das taxas de fecundidade.

<sup>31</sup> Dados sobre cônjuges e chefes de família retirados da PED, site Mulher em Dados, Fundação Seade.

## **2. Sinais de Esgotamento na Absorção da Mão-de-obra e Algumas Características do Desemprego Feminino.**

Se até o final dos anos 80, o aumento da atividade feminina esteve acompanhado de um crescimento proporcional da ocupação feminina, fazendo com que o desemprego feminino se desse apenas de maneira "residual", a década de 1990 parece trazer elementos que revertem esta tendência.

Ao início da década de 1990 a população feminina ocupada da Região Metropolitana de São Paulo representava 37,7% do total de ocupados e 94,6% da PEA feminina (PNAD).

Em 1995, as mulheres aumentaram sua participação na ocupação total da região para 40,2%. No entanto, em relação a PEA feminina, a ocupação feminina apresentou uma redução significativa, passando a responder por 90,1%.

Resumidamente isto quer dizer que, embora a ocupação feminina tenha aumentado em relação à ocupação total, o grande crescimento das mulheres que passaram a buscar uma colocação no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo na década de 1990 não foi compensado pelo aumento do número de postos de trabalho que absorveram mulheres na região, o que resultou em um aumento do desemprego feminino bastante significativo neste período.

O desemprego masculino também aumentou no período, porém em proporção bastante menor do que o feminino, segundo a PNAD.

Em 1990, os homens desempregados (PNAD), como proporção da PEA masculina eram 6,2% e, como proporção da PEA total 3,9%. Já as mulheres desempregadas neste mesmo ano representavam 5,4% da PEA feminina e 2,0% da PEA total.

Em meados da década de 1990 nota-se uma inversão na relação desemprego/PEA (feminina) e desemprego/PEA (masculina). Em outras palavras vale dizer que o desemprego feminino passa de 5,4% da PEA feminina de 1990 para 9,9% da mesma em 1995 ao passo que o masculino sai de um patamar de 6,2% para o de 8,0% nesta região no mesmo período.

Portanto, embora o crescimento da ocupação feminina na primeira metade da década de 1990 tenha sido suficiente para manter o desemprego feminino, como proporção da PEA

total ainda em um patamar inferior ao desemprego masculino, a participação feminina no desemprego da RMS, segundo a PNAD, aumentou passando de 35,0% para 46,0%. Isto proporcionou uma “aproximação” da relação entre os sexos no fenômeno do desemprego.

Lavinias (1997) levanta a hipótese de que nos anos 90, quando as curvas das taxas de desemprego masculino e feminino se descolam, *“em decorrência das alterações no emprego industrial – que se reduz fortemente – e em outros ramos produtivos, levando a um aumento da taxa de desemprego masculino, a migração setorial dos trabalhadores homens para outros ramos de atividade (onde os postos de trabalho são piores e menos remunerados) estaria refreando as formas de inserção profissional das mulheres, acarretando um aumento da taxa de desemprego feminino”*. (LAVINAS, 1997:58).

Contudo, por outro lado pode-se argumentar que o aumento do desemprego feminino, *vis à vis* o masculino, explicitado nas Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios para a década de 1990, estaria sendo fruto da adequação metodológica da pesquisa às recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a fim de conferir maior visibilidade a formas não convencionais de inserção da mão-de-obra.

Na realidade, ao confrontar os dados das Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios do IBGE com os das Pesquisas de Emprego e Desemprego (SEADE-DIEESE) verifica-se que embora a taxa de desemprego feminino se apresente mais alta do que a taxa masculina em ambas as pesquisas, a tendência de um crescimento maior do desemprego feminino, bem como a inversão entre as taxas femininas e masculinas apontada pela PNAD parecem não se confirmar na PED.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego aponta um diferencial de 3,0 pontos percentuais em relação ao desemprego masculino e de 7,0 pontos em relação ao feminino.

O diferencial das taxas de desemprego entre estas duas pesquisas deve-se à forma utilizada para fazer a pergunta ao entrevistado. A PED pergunta se o indivíduo procurou emprego, de maneira efetiva, no mês anterior à entrevista. Já a PNAD utiliza o critério da semana de referência para auferir suas estatísticas.

Deste modo, segundo a PED já em 1990 (tabela 01) a taxa de desemprego feminino de 12,1% era maior do que a do desemprego masculino, de 9,1%. De 1990 a 1995, a taxa de

desemprego feminino, ao contrário do que aponta a PNAD, cresce percentualmente menos do que o desemprego masculino.

Ou seja, o fato de a pergunta referir-se ao mês e não à semana anterior à pesquisa parece afetar mais a mulher. Isto torna-se relevante na medida em que esclarece o fato de que já no início dos anos 90 o desemprego feminino era mais elevado do que o masculino, ainda que isto não tenha sido captado pela PNAD.

Procurando tecer uma hipótese que explique a inversão entre as taxas de desemprego masculino e feminino apresentadas pela PNAD pode-se arriscar que, dada a dificuldade crescente de encontrar trabalho por parte dos homens, as mulheres, ao serem mais requisitadas no auxílio/manutenção da renda familiar, passam a procurar trabalho o tempo todo e isto teria contribuído para que em 1995 a PNAD captasse o desemprego feminino sob uma taxa mais elevada do que o masculino, o que não teria acontecido em 1990.

Considerando a evolução do desemprego nos anos 90 por faixa etária (tabela 03) nota-se que, independentemente do sexo, a taxa de desemprego dos jovens é mais elevada do que para as idades mais adultas.

Nota-se, outrossim, que foi na faixa de 15 a 17 anos que houve a maior variação, em pontos percentuais, das taxas de desemprego tanto masculinas quanto femininas.

Tabela 03

**Taxas de Desemprego por Sexo, Segundo a Faixa Etária,  
Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1996.**

Faixas Etárias	MULHERES		HOMENS	
	1989	1996	1989	1996
<b>Total</b>	<b>10,6</b>	<b>17,2</b>	<b>7,5</b>	<b>13,5</b>
10 a 14 anos	31,7	43,7	32,4	44,6
15 a 17 anos	26,9	43,5	17,9	34,5
18 a 24 anos	13,9	23,4	10,4	19,0
25 a 39 anos	7,9	14,0	5,1	10,3
40 anos e mais	3,9	8,8	3,3	7,9

Fonte: PED.

Observa-se ainda, curiosamente, que no estrato de 10 a 14 anos de idade, bem como de mais de 40 anos, segmentos etários considerados não-reprodutivos, o diferencial entre as

taxas de desemprego masculino e feminino se dilui, explicitando que a discriminação de gêneros conectada à procriação é um fator relevante na obtenção de um emprego<sup>32</sup>.

Na tabela 04 apresenta-se a estrutura do desemprego, captada através da PED, da Região Metropolitana de São Paulo na primeira metade da década de 1990, que fornece elementos adicionais para o esclarecimento do impasse a respeito do desemprego feminino.

Tabela 04

**Taxas de Desemprego, por Tipo.**  
**Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1996.**

Desemprego	Em porcentagem %			
	MULHER		HOMEM	
	1989	1996	1989	1996
Aberto	8,2	12,5	5,4	8,1
Oculto	2,5	4,7	2,1	5,4
Precário	1,2	2,7	1,7	4,7
Desalento	1,3	2,0	0,4	0,7
<b>Total</b>	<b>10,6</b>	<b>17,2</b>	<b>7,5</b>	<b>13,5</b>
<b>Participação no Desemprego</b>				
Aberto	77,4	72,7	72,0	60,0
Oculto	23,6	27,3	28,0	40,0
Desalento	12,3	11,6	5,3	5,2
Precário	11,3	15,7	22,7	34,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

Nota-se através desta que o desemprego feminino apresentou uma variação positiva maior do que o masculino na categoria de desemprego aberto. No entanto, o desemprego oculto aumentou mais entre os homens.

Ou seja, se os dados agregados do desemprego da Pesquisa de Emprego e Desemprego não confirmaram o crescimento proporcionalmente maior do desemprego feminino, *vis à vis* o masculino na RMSP, a desagregação por tipo de desemprego explicitou que o desemprego masculino cresce mais do que o feminino na categoria de desemprego oculto.

<sup>32</sup> Lena Lavinas, ao analisar o desemprego feminino detecta, outrossim, que o fator escolaridade exerce um peso importante no fenômeno do desemprego das mulheres.

O desemprego oculto atingia proporcionalmente mais as mulheres do que os homens ao final da década de 1980, dada a alta participação de mulheres no desemprego oculto por desalento.

Na década de 1990 o desemprego oculto passou a afetar mais a mão-de-obra masculina devido ao fato de ter ocorrido um aumento expressivo da taxa de desemprego precário masculina.

O fato de o aumento do desemprego precário apresentar-se proporcionalmente menor para as mulheres poderia estar indicando que as mulheres tem conseguido permanecer mais no emprego. Por outro lado, o fato de as mulheres apresentarem um crescimento maior no desemprego aberto pode indicar, outrossim, que elas não estão sendo absorvidas pelo mercado de trabalho nem ao menos de forma precária, hipóteses estas que precisam ser melhor investigadas, mas que, contudo, fogem ao propósito deste trabalho.

### 3. As Alterações na Estrutura Ocupacional Feminina nos Anos 90: informalidade e precarização.

A distribuição de homens e mulheres, segundo a posição na ocupação, que puderam se inserir no mercado de trabalho ao longo dos anos 90 pode fornecer mais elementos para a avaliação da trajetória da mão-de-obra feminina no contexto de desestruturação do mercado de trabalho.

A tabela 05 retrata a distribuição de homens e mulheres ocupados, por posição na ocupação de 1989 e 1997, a partir do resultado da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de São Paulo<sup>33</sup>.

Tabela 05  
**Distribuição de Homens e Mulheres Ocupados, segundo Posição na Ocupação.**  
**Região Metropolitana de São Paulo, 1989/97.**

Posição na Ocupação	MULHERES		HOMENS	
	1989	1997	1989	1997
<b>Inserções Formais</b>	<b>57,5</b>	<b>46,3</b>	<b>66,0</b>	<b>52,0</b>
<b>Assalariados (1)</b>				
Setor Privado	44,6	34,9	58,2	45,9
Setor Público	12,9	11,4	7,8	6,1
<b>Inserções Precárias</b>	<b>22,7</b>	<b>26,3</b>	<b>26,1</b>	<b>36,7</b>
<b>Assalariados Sem Carteira (1)</b>	<b>7,7</b>	<b>10,1</b>	<b>10,0</b>	<b>13,2</b>
<b>Autônomos</b>	<b>15,0</b>	<b>16,2</b>	<b>16,1</b>	<b>23,5</b>
Autônomo para Empresa	5,5	5,6	5,6	8,9
Autônomo para o Público	9,5	10,6	10,5	14,6
<b>Empregador</b>	<b>1,9</b>	<b>3,7</b>	<b>5,5</b>	<b>7,6</b>
<b>Empregados Domésticos</b>	<b>15,1</b>	<b>19,1</b>	<b>0,5</b>	<b>0,7</b>
<b>Trabalhadores Familiares</b>	<b>2,2</b>	<b>3,0</b>	<b>1,0</b>	<b>1,6</b>
<b>Demais</b>	<b>*</b>	<b>1,4</b>	<b>1,6</b>	<b>1,3</b>

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

(1) Inclusive os Assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

\* dados não disponíveis.

Nota-se no decorrer do período, uma ampliação das inserções precárias<sup>34</sup>, do serviço doméstico e das demais formas de ocupação em detrimento das inserções formais, que tiveram seu peso reduzido na distribuição.

<sup>33</sup> Site MULHER EM DADOS, <http://www.seade.gov.br>

<sup>34</sup> O termo "precarização" envolve uma série de debates teóricos sobre o trabalho. Para Frader, L., o termo precarização só pode ser concebido em oposição a uma situação de estabilidade ou, se se quiser, de não-precarização. Desta forma, não se aplicaria à caracterização do trabalho feminino posto que, historicamente o mesmo nunca tendeu ou partiu de uma situação de estabilidade. Logo, a contraposição se dá através do cruzamento com uma categoria de análise masculina. Já

Neste caso, foi o Setor Privado o responsável pela maior expulsão de trabalhadores já que a redução no Setor Público, sobretudo para as mulheres, foi pouco significativa.

As inserções formais femininas, no entanto, que chegaram ao final da década de 1980 a absorver 57,5% das ocupadas da região, chegaram à segunda metade da década de 1990 alocando apenas 46,3% destas.

Por outro lado, as inserções precárias que absorviam em 1989 26,1% dos homens e 22,7% das mulheres passaram, em 1997 a comportar 36,7% dos homens e 26,3% das mulheres.

A primeira impressão que se tem é a de que o crescimento das inserções precárias atingiu mais aos trabalhadores do sexo masculino.

Contudo, considerando o emprego doméstico como uma forma também bastante precária de ocupação (Abreu, A., Jorge, A. e Sorj, B., 1995) tem-se, em 1997, 45,4% das mulheres ocupadas segundo formas precárias de inserção no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo.

Isto porque, além de o emprego doméstico contribuir com boa parte da absorção da mão-de-obra feminina (15,1% em 1989 e 19,1% em 1997), entre 1989 e 1997, foi a forma de ocupação feminina que apresentou a variação positiva mais significativa, depois dos assalariados sem carteira de trabalho assinada pelo empregador, se considerado o peso da categoria ocupacional na composição da ocupação das mulheres.

Por fim, cabe fazer uma breve menção à posição dos empregadores na estrutura ocupacional.

As mulheres apresentaram nesta posição um crescimento percentual (97,2%) bem mais elevado do que os homens (34,2%). No entanto, em 1989, as mulheres ganhavam 20,4% menos do que os homens nesta posição. Em 1997, embora o peso dos empregadores na distribuição ocupacional feminina tenha se aproximado ao dos homens, os salários das mulheres ficaram 32,4% mais baixos que o dos homens<sup>35</sup>, revelando a existência de um

---

para Molinier, P. o termo precarização se refere a uma característica do emprego. Dentro desta perspectiva o autor assume o termo como as formas de sofrimento geradas pelos processos de reestruturação e o temor da perda do emprego. Por ora, o termo será empregado mais de acordo com a posição de Molinier, P.

<sup>35</sup> Fonte: PED

diferencial, demarcado pelo gênero, mesmo nas posições ocupacionais tidas como não-precárias.

Sobre isto, comenta Lavinias (1995) que:

*"Num estudo recente sobre projetos de geração de renda para mulheres de baixa renda, Abreu, Jorge e Sorj observam que a clientela feminina que procura o circuito formal de capacitação (Sebrae, Banco da Mulher, etc), embora registre nível de escolaridade elevado, apresenta forte concentração em poucas atividades, de perfil tradicional feminino, como confecção e alimentação, e prioriza o trabalho a tempo parcial, em casa ou fora dela, para facilitar a execução das tarefas domésticas. Mais grave, nos estratos de baixa renda, as mulheres sobrevivem em micro e pequenas unidades de produção cujo desempenho econômico é crítico (...). Ou seja, reproduz-se um padrão de gênero que não muda nem em se tratando de atividades autônomas/empresariais ou próximas disto. (...) Isso parece indicar que o mundo empresarial implica a priori um corte social (...)"* (LAVINAS, 1995:09).

O crescimento de formas precárias de inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90 pode ser ainda corroborado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, apresentados na tabela 06.

A distribuição ocupacional da mão-de-obra, por categorias de inserção produtiva<sup>36</sup> (CIP1, CIP2 e CIP3), denota uma maior concentração feminina nos setores não-capitalistas (CIP 2 e 3) em contraposição à mão-de-obra masculina que se concentra mais no setor capitalista formado pelo grupo 1.

Verifica-se ainda, através da variação percentual da ocupação masculina e feminina que o núcleo capitalista estruturado, formado pelo grupo 1(CPI 1), expulsou proporcionalmente mais mulheres do que homens no período 1990/95.

---

<sup>36</sup> Dedecca, C. e Rosandisky, E. (1998), desenvolveram, no trabalho *Reorganização Econômica, Ocupação e Qualificação*, uma construção metodológica com a preocupação de criar categorias de análise compatíveis à nova heterogeneidades da estrutura econômica e do mercado de trabalho, consolidada, de maneira explícita nos anos 90. A partir dos dados de ocupação da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) procede-se uma correção fundamentada em critérios de precariedade que resultam na formação de três categorias de inserção produtiva, CIP 1, CIP 2 e CIP3. A Categoria de Inserção Produtiva 1 (CPI 1), agrupa os empregados do Setor Público (estatutários + outras formas de contratação de todos os setores de atividade), Setor Privado (empregador com + 5 empregados, empregados c/c 5 + empregados e empregados s/c + 5 empregados). A CIP 2 diz respeito aos empregadores com até 5 empregados, os empregados c/c até 5 empregados, empregados s/c até 5 empregados, conta própria que trabalha em local fixo e conta própria que trabalha com equipamento automotivo. Finalmente, a CPI 3 abrange os empregados domésticos, os trabalhadores sem rendimento de todos os setores, os conta própria (local fixo e automotivos) da construção civil e do terciário para pessoas, os conta própria ambulantes, os empregados (c/c, s/c) e empregadores até 5 empregados do terciário para pessoas e da construção civil.

Tabela 06

**Distribuição de Mulheres e Homens Ocupados,  
por Categorias de Inserção Produtiva\*,  
da Região Metropolitana de São Paulo - 1990 e 1995.**

Categorias de Inserção Produtiva	Em porcentagem %			
	MULHERES		HOMENS	
	1990	1995	1990	1995
<b>GRUPO 1 (CPI 1)</b>				
Emprego no Setor Público	15,8	16,0	5,2	6,3
Emprego no Setor Privado	48,2	38,6	69,8	58,4
	<b>64,0</b>	<b>54,5</b>	<b>75,0</b>	<b>64,7</b>
<b>GRUPO 2 (CPI 2)</b>	<b>4,9</b>	<b>6,9</b>	<b>6,7</b>	<b>9,3</b>
<b>GRUPO 3 (CPI 3)</b>				
Emprego Doméstico	14,4	17,0	0,7	0,8
Demais	16,6	21,6	17,6	25,2
	<b>31,0</b>	<b>38,6</b>	<b>18,3</b>	<b>26,0</b>
<b>TOTAL (1+2+3)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD, dados agregados segundo critério de precariedade elaborados por Rosandisky, E. (CESIT/UNICAMP).

OBS: VER DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DE INSERÇÃO PRODUTIVA NA NOTA DE RODAPÉ N° 35, pg. 48.

Considerando ainda a variação do grupo 1 (CPI 1) nota-se uma redução feminina proporcionalmente maior no emprego do Setor Privado combinada a uma ampliação da ocupação masculina no Setor Público, ainda que este constitua pouca representatividade para a ocupação masculina (apenas 6,3% em 1995).

Por outro lado, o grupo 3 (CPI 3), que engloba as formas ocupacionais mais precárias do setor não-capitalista, e cuja presença feminina é bastante intensa (38,6% em 1995), denota uma situação favorável à incorporação da mão-de-obra masculina, à exceção do serviço doméstico, o que parece conferir elementos que reforçam à hipótese levantada por Lavinias (1997) de que o desemprego masculino nas ocupações industriais e a entrada dos homens em outras formas de ocupação estaria pressionando as formas de inserção femininas.

#### **4. A Constatação da Disparidade da Atividade Feminina em Regiões Metropolitanas a partir da Comparação entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife.**

Anita Kon (1995) salienta, ao analisar a segmentação ocupacional brasileira o fato de que, *“de um modo geral, a composição da distribuição ocupacional por gênero, reflete os movimentos líquidos das tendências conjunturais e a longo prazo, dos ajustamentos da economia às transformações tecnológicas e da estrutura produtiva, que se apresentam de forma diferenciada regionalmente, de acordo com os impactos espaciais de políticas econômicas, associados a fatores culturais específicos, que se traduzem em padrões particulares de segmentação”* (KON, 1995:1425).

A partir de tal constatação surge a preocupação de se caracterizar os indicadores da participação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Recife a fim de se procurar quantificar e qualificar, ainda que sucintamente, a disparidade regional, em termos da atividade feminina, na década de 1990.

A participação feminina na População Economicamente Ativa da Região Metropolitana de Recife era levemente superior a de São Paulo em 1990 (38,6% contra 37,5%). De 1990 a 1995 esta tendência se manteve.

Por outro lado, a despeito da intensidade demonstrada no crescimento da PEA, a taxa de atividade das mulheres da RMR era substancialmente menor à da RMSP em 1990, de apenas 24,0%. A evolução do período, por seu turno, tratou de distanciar ainda mais este indicador da participação feminina no mercado de trabalho entre as regiões observadas.

Isto deve-se ao fato de que, neste período, o crescimento anual médio da população feminina residente de mais de dez anos de idade, que não se inseriram na PEA da RMR, foi bem maior do que o da RMSP.

Em outras palavras vale dizer que, embora a PEA feminina da RMR tenha crescido a uma taxa anual média mais elevada do que a da RMSP, mesmo a partir de um patamar mais elevado ao início dos anos 90, tal crescimento não se refletiu em uma elevação semelhante, entre as regiões, da taxa de atividade feminina mas, ao contrário, estas se distanciaram dada a dessincronia inter-regional entre o crescimento da população de mais de dez anos de idade que se tomaram economicamente ativas.

Mas, e qual foi o comportamento da ocupação feminina neste período na Região Metropolitana de Recife ?

Em 1990 as mulheres de Recife participavam em 38,9% do estoque ocupacional da região. Isto equivalia a 95,3% da PEA feminina.

Em 1995, a participação feminina na ocupação cresceu, passando a 41,2%. No entanto, apenas 88,3% da PEA feminina passou a estar ocupada neste ano.

Do ponto de vista inter-regional, a maior taxa de crescimento anual da PEA feminina da Região Metropolitana de Recife, em relação à São Paulo, combinada à debilidade na taxa anual de crescimento da ocupação feminina fez com que as mulheres de Recife passassem a participar menos do mercado de trabalho, como proporção da PEA, do que na Região Metropolitana de São Paulo, revertendo pois o quadro observado no início da década.

Deste modo, situação semelhante à observada em São Paulo se apresentou para as mulheres que passaram a buscar uma colocação no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Recife mas não conseguiram efetivamente se ocupar na primeira metade da década de 1990.

Ou seja, o desemprego aberto feminino que era de 4,7% em Recife e 5,4% em São Paulo (PNAD) em 1990 passou a 11,7% naquela região e 9,9% nesta em 1995, respectivamente.

O desemprego aberto feminino (4,7%) na região de Recife, assim como na de São Paulo, partiu de um patamar menor do que o masculino (5,8%), como proporção da PEA, no início dos anos noventa e chegou à metade da década em um patamar superior (11,7%) aos homens desempregados (8,8%)<sup>37</sup>.

A distribuição ocupacional por gênero da Região Metropolitana de Recife, bem como sua variação nos anos 90, apresentada na tabela 07, revela uma situação de ocupação da mão-de-obra feminina ainda mais perversa do que a apresentada na Região Metropolitana de São Paulo.

---

<sup>37</sup> Infelizmente, a Pesquisa de Emprego e Desemprego teve início na Região Metropolitana de Recife somente no ano de 1998, o que impossibilita uma análise tal qual a realizada para a RMSP.

Tabela 07  
**Distribuição de Mulheres e Homens Ocupados,  
 por Categorias de Inserção Produtiva\*.  
 Região Metropolitana de Recife - 1990/95.**

Categorias de Inserção Produtiva	MULHERES		HOMENS	
	1990	1995	1990	1995
<b>GRUPO 1</b>				
Emprego no Setor Público	4,3	11,8	6,7	7,8
Emprego no Setor Privado	45,9	27,5	59,6	46,6
	<b>50,2</b>	<b>39,3</b>	<b>66,2</b>	<b>54,4</b>
<b>GRUPO 2</b>	<b>4,1</b>	<b>5,1</b>	<b>6,1</b>	<b>8,3</b>
<b>GRUPO 3</b>				
Emprego Doméstico	23,7	24,0	1,8	1,1
Demais*	22,0	31,6	25,9	36,2
	<b>45,7</b>	<b>55,6</b>	<b>27,6</b>	<b>37,3</b>
<b>TOTAL (1+2+3)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD's 1990 e 1995, excluídos os menores de 10 anos, outros, sem declaração e missing values.

O setor mais organizado, denominado 'setor capitalista urbano' e composto pelo Grupo 1, absorvia, na região de Recife, 13,8% menos a mão-de-obra feminina ocupada do que na região de São Paulo no início dos anos 90, sendo este diferencial, praticamente, de responsabilidade do Setor Público.

Por outro lado, o Setor menos organizado ou 'não capitalista urbano não articulado produtivamente' (grupo 3) agrupava 14,7% mais mulheres e 9,3% mais homens em Recife naquele mesmo ano.

O emprego doméstico, por seu turno, compreendia 23,7% da ocupação feminina de Recife, o que significa 18,6% mais que em São Paulo. Já as demais formas de ocupação que compreendiam o grupo 3 pesavam 5,4% mais naquela região.

De 1990 a 1995 parece ter-se verificado uma deterioração ainda maior da ocupação feminina, quer seja pelo aspecto inter-regional, quer na segmentação ocupacional por gênero.

No segmento mais organizado do mercado de trabalho (grupo 1), verificou-se uma redução de 18,4 pontos percentuais do emprego feminino no Setor Privado, o que significa quase o dobro da apresentada em São Paulo e 5,4 p.p. maior do que a apresentada pela ocupação masculina (do Setor Privado) de Recife no mesmo período.

Já o emprego no Setor Público de Recife continuou incorporando mão-de-obra feminina na década de 1990.

No segmento menos organizado, por seu turno, houve um estancamento na absorção da mão-de-obra feminina através do emprego doméstico em Recife, que cresceu apenas 1,3% do início da década até 1995. Já nas demais formas de ocupação que compõe o grupo 3, as mulheres aumentaram sua participação em 9,6 pontos percentuais.

O balanço do período, segundo um corte inter-regional revela portanto evidências de que o processo de desestruturação do mercado de trabalho, (I) que se traduz na expulsão de trabalhadores do segmento mais organizado do mercado de trabalho (grupo 1), vem distanciando ainda mais o perfil distributivo da ocupação entre as regiões metropolitanas analisadas, quer seja em relação à mão-de-obra masculina ou feminina e (II) que conforma a absorção de trabalhadores no 'setor não capitalista urbano não articulado produtivamente' (grupo 3), além de apresentar um distanciamento inter-regional do perfil distributivo da ocupação, tal qual o verificado na expulsão de trabalhadores do 'setor capitalista' urbano (grupo 1), apresentou um distanciamento entre a mão-de-obra masculina e feminina ocupada, em detrimento desta última.

Por fim, cabe salientar ainda que o distanciamento, entre a ocupação feminina e masculina, do ponto de vista inter-regional, na expulsão do 'setor capitalista urbano' (grupo 1) só se apresentou semelhante dada a continuidade da absorção da mão-de-obra feminina no emprego público de Recife ao longo da primeira metade da década de noventa.

Mesmo na ausência de uma análise dos fluxos inter-ocupacionais do período parece que, se o aumento das taxas de atividade é um fator que continua unificando a trajetória feminina no mercado de trabalho, o fenômeno do desemprego e o arrefecimento, a passos largos, de formas precárias de inserção na década de 1990 parecem agir em sentido oposto.

Deste modo, há de se concordar com o IBGE de que *"longe de representarem um indicador de participação social, o ingresso e a permanência de mulheres no mercado de trabalho podem estar representando, para muitas delas, um sinal inequívoco de exclusão social, devendo, nestes casos, ser lidos não como uma opção sobre um direito adquirido,*

mas como uma imposição do processo de deterioração das condições e relações de trabalho" (IBGE, 1994:XXV).

Em outras palavras, vale dizer que a atividade feminina no Brasil parece se associar de modo crescente nos anos 90, a formas de inserção não convencionais<sup>38</sup> que se dão de acordo com atributos pessoais, esvaziando, portanto as possibilidades que tenham sido forjadas anteriormente de estabilidade e de unicidade no movimento de inserção feminina no mercado de trabalho<sup>39</sup>, sobretudo do ponto de vista dos pressupostos que possam garantir algum meio de controle sobre relação capital-trabalho.

Por outro lado, o fenômeno do crescimento da informalidade que se verifica no mundo do trabalho<sup>40</sup>, ao ampliar o espaço para a atividade feminina, histórica e culturalmente mais correlata a trabalhos de cunho mais flexível, intermitente e terciarizado, pode estar sendo responsável pela manutenção dos níveis de atividade feminina na década de 1990.

Alguns estudos (Lavinias, Barsted, 1996, p.552) tem procurado demonstrar que a informalidade no Brasil atinge proporcionalmente mais mulheres do que homens, sendo que o diferencial vem aumentando na década de 1990<sup>41</sup>. No entanto, existem diferenças regionais marcantes que merecem ser destacadas.

Wanjman e Perpétuo (1997), ao analisar a evolução da informalidade do trabalho feminino nas regiões nordeste e sudeste do país no período de 1992 a 1995, constataram que *"as mulheres nordestinas estão sub-representadas nas posições com carteira de trabalho (tanto empregadas quanto domésticas), como contrapartida de seu maior peso nas posições sem carteira, do funcionalismo público, nas ocupações não remuneradas, empregadores e, sobretudo, na posição de conta-própria, esta última a posição dominante no nordeste"* chamando a atenção ainda para o fato de que, *"do ponto de vista das alterações na década, embora a tendência básica tenha sido a mesma, (...) (I) o importante crescimento da participação das conta própria ocorrido no sudeste (e no país como um todo) não foi acompanhado pelo nordeste; (II) enquanto no sudeste, as funcionárias públicas perderam peso relativo, no nordeste, esta posição continuou*

<sup>38</sup> O termo não-convencionais refere-se à contraposição ao movimento de estruturação do mercado de trabalho, ocorrido de 1930 a 1970. Sobre isto ver: POCHMANN, M. Traços Gerais do Movimento de Desestruturação do Mercado de Trabalho Brasileiro.

<sup>39</sup> Baltar (1996) toca neste ponto ao salientar que, o peso decrescente do emprego com carteira em contraposição ao aumento da informalidade *"restringe as possibilidades do Brasil vir a proporcionar melhores perspectivas de ampliação da segurança e proteção para a população trabalhadora"* (BALTAR, 1996:2540).

<sup>40</sup> Sobre informalidade ver, BALTAR, 1996; WANJMAN e PERPÉTUO (1997), entre outros.

*crecendo e; (III) o crescimento da participação de empregadoras no país foi fortemente determinado pelo incremento desta forma de ocupação no Nordeste” (WANJMAN, 1997:127).*

Como se pode observar o movimento de desestruturação do mercado de trabalho - conectado ao processo de reestruturação econômica e produtiva do país -, explicitado de forma mais contundente na década de 1990, pontuado pela *“redução do assalariamento com registro e de expansão do desemprego e de ocupações não-organizadas”* (POCHMANN, 1997:01), parece atingir proporcionalmente e qualitativamente mais a mão-de-obra feminina do que a masculina.

Por outro lado, a redução do Setor Público como elemento central do processo de ajuste de contas do país neste final de século, com vistas a uma retomada do crescimento/desenvolvimento econômico, somado ao esgotamento do mecanismo de ‘ajustamento’, ocorrido até a década de 1980, entre desenvolvimento do setor terciário, crescimento do produto e geração de emprego e renda (KON, 1997:176), deixam dúvidas quanto à configuração da trajetória a ser seguida pela mão-de-obra feminina no início do próximo milênio.

Desta forma, procurar-se-á, no capítulo seguinte deste trabalho, detectar e avaliar as alterações que possam estar ocorrendo sobre estrutura ocupacional formal e regulamentada, como decorrência do processo de reorientação econômica e produtiva pelo qual vem passando o país, e que possam estar incitando mudanças no padrão de uso e remuneração da mão-de-obra feminina ainda “protegida pelo vínculo formal de contratação”.

---

<sup>41</sup> A taxa de informalidade feminina foi estimada em 54,9% em 1990 e 54,2% em 1993, enquanto que a masculina, nestes mesmos anos, foi de 39,1% e 44,6%, respectivamente.

### **Capítulo 3 As Principais Alterações no Emprego Formal Feminino Urbano na Década de 1990.**

No capítulo segundo deste trabalho procurou-se, com base em dados disponíveis para a medição do emprego e do desemprego nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife (PNAD e PED), apresentar o impacto geral que a desestruturação dos mercados de trabalho nos anos 90 tem exercido sobre a mão-de-obra, em especial a feminina.

Desta forma, constatou-se que embora as mulheres destas regiões continuem se inserindo de modo crescente no conceito de População Economicamente Ativa, o mercado de trabalho tem demonstrado sinais de esgotamento na absorção destas trabalhadoras, que se traduzem na proliferação das inserções precárias e/ou do desemprego em oposição à redução da participação das inserções formais no conjunto da ocupação.

Neste terceiro capítulo procurar-se-á verificar o que vem ocorrendo nos anos 90 com a mão-de-obra feminina inserida no mercado formal de emprego da Região Metropolitana de São Paulo. Por mercado de trabalho formal entende-se como *"aquele onde prevalecem relações de trabalho assalariadas. Dele fazem parte o conjunto de empresas que apresentam relações jurídicas de trabalho, proporcionando ao indivíduo proteção como INPS, FGTS e PIS/PASEP"* (TAGLIASSUCHI & VERGARA, 1985:29).

As variáveis de análise utilizadas compreendem a estrutura setorial, a ocupacional, os rendimentos e, por fim, a escolaridade dos trabalhadores inseridos neste mercado de trabalho.

Após este esforço, a título exclusivo de constatação de algumas das disparidades inter-regionais metropolitanas brasileiras, tecer-se-á um quadro comparativo com a Região Metropolitana de Recife no ano de 1995.

## **1. As Alterações na Estrutura Setorial do Emprego Formal da Região Metropolitana de São Paulo**

Com base em tabulações da Relação Anual de Indicadores Sociais do Mtb, foi possível verificar que o período compreendido entre o final da década de 1980 e meados da de 1990 caracterizou-se pela redução do estoque ocupacional (31/12) formal da Região Metropolitana de São Paulo em aproximadamente 7,0%.

Contudo, o número absoluto de mulheres com emprego formal permaneceu praticamente estável, sofrendo inclusive uma ligeira elevação ao passar de 1.624.728 para 1.680.387 indivíduos. Já o emprego formal masculino teve uma redução de 12,7%<sup>42</sup> no mesmo período.

Isto indica dois elementos importantes da participação feminina na parcela de empregos amparados pela legislação trabalhista e previdenciária.

Em primeiro lugar, que a perda de empregos esteve fortemente concentrada sobre a parcela masculina da mão-de-obra, o que fez com que aumentasse a participação feminina no mercado formal de trabalho da região de 35,3% para 39,3% de 1989 a 1995.

Em segundo, indica senão a continuidade de uma trajetória ascendente no ingresso das mulheres no mercado formal de trabalho, ao menos a manutenção quantitativa, *vis à vis* a mão-de-obra masculina, dos postos de trabalho conquistados até o final da década de oitenta.

O corte analítico por Setores de Atividade IBGE, apresentado na tabela 08, permite verificar por outro lado que, em 1989 a Indústria de Transformação constituía o principal Setor para o emprego formal da Região Metropolitana de São Paulo, com uma participação de 36,8%, ainda que já viesse perdendo peso desde o início da década. Os Serviços, por seu turno, ocupavam a segunda posição, respondendo por 30,2% no emprego formal naquele mesmo ano.

---

<sup>42</sup> Em números absolutos: 2.980.220 para 2.600.720.

Tabela 08

**Distribuição\* do Emprego por Setores de Atividade.  
Região Metropolitana de São Paulo, 1989/95.**

	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	1989	1995	1989	1995	1989	1995
EXTR MINERAL	0,2	0,2	0,0	0,0	0,1	0,1
IND TRANSF	40,9	32,1	29,1	19,2	36,8	27,0
SERV IND UP	1,2	1,8	0,4	0,5	0,9	1,3
CONSTR CIVIL	7,5	7,7	0,9	1,0	5,2	5,1
COMERCIO	11,0	12,6	10,0	10,7	10,6	11,9
SERVICIOS	29,4	33,5	31,5	35,7	30,2	34,3
ADM PUBLICA	9,6	11,6	27,9	32,7	16,1	19,9
AGROPECUARIA	0,1	0,4	0,1	0,2	0,1	0,3
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: RAIS, Mtb. 1989 e 1995.

\* Valores em porcentagem.

A queda do emprego industrial, ocorrida sobretudo entre 1989 e 1992 (ARIAS, 1998:01), fez com que a Indústria de Transformação perdesse sua posição de principal fonte de empregos formais, passando a contribuir em 1995 com 27,0% da absorção do estoque de mão-de-obra empregada formalmente na economia da região.

O peso do Setor de Serviços, por seu turno, passou para a primeira posição na distribuição do emprego formal da região ao saltar de 30,2% para 34,3%.

Os setores de Comércio e Administração Pública também aumentaram sua participação relativa no total da ocupação<sup>43</sup>.

Deste modo, a inversão de posição entre as participações do Setor Industrial e de Serviços parece conformar a principal alteração, em termos setoriais para a absorção de trabalhadores formais, ocorrida na primeira metade da década de 1990.

A Indústria de Transformação tem uma participação muito maior no emprego masculino do que no feminino. Não obstante, como é um setor gerador de empregos de grande importância na região, participa com parcela não desprezível do emprego feminino (29,1% em 1989).

<sup>43</sup> Faz-se necessário esclarecer neste momento uma particularidade da fonte de dados a que nos propusemos analisar. Trata-se do fato de que dada a possibilidade de ampliação das declarações da RAIS ao longo deste período, não é possível afirmar categoricamente que o aumento da participação dos Setores de Serviços, Comércio e Administração Pública em especial, na composição do emprego, deva-se a um aumento real de postos de trabalho nestes. Mas sem dúvida, deve-se a uma redução substancial no emprego industrial (ARIAS, 1998:03).

Neste, porém, pesa desproporcionalmente a Administração Pública. Isto porque, enquanto este Setor representava apenas 16,1% da ocupação da Região Metropolitana de São Paulo ao final da década de 80, seu peso para o emprego feminino era de 27,9%. Isto fazia com que 61,2% do emprego deste Setor fosse ocupado por mulheres naquela data<sup>44</sup>.

O aumento das inserções formais no Comércio, nos Serviços e na Administração Pública compensou a diminuição do emprego na Indústria de Transformação de modo que no total, o emprego formal feminino praticamente não se alterou entre 1989 e 1995. Já o emprego masculino, que tem uma participação maior justamente na Indústria, teve uma redução significativa neste mesmo período.

De 1989 à meados da década subsequente, consolidou-se a ocupação feminina da região primordialmente sobre os setores de Serviços (35,7%), seguido da Administração Pública (32,7%), Indústria (19,2%) e, por fim, Comércio com uma participação de 10,7%. Estes Setores de Atividade passaram a responder portanto por 98,3% do emprego feminino formal da RMSP.

No entanto, como já mencionado, o peso de 19,2% para a ocupação feminina na Indústria de Transformação no ano de 1995 deve-se ao grande peso exercido por este Setor para a geração de empregos na região, visto que 30,6%<sup>45</sup> das mulheres empregadas na Indústria ao final da década de 80 perderam seus postos de trabalho nos primeiros anos da década de 1990.

Resumidamente pode-se dizer que o emprego formal feminino apresentou uma redução em termos absolutos na Indústria de Transformação, e aumentou mais rápido que o masculino nos setores da Administração Pública, dos Serviços e do Comércio.

Este quadro, contudo, é ainda bastante genérico se o que se procura são elementos que possam apontar as alterações, do ponto de vista ocupacional, que possam estar ocorrendo sobre a mão-de-obra feminina do segmento formal de empregos, incitadas pelos processos de reestruturação produtiva e organizacional das empresas em curso após a abertura econômica do país à acirrada competitividade internacional.

---

<sup>44</sup> Este cálculo fez parte de um dos relatórios de pesquisa e foi introduzido aqui apenas de maneira subsidiária, dispensando pois maiores apresentações na forma de tabela.

<sup>45</sup> Idem Nota anterior.

Por isto, recorrer à Estrutura da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) torna-se interessante na medida em que permite averiguar, sob uma outra forma de desagregação, os meandros deste processo de incorporação da mão-de-obra feminina.

Com o intuito de delimitar o campo de análise, atendendo assim de modo mais particularizado o objeto a que este estudo se propõe, a desagregação dos grupos ocupacionais CBO e, na medida da necessidade, de seus sub-grupos proceder-se-á somente nos Setores de Atividade que somam a maior parcela da ocupação feminina, quais sejam, o Setor Terciário Privado (Comércio e Serviços), a Administração Pública e a Indústria de Transformação<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Um outro motivo há ainda para se proceder tal recorte. Diz respeito à sub-declaração setorial, que afeta sobretudo a Agropecuária, a Construção Civil e a Extrativa Mineral (ARIAS, 1998:04).

## 2. As Alterações na Estrutura Ocupacional na Indústria de Transformação da Região Metropolitana de São Paulo.

Ao se observar a distribuição do emprego formal na Indústria de Transformação da Região Metropolitana de São Paulo, por grandes grupos ocupacionais da CBO<sup>47</sup>, é possível notar que a redução de praticamente 30,0% das ocupações femininas (calculada a partir da tabela 09) e masculinas<sup>48</sup> na primeira metade dos anos 90, que permitiu com que a distribuição ocupacional por gênero se mantivesse constante, obedeceu a um critério distinto entre os sexos do ponto de vista dos conteúdos ocupacionais (tabela 09).

Tabela 09

**Participação e Distribuição\* da Mão-de-obra, por Sexo, na Ind. de Transformação. Região Metropolitana de São Paulo, 1989/95**

GRANDES GRUPOS CBO	MULHERES		DISTRIBUIÇÃO		HOMENS		N (total)	
	Participação		Distribuição		Distribuição		1989	1995
	1989	1995	1989	1995	1989	1995	1989	1995
GRUPO 0	14,4	15,5	3,5	3,5	8,1	7,3	113.286	71.990
GRUPO 1	33,9	43,2	1,1	1,3	0,9	0,6	15.509	9.452
GRUPO 2	8,8	13,2	0,6	1,1	2,5	2,9	33.305	27.594
GRUPO 3	41,2	43,2	20,9	22,1	11,6	11,2	234.538	163.907
GRUPO 4	30,2	31,9	4,0	5,8	3,6	4,7	60.696	57.863
GRUPO 5	32,1	40,3	5,0	6,7	4,1	3,8	72.258	53.308
GRUPO 6	12,6	18,9	0,0	0,0	0,1	0,1	1.694	588
GRUPO 7/8/9	26,6	24,9	64,7	59,5	69,1	69,3	1.121.642	764.979
	<b>27,9</b>	<b>27,9</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1.652.928</b>	<b>1.149.871</b>

Fonte: RAIS - Mtb., 1989 e 95

\* valores em %.

Em 1989, as mulheres inseridas no Setor Industrial da RMSP concentravam-se basicamente nas ocupações relacionadas ao processo de produção industrial (grupo 7/8/9) e aos serviços administrativos (grupo 3).

<sup>47</sup> A Estrutura da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) consiste na ordenação de várias categorias ocupacionais, tendo em vista a analogia dos conteúdos de trabalho e as condições exigidas para o seu desempenho. Esta estrutura é constituída por grandes grupos, sub-grupos, grupos de base e ocupações, denominados "categorias ocupacionais". Este trabalho encontra-se limitado aos grandes grupos e, eventualmente, a algum sub-grupo (cujo conteúdo será informado no decorrer do texto). Desta forma, sucintamente, o grande grupo 0/1, representa os trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados. O grande grupo 2, os membros dos três poderes, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados. O grande grupo 3 diz respeito aos trabalhadores de serviços administrativos e assemelhados. Já o grande grupo 4 refere-se aos trabalhadores do comércio. O grupo 5 engloba trabalhadores de serviços de turismo, hospitalidade, serventia, higiene, auxiliar de saúde e beleza, segurança e trabalhadores assemelhados. No grande grupo 6 encontram-se os trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca. Por fim, o grande grupo 7/8/9 agrega os trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados. Para maiores detalhes ver a CBO.

Os homens, por seu turno, encontravam-se preponderantemente alocados em ocupações diretamente relacionadas ao processo produtivo (7/8/9), que representavam 69,1% das ocupações masculinas no Setor e, em menor medida do que as mulheres nos serviços administrativos (grupo 3).

Ao longo da primeira metade da década de 90, enquanto a mão-de-obra masculina mantém praticamente 70,0% dos trabalhadores da Indústria da região nas ocupações ligadas à produção, a feminina experimenta uma desconcentração deste segmento em favor dos serviços administrativos que passam a somar 22,1% da mão-de-obra feminina no Setor e, em menor medida, das áreas de vendas (grupo 4), serviços de conservação e manutenção (grupo 5) e ocupações de direção (grupo 2)<sup>48</sup>.

Já do ponto de vista da participação feminina no Setor, verifica-se que o saldo estável de 27,9% da participação feminina ao longo do período deveu-se por um lado à redução da participação feminina nos grupos ocupacionais relacionados diretamente ao processo de produção e por outro à ampliação desta em todos os demais grupos ocupacionais não relacionados diretamente ao processo produtivo na Indústria<sup>50</sup>.

A título de conclusão, pode-se dizer que duas ordens de fatores influenciaram a ocupação feminina na Indústria de Transformação da Região Metropolitana de São Paulo nos primeiros anos da década de 1990.

A primeira delas diz respeito ao aumento da proporcionalidade feminina nos grupos ocupacionais não diretamente relacionados ao processo produtivo do Setor, quais sejam,

---

<sup>48</sup> Embora não seja possível calcular a queda do emprego industrial masculino a partir desta mesma tabela, este cálculo foi realizado em separado e introduzido de forma subsidiária, dispensando demonstração na forma de tabela.

<sup>49</sup> Contudo, estes grupos configuram-se pouco representativos no conjunto da ocupação feminina na Indústria.

<sup>50</sup> Os grupos relacionados a funções de diretoria e gerência (grupo 2) e agropecuárias, florestais, da pesca e semelhantes (grupo 6) apresentaram variações percentuais na participação feminina da ordem de 50,0%.

Contudo, observando-se a distribuição da ocupação feminina do Setor nota-se que estes grupos (2 e 6) respondem por uma parcela pouco significativa do emprego feminino na Indústria (1,1% e 0,03% em 1995). Ademais, mesmo tendo apresentado as maiores variações percentuais na participação no período, a representatividade feminina nos mesmos em 1995 era ainda de apenas 13,2% e 18,9%, respectivamente.

Os grupos 1 (juristas, professores, escritores, jornalistas, locutores, músicos, produtores, atletas, técnicos desportivos e semelhantes) e 5 (trabalhadores dos serviços de turismo, hospedagem, serventia, higiene e embelezamento, segurança e trabalhadores semelhantes), ocuparam o segundo lugar na variação percentual da proporcionalidade feminina (27,6% e 25,5%).

Mas, assim como os grupos 2 e 6, o grupo 1 configura-se muito pouco expressivo na distribuição ocupacional feminina da Indústria (1,3%). O grupo 5, por seu turno, onde a participação feminina saltou de 32,1% para 40,3%, passou a representar, em 1995, 6,7% das mulheres ocupadas no Setor Industrial.

No grupo 0, concernente às profissões científicas e técnicas, as mulheres, apesar de terem aumentado sua participação em 8,2%, a importância do grupo para a ocupação feminina diminuiu, o que significa uma perda relativa da importância destas ocupações no emprego feminino da Indústria de Transformação.

As trabalhadoras ligadas a atividades comerciais da Indústria (grupo 4) passaram a representar, em 1995, 31,9% destas ocupações, com uma elevação percentual de 5,8% no período.

os grupos 0 (profissões científicas e técnicas), 1 (professores), 2 (diretores e gerentes), 3 (serviços administrativos), 4 (compra e venda), 5 (serviços de limpeza, conservação, alimentação, segurança, turismo, higiene e beleza) e 6 (serviços agropecuários). No entanto não é demais enfatizar que apenas o grupo 3 exerce um peso mais significativo no emprego total.

Na maior parte destes grupos, o aumento da participação feminina deveu-se a uma redução absoluta da mão-de-obra feminina menor do que a redução absoluta masculina já que somente nos grupos 2 (diretores e gerentes) e 4 (compra e venda) as mulheres não apresentaram perda de postos de trabalho<sup>51</sup>.

A segunda ordem de fatores refere-se à distribuição ocupacional feminina da Indústria. Dada a disparidade entre as variações percentuais da distribuição feminina pelos grupos ocupacionais no período 1989/95 verificou-se uma perda de importância dos grupos ocupacionais relacionados diretamente ao processo produtivo da Indústria (grupo 7/8/9), dos relativos às profissões científicas e técnicas (grupo 0/1) e das agropecuárias (grupo 6).

Por outro lado, houve uma concentração da mão-de-obra feminina nas atividades administrativas, comerciais, de limpeza, conservação e segurança e por fim nos cargos de direção e gerência.

Contudo, à metade dos anos 90 apenas dois grupos continuavam responsáveis por 81,6% da ocupação feminina na Indústria de Transformação, sendo 22,1% de responsabilidade dos serviços administrativos e 59,5% das atividades relacionadas diretamente ao processo produtivo.

No caso dos homens, a concentração assentada nos grupos da produção industrial (7/8/9) desde o final da década de 1980 manteve-se. No entanto, é importante ressaltar que, além das ocupações administrativas, das quais a mão-de-obra masculina também participa com um percentual de 11,2% em 1995, os homens tem um peso bem maior do que as mulheres nas ocupações científicas da Indústria de Transformação da RMSP.

---

Por fim, no grupo que refere-se a serviços administrativos (grupo 3), onde encontram-se alocados 22,1% das trabalhadoras, verificou-se o menor crescimento percentual da proporcionalidade feminina no período, de 4,9%.

<sup>51</sup> Os dados absolutos das mulheres ocupadas não aparecem na tabela. Foram analisados em separado.

### **3. A Dinâmica do Emprego Feminino no Setor Terciário<sup>52</sup> Privado da RMSP.**

O Setor Terciário (Privado) da RMSP respondia, ao final dos anos 80, por praticamente 40,0% do estoque ocupacional da RMSP sendo 30,2% de responsabilidade do Setor de Serviços e 10,6% do Comércio (tabela 08).

Ao longo da primeira metade dos anos 90 aumentou o peso, na distribuição inter-setorial, do Setor de Comércio para a ocupação total (+12,3%) e para a feminina (+7,0%). No Setor de Serviços verificou-se um aumento percentual ainda maior, de 13,9% e 13,3%, respectivamente.

Deste modo, o estoque ocupacional do Setor Terciário da RMSP passou a representar 46,2% do estoque total da região, sendo 11,9% para o Comércio e 34,3% para os Serviços.

A distribuição, entre sexos, dentro do Setor Terciário, manteve-se praticamente a mesma para os homens (27,3% no Comércio e 72,7% nos Serviços), alterando-se para as mulheres em favor do Setor de Serviços, o que proporcionou um aumento do diferencial entre homens e mulheres na composição do Setor Terciário da RMSP.

Em outras palavras significa que, (I) do ponto de vista da distribuição inter-setorial da ocupação na RMSP, foi o Setor de Serviços o maior responsável pelo aumento do peso do Setor Terciário no estoque ocupacional da RMSP e (II) do ponto de vista da dinâmica da mão-de-obra masculina e feminina dentro do Setor Terciário, houve um aumento do peso dos Serviços para a mão-de-obra feminina, em detrimento do Comércio (tabela SP 01).

Diante de tal constatação, a pergunta que se coloca é: o que ocorreu dentro dos Setores que compõe o Terciário, do ponto de vista dos conteúdos ocupacionais CBO ?

Em 1989, 78,1% da mão-de-obra feminina do Setor de Comércio da RMSP (tabela 10) encontravam-se distribuídos entre as ocupações relacionadas a vendas/compras (grupo

---

<sup>52</sup> O Setor da Administração Pública será analisado em separado dada sua peculiaridade na absorção da mão-de-obra feminina (alta participação), bem como algumas particularidades provenientes de limitações analíticas da RAIS com relação a este Setor de Atividade que necessitam de uma elucidação prévia.

4: 33,1%) e serviços administrativos (grupo 3: 45,0%). Em 1995 estes mesmos grupos passaram a somar 81,0%. No entanto, apenas o grupo 4 (vendas/compras) foi responsável por este movimento, vez que o grupo 3 (serviços administrativos) sofreu uma ligeira redução de seu peso para a ocupação feminina (-0,2%)<sup>53</sup>.

O diferencial entre os sexos observado na composição ocupacional da Indústria de Transformação ao final dos anos 80 é característica também presente no Setor de Comércio. Ou seja, os homens encontram-se distribuídos em menor medida do que as mulheres nos serviços administrativos (22,0%) e de vendas (31,3%) mas possuem um peso bem maior nas ocupações operacionais de menor qualificação (grupo 7/8/9: 31,1%).

Tabela 10  
Participação e Distribuição\* da Mão-de-obra, por Sexo, no Setor de Comércio. Região Metropolitana de São Paulo, 1989/95.

GRANDES GRUPOS CBO	MULHERES				HOMENS		N (total)	
	Participação		Distribuição		Distribuição		1989	1995
	1989	1995	1989	1995	1989	1995		
GRUPO 0	20,2	23,1	1,8	1,4	3,4	2,6	13.783	11.120
GRUPO 1	32,5	46,6	0,8	0,4	0,8	0,3	3.656	1.697
GRUPO 2	14,3	20,3	1,0	1,5	3,1	3,2	11.493	13.233
GRUPO 3	50,3	52,4	45,0	44,9	22,0	22,4	141.397	153.153
GRUPO 4	34,4	36,6	33,1	36,1	31,3	34,3	152.109	176.236
GRUPO 5	38,0	38,2	9,8	8,4	7,9	7,4	40.660	39.123
GRUPO 6	12,8	17,9	0,1	0,1	0,4	0,2	1.529	737
GRUPO 7/8/9	12,0	11,8	8,5	7,2	31,1	29,5	112.829	109.152
	<b>33,1</b>	<b>35,4</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>477.456</b>	<b>504.451</b>

Fonte: RAIS - Mkt., 1989/95

\* em %.

De 1989 a 1995, a tendência observada na distribuição feminina, qual seja, de concentração em favor das ocupações relacionadas aos processos de compra e venda e em menor medida das ocupações administrativas (grupo 3) se repete para a ocupação masculina. No entanto, em 1995 praticamente 1/3 dos homens ocupados neste Setor ainda encontravam-se nas ocupações de baixa qualificação (grupos 7/8/9).

<sup>53</sup> Na realidade, observando-se a variação percentual da distribuição ocupacional feminina no período 1989/95 nota-se uma concentração da mão-de-obra em apenas dois grupos ocupacionais, quais sejam, o grupo relacionado a atividades comerciais (grupo 4) e o de diretores e gerentes (grupo 2). Contudo, assim como para a Indústria de Transformação, o grupo 2 (diretores e gerentes) possui pouca representatividade no conjunto da ocupação feminina do Setor de Comércio (1,5% em 1995). Mesmo assim, vale destacar que foi neste grupo que se verificou a maior variação percentual positiva da distribuição feminina no período, de 45,1%.

A participação feminina aumentou em praticamente todos os grupos ocupacionais, à exceção do grupo 7/8/9<sup>54</sup>.

É interessante notar, contudo, que os maiores aumentos na participação feminina deram-se nos grupos ocupacionais que possuíam como características 1) um peso pouco significativo na composição ocupacional feminina e 2) uma menor participação feminina, vis à vis os grupos mais representativos para o emprego feminino do Setor. Isto pode estar indicando a ocorrência de um processo de homogeneização da participação feminina entre os grupos ocupacionais no Setor de Comércio.

O Setor de Serviços (tabela 11), como mencionado anteriormente, foi o que mais cresceu, em termos de seu estoque ocupacional, ao longo da primeira metade da década de 1990 sendo que 91,2% dos novos empregos declarados ao Ministério do Trabalho entre 1989 e 1995 pertenciam a trabalhadores do sexo feminino.

Isto fez com que a participação feminina no Setor de Serviços aumentasse em 10,9% passando de 36,8% para 40,8%.

Tabela 11

**Participação e Distribuição\* da Mão-de-obra, por Sexo, no Setor de Serviços.  
Região Metropolitana de São Paulo, 1989/95**

	MULHERES		HOMENS				N (total)	
	Participação		Distribuição		Distribuição		1989	1995
	1989	1995	1989	1995	1989	1995		
GRUPO 0	41,2	35,9	9,9	6,9	8,2	8,5	119.570	115.055
GRUPO 1	55,1	58,1	9,9	10,6	4,7	5,2	90.108	108.517
GRUPO 2	19,2	29,7	1,2	2,5	3,0	4,0	32.044	49.752
GRUPO 3	46,5	49,1	45,2	39,1	30,4	28,0	485.943	475.273
GRUPO 4	30,4	36,5	2,2	2,4	3,0	2,8	36.819	38.756
GRUPO 5	45,7	45,6	26,9	34,7	18,7	28,5	294.263	453.893
GRUPO 6	8,7	4,5	0,1	0,0	0,5	0,4	4.441	4.068
GRUPO 7/8/9	7,7	10,5	4,5	3,8	31,5	22,4	292.566	216.506
	<b>36,8</b>	<b>40,8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1.355.754</b>	<b>1.461.820</b>

Fonte: RAIS - Mtb., 1989/95

\* Em %.

Em 1989, a ocupação feminina deste Setor encontrava-se basicamente sob os conteúdos administrativos (grupo 3: 45,2%), de conservação, limpeza, embelezamento, higiene e

<sup>54</sup>No entanto, apenas nos grupos 2 (gerentes e diretores), 3 (serviços administrativos) e 4 (compra e venda) houve crescimento absoluto do número de mulheres trabalhadoras. Nos grupos 0, 1, 5 e 6, por outro lado, verificou-se uma

segurança (grupo 5: 26,9%) e nas profissões científicas e técnicas (grupo 0 e 1) que, em conjunto, somavam 19,8% da ocupação feminina. A masculina, por seu turno, acompanhou o mesmo perfil observado nos Setores já analisados, ou seja, por volta de 30,0% concentrada nas ocupações operacionais de baixa qualificação (grupo 7/8/9).

A década de 1990 trouxe para o Setor de Serviços uma concentração da mão-de-obra, tanto feminina quanto masculina, sobre o grupo 5 (serviços de apoio de baixa qualificação).

Assim como o grupo 5, o grupo dos serviços administrativos (grupo 3), também tem uma grande relevância para a ocupação feminina no Setor de Serviços. Mas, ao contrário daquele, o grupo 3 que representava 45,2% da mão-de-obra feminina do Setor em 1989, chegou em 1995 representando 39,1%.

A participação feminina no grupo 3 cresceu em 5,5% neste mesmo período devido a uma variação absoluta feminina positiva (+3,2%) combinada a uma redução absoluta masculina de -6,9%.

A participação feminina cresceu também nos grupos 1 (professores e juristas) e 4 (compra e venda). Ademais, estes grupos também ganharam peso na distribuição ocupacional feminina.

No grupo 1, verificou-se um crescimento absoluto da ocupação feminina proporcionalmente maior à ocupação masculina. Com isto, a participação feminina no grupo 1 chegou a 58,1% em 1995.

Já no grupo relacionado à atividade comercial do Setor de Serviços (grupo 4) houve um crescimento absoluto da ocupação feminina de 26,3% combinado a uma redução absoluta masculina de -3,9%, o que fez com que a participação feminina no grupo passasse de 30,4% para 36,5%.

Por fim o grupo 0 (profissões científicas e técnicas) perdeu peso (-29,7%) na distribuição ocupacional feminina, além de ter reduzido a participação feminina dentro do grupo em 12,7%. Tal redução na participação feminina deveu-se à saída de 16,0% das mulheres alocadas neste grupo ao final da década de oitenta, somada à entrada de +4,8% de trabalhadores homens.

---

redução absoluta da mão-de-obra feminina combinada a uma redução proporcionalmente maior da mão-de-obra masculina.

Concluindo, pode-se dizer que as mulheres continuam aumentando sua participação na estrutura ocupacional do Setor Terciário da RMSP na década de 1990, sobretudo no Setor de Serviços<sup>55</sup>.

Porém, tanto no Comércio quanto nos Serviços, na maior parte dos grupos ocupacionais o aumento da participação feminina deve-se a uma redução absoluta da mão-de-obra masculina maior do que a redução feminina.

Do ponto de vista da distribuição ocupacional feminina, perdem importância os conteúdos relacionados aos serviços administrativos do Setor Terciário (grupo 3) e ganham as ocupações de vendas no Comércio (grupo 4) e limpeza, embelezamento e higiene, segurança, serventia no Setor de Serviços (grupo 5).

No caso dos homens verifica-se comportamento semelhante, mas estes continuam apresentando até meados dos anos 90 uma grande concentração nas atividades de execução de baixa qualificação, sobretudo no Comércio.

---

<sup>55</sup> No entanto, no Comércio observa-se uma tendência de equilíbrio da participação feminina entre os grupos ocupacionais.

#### 4. O Emprego no Setor da Administração Pública.

Nos anos 90, o emprego feminino no Setor da Administração Pública apresentou importantes alterações. Mas, antes de se proceder uma análise a este respeito, deve-se ter presente uma breve consideração metodológica.

Com relação ao Setor da Administração Pública, Tagliassuchi e Vergara (1985) "*apontam evidências de uma certa tendência a superestimação de registros de empregos (RAIS), em função da declaração duplicada de servidores por órgãos contratantes e órgãos cedentes*"<sup>56</sup> (JANNUZZI, 1995:1327).

Por outro lado, Sabóia e Tolipan (1985) argumentam que a averiguação e consequentemente a correção dos dados através da PNAD, fonte geralmente utilizada para avaliar a eficiência do grau de cobertura da RAIS, não é possível no caso da Administração Pública visto estarem aí incluídas as atividades de ensino público e Previdência Social, o que não ocorre na PNAD vez que estas atividades fazem parte do Setor de Serviços.

Desta forma, os resultados obtidos através de tabulações da Administração Pública devem ser observados com uma certa cautela atentando-se mais para alterações de caráter estrutural e, no nosso caso, para as alterações do ponto de vista do gênero, deixando pois, tendências conjunturais em um plano de menor destaque.

Lança-se pois sobre este Setor:

Administração Pública (tabela 12) constituía o Setor de Atividade com a maior participação feminina da RMSF ao final dos anos 80 (61,2%). Na década de 1990, a participação feminina neste Setor continuou crescendo, atingindo 64,5% em 1995.

Tal fato, mais uma vez, deve-se a ao descompasso entre o crescimento absoluto da ocupação feminina e masculina no Setor. Ou seja, enquanto o estoque ocupacional feminino aumentou 23,4%, o masculino cresceu apenas 7,3%<sup>57</sup>.

<sup>56</sup> Draibe, S. ao estudar o Setor da Saúde no Brasil, verifica, outrossim, esta sobreposição com relação aos gastos em Saúde.

<sup>57</sup> Os grupos ocupacionais responsáveis pela elevação da participação feminina no Setor foram, nesta ordem de relevância, o grupo 7/8/9 (execução de baixa qualificação), o grupo 5 (serviços de manutenção, conservação, higiene, limpeza, segurança), o grupo 6 (serviços agropecuários), o grupo 3 (serviços administrativos) e, finalmente o grupo 2 (membros dos três poderes, funcionários públicos superiores, diretores e gerentes).

Tabela 12

**Participação e Distribuição\* da Mão-de-obra, por Sexo, no Setor de Administração Pública. Região Metropolitana de São Paulo, 1989/95.**

	MULHERES				HOMENS		N (total)	
	Participação		Distribuição		Distribuição		1989	1995
	1989	1995	1989	1995	1989	1995		
GRUPO 0	54,7	50,6	9,4	5,3	12,3	9,5	75.868	57.763
GRUPO 1	77,7	75,4	59,6	54,0	27,1	32,0	339.974	391.393
GRUPO 2	34,5	35,7	0,7	1,0	2,1	3,3	9.003	15.254
GRUPO 3	58,2	64,8	23,7	27,1	26,8	26,7	180.152	228.533
GRUPO 4	34,1	30,5	0,1	0,0	0,2	0,1	699	246
GRUPO 5	40,1	55,2	5,3	11,6	12,6	17,1	58.998	114.673
GRUPO 6	5,2	7,2	0,1	0,0	1,9	0,9	5.480	2.847
GRUPO 7/8/9	9,5	13,2	1,1	0,9	17,1	10,5	52.845	36.387
	<b>61,2</b>	<b>64,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>723.009</b>	<b>847.096</b>

Fonte: RAIS - Mt., 1989/95

\* Em %.

No entanto, observando-se a distribuição ocupacional feminina nota-se que apenas quatro grupos ocupacionais são relevantes, do ponto de vista do emprego feminino no Setor, desde o final da década de 1980.

O grupo 1 (aqui, basicamente professores), mesmo tendo perdido importância ao longo da década de 1990, ainda era responsável, em 1995, por 54,0% do emprego feminino na Administração Pública<sup>58</sup> da RMSP. No entanto, merece destaque o fato de ter decrescido a participação feminina neste grupo devido a um aumento absoluto do emprego masculino (+26,6%) em proporções maiores ao crescimento do emprego feminino (+11,8%).

Em seguida ao grupo 1, vinha o grupo dos serviços administrativos (grupo 3), com um percentual que chegou a 27,1% em 1995.

O grupo 5, apresentou a maior variação percentual no período 1989/95 e chegou a responder por 11,6% da ocupação feminina. Por fim, o grupo 0, relativo às profissões científicas e técnicas variou negativamente 7,5%.

<sup>58</sup> Incluem-se aí as atividades de ensino público.

É interessante notar que a ocorrência uma inversão entre as posições dos grupos 0 e 5. Ou seja, em 1989, o grupo das profissões técnicas e científicas (grupo 0) possuía maior peso para a ocupação feminina em comparação ao grupo dos serviços de manutenção, conservação, higiene, limpeza e segurança (grupo 5). Em 1995 verifica-se que este grupo (grupo 0) passou da terceira para a quarta posição na distribuição do emprego feminino.

A variação percentual da distribuição da mão-de-obra feminina na Administração Pública denota, assim como para os demais Setores de Atividade, a ocorrência de um processo de concentração da mão-de-obra feminina em alguns grupos ocupacionais, dentre os quais merece destaque o grupo relativo aos serviços de manutenção, conservação, higiene, limpeza e segurança (grupo 5).

## 5. O Estreitamento do Leque Ocupacional nos anos 90.

A despeito do aumento da participação da mão-de-obra feminina nos Setores de Atividade que somam 98,3%<sup>59</sup> da ocupação feminina da RMSP (1995), a distribuição ocupacional das mulheres, segundo os grupos ocupacionais CBO, permite verificar que ao final da década de 1980 quatro grupos ocupacionais eram responsáveis, em ordem decrescente de importância, pela alocação de 86,8% da mão-de-obra feminina na RMSP (tabela SP 13).

Tabela 13

**Participação e Distribuição\*, por Grupos ocupacionais CBO, da Mão-de-obra Feminina e Masculina no Mercado de Trabalho Formal. RMSP, 1989/95.**

	MULHERES				HOMENS	
	Participação		Distribuição		Distribuição	
	1989	1995	1989	1995	1989	1995
GRUPO 0	34,0	33,0	7,0	5,1	8,0	7,4
GRUPO 1	71,3	71,1	20,5	22,1	4,9	6,4
GRUPO 2	16,1	25,1	0,9	1,6	2,7	3,4
GRUPO 3	47,8	52,1	31,9	32,4	20,5	21,0
GRUPO 4	32,8	35,6	5,3	5,9	6,4	7,6
GRUPO 5	42,2	46,4	12,6	18,7	10,2	15,3
GRUPO 6	8,2	7,7	0,1	0,0	0,5	0,3
GRUPO 7/8/9	21,5	20,5	21,7	14,1	46,8	38,6
Total	37,1	41,4	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS, 1989 e 1995.

\* Em %.

No período 1989/95 explicitou-se uma concentração progressiva da inserção feminina nos Grandes Grupos relacionados às profissões de membros dos três poderes, professores e juristas (grupo 1), serviços administrativos (grupo 3) e serviços de limpeza, conservação, higiene, segurança e auxílio da área médica (grupo 5). Por outro lado, houve uma desconcentração do grupo 7/8/9 que refere-se às ocupações relacionadas diretamente à produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assemelhados (7/8/9).

<sup>59</sup> Indústria, Comércio, Serviços e Administração Pública.

Os grupos 1, 3 e 5 que somavam 65,0% da mão-de-obra feminina da RMSP em 1989 passaram a agrupar em meados dos anos noventa 73,2% desta<sup>60</sup>.

Procurar explicitar o grau bem como o perfil desta concentração, *vis à vis* o comportamento da mão-de-obra masculina, parece significativo da perspectiva de uma análise qualitativa do trabalho feminino.

Neste sentido, tomando-se, em conjunto, os grupos ocupacionais em que houve concentração da mão-de-obra masculina no mesmo período nota-se, em primeiro lugar, que eles coincidem com os grupos que participaram da concentração feminina. Ou seja, o processo de concentração da mão-de-obra feminina e masculina deu-se sobre os mesmos grupos ocupacionais, quais sejam, os grupos 1, 3, 5 e, em menor medida sobre os grupos 2 e 4.

Em segundo, percebe-se que existe um diferencial significativo entre os sexos na composição destes grupos, já que na distribuição feminina os mesmos concentravam, ao final dos anos oitenta, 71,2% das mulheres ocupadas e na masculina apenas 44,7% dos homens.

Finalmente, em terceiro, verifica-se que de 1989 a 1995, a concentração da mão-de-obra nestes grupos foi percentualmente maior para os homens do que para as mulheres<sup>61</sup>. No entanto, mesmo assim, em 1995 apenas 53,7% dos homens ocupados no mercado de trabalho formal encontravam-se distribuídos entre os grupos de 1 a 5 da CBO.

Do ponto de vista da inserção feminina no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo é o grupo ocupacional dos serviços administrativos (grupo 3) que possui maior relevância desde o final dos anos 80, respondendo por mais de 30,0% da ocupação feminina. Contudo, é neste grupo também que o processo de concentração de mão-de-obra dos anos 90 mostrou-se menos vigoroso.

Isto porque, como visto anteriormente, este grupo perde importância na distribuição feminina do Setor Terciário e tem a menor variação percentual da Indústria e da Administração Pública<sup>62</sup>.

---

<sup>60</sup> Contudo, é interessante ressaltar que os grupos 2 (diretores e gerentes) e 4 (ocupações relacionadas a compra e venda) também compartilharam deste processo de concentração da distribuição da mão-de-obra feminina.

<sup>61</sup> Ou seja, enquanto a concentração feminina sobre os grupos de 1 a 5 foi de 13,5%, a masculina foi de 20,2%.

<sup>62</sup> Para a distribuição masculina a importância das ocupações administrativas cresce apenas no Setor de Comércio.

A desagregação do grupo dos serviços administrativos, através de seus sub-grupos denota que o processo de concentração da mão-de-obra dá-se de forma diferenciada entre os sexos. Desta forma, as mulheres passam a se concentrar mais, nesta ordem, nas ocupações de agentes de administração de empresas públicas (sub-grupo 31), classificadores de correspondência, carteiros e mensageiros (sub-grupo 37), chefes de serviços de transporte e comunicações (sub-grupo 35) e telefonistas (sub-grupo 38). Já para os homens, a maior concentração dá-se no sub-grupo relativo a telefonistas, seguido do sub-grupo dos agentes de administração de empresas públicas.

Por outro lado, ocorre uma grande perda de importância, para ambos os sexos, dos postos de trabalho de chefes intermediários, administrativos, de contabilidade e finanças (sub-grupo 30), secretários, datilógrafos (sub-grupo 32), trabalhadores da contabilidade, caixas (sub-grupo 33), operadores de máquinas contábeis, de calcular e de processamento automático de dados (sub-grupo 43).

Em seguida ao grupo 3 (serviços administrativos), vem o grupo 1 (professores, juristas, escritores, jornalistas, artistas, técnicos desportivos, produtores e trabalhadores assemelhados) na inserção feminina no mercado de trabalho da RMSP, com uma participação, em 1995, de 22,1%.

O aumento da importância deste grupo foi maior para os homens (30,6%) do que para as mulheres (7,9%). No caso das mulheres a concentração esteve condicionada aos Setores Industrial e de Serviços ao passo que para os homens a concentração deveu-se a Administração Pública e aos Serviços.

A desagregação através dos sub-grupos ocupacionais do grupo 1 da CBO permite verificar ainda que o processo de concentração da mão-de-obra feminina e masculina deu-se basicamente sob os mesmos conteúdos ocupacionais. Ou seja, ganharam peso nas distribuições masculina e feminina as ocupações de jornalistas, escritores, redatores, técnicos desportivos e atletas profissionais.

Contudo chama a atenção o sub-grupo ocupacional 13, relativo a ocupação de professores. Nesta categoria, reduz-se a importância para o trabalho feminino, aumentando para o masculino em quase 30,0%.

O terceiro grupo, em ordem de relevância para a composição do emprego feminino, constitui-se dos trabalhadores dos serviços de manutenção, conservação, higiene e limpeza (grupo 5). Neste, ocorre uma concentração feminina no período 1989/95 de 48,2%, impulsionada, em grande medida, pelos Setores de Serviços e Administração Pública.

Na distribuição ocupacional masculina apresentou-se a maior concentração neste mesmo grupo ocupacional (grupo 5) e tanto para os homens quanto para as mulheres foi o sub-grupo dos trabalhadores de serviços de higiene, embelezamento e auxílio da área médica, tais como cabeleireiros, manicures, auxiliares de enfermagem, instrumentadores cirúrgicos (sub-grupo 57) o que mais cresceu.

Em seguida a este, veio o sub-grupo dos gerentes de hotéis, restaurantes e bares, onde as mulheres aumentaram seu peso em 60,5%.

Por fim, no sub-grupo mais relevante para a ocupação feminina do grupo 5 no final dos anos 80, e que diz respeito aos trabalhadores dos serviços de administração/conservação de edifícios (faxineiros, lixeiros, limpadores de janelas) o trabalho feminino perde importância e os homens passam a aumentar seu peso nestas ocupações<sup>63</sup>.

Embora do ponto de vista da inserção feminina no mercado de trabalho formal e regulamentado da RMSP, sejam os grupos ocupacionais 1, 3 e 5, que, em conjunto, representem quase dois terços da ocupação feminina em 1995, na primeira metade da década de noventa o grupo ocupacional que mais se destacou, como já mencionado na análise setorial dos grupos ocupacionais CBO, foi o grupo 2 (diretores, gerentes e membros da diplomacia) com uma elevação percentual de 82,5%, em grande medida condicionada pelo Setor de Serviços.

No entanto, a desagregação dos sub-grupos ocupacionais deste grupo denota uma redução no peso distributivo dos membros da diplomacia (sub-grupo 22) combinada a uma ampliação bastante grande do peso das diretoras de empresas (sub-grupo 23) e, em menor medida, dos membros superiores dos três poderes (sub-grupo 21) e das gerentes de empresas (sub-grupo 24).

---

<sup>63</sup> O mesmo ocorre com relação às profissões de lavadeiros e tintureiros em geral.

Para a concentração da mão-de-obra masculina, o grupo 2 ficou apenas em terceiro lugar, com um crescimento percentual de 25,6%<sup>64</sup>. Contudo, os sub-grupos apontam que, diferentemente do ocorrido com as mulheres, a ocupação de gerência perdeu peso na distribuição masculina deste grupo.

Este dado parece interessante na medida em que revela o fato de que em um período de perda relativa da importância dos cargos de gerência das empresas (-3,7%), fruto, entre outros dos processos de fusão, desverticalização e enxugamento dos níveis hierárquicos, as mulheres puderam aumentar seu peso nesta ocupação (gerência) em 37,4% na primeira metade da década de 1990.

Por outro lado, embora ainda pouco expressivo na composição ocupacional feminina, o cargo de diretoria das empresas passa, de modo crescente, a ser confiado a mulheres.

---

<sup>64</sup> Para os homens, a maior contribuição para a concentração no grupo 2 foi do Setor da Administração Pública, com 55,1%. Em seguida veio o Setor de Serviços com 33,7%.

## 6. O Impacto Sobre o Rendimento do Trabalho Feminino.

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho formal da RMSP na década de 1990, bem como a constância do estoque ocupacional feminino, deveu-se aos Setores da Administração Pública, de Serviços, e, em menor medida do Comércio, que ora incorporaram proporcionalmente mais mulheres, ora expulsaram proporcionalmente mais homens.

Contudo, cabe perguntar em que medida a maior participação feminina alterou o comportamento do fator 'remuneração' das trabalhadoras, *vis à vis* a remuneração masculina ?

Para responder a tal indagação muitos trabalhos procuram quantificar a disparidade salarial entre homens e mulheres através da comparação entre a evolução das medidas de tendência central destes ao longo do tempo.

Uma outra forma de análise diz respeito à distribuição feminina, por estratos salariais, a partir do referencial das medidas do 1º quartil, mediana e 3º quartil da distribuição masculina, procurando quantificar o percentual de mulheres no mercado formal de trabalho que auferem rendimentos até: (I) o 1º quartil masculino; (II) a mediana masculina; (III) o 3º quartil masculino e acima deste<sup>65</sup>.

O resultado a que se chegou para a Região Metropolitana de São Paulo encontra-se na tabela 14.

---

<sup>65</sup> Para tal, calculou-se estas medidas (mediana e quartis) para os trabalhadores homens, através da fórmula da mediana para dados agrupados. Supondo-se uma distribuição linear entre os sexos na freqüência da classe que contém a mediana masculina, estimou-se o percentual, através desta, de trabalhadoras que auferiam rendimentos menores ou iguais à mediana masculina na classe feminina correspondente à mediana masculina. Posteriormente, verificou-se a freqüência acumulada feminina anterior à classe da mediana masculina, somando-se a esta o percentual estimado de trabalhadoras na classe da mediana masculina, encontrando-se o total de mulheres com rendimento igual ou menor do que a mediana masculina. Por fim, calculou-se a razão entre estas mulheres e o total de trabalhadoras da RMSP, encontrando-se assim, o percentual de mulheres, com relação à distribuição feminina, que auferem rendimentos até a mediana masculina.

Tabela 14

**Distribuição e Diferencial da Remuneração entre a Mão-de-obra Masculina e Feminina.  
RMSP, 1989/95.**

	HOMENS			MULHERES		
	1989 e 1995		1989	1995	1989	1995
	%		Salários Mínimos de 1995*		%	
	Relativo	Acumulado				
1º Quartil	25,0	25,0	4,5 SM	3,3 SM	38,0	38,0
Mediana	25,0	50,0	7,7 SM	5,7 SM	27,1	24,8
3º Quartil	25,0	75,0	14,4 SM	10,9 SM	21,1	22,7
4º Quartil	25,0	100,0	Mais de 14,4 SM	Mais de 10,9 SM	13,7	14,5
Total	100,0				100,0	100,0

Fonte: Rais, 1989 e 1995.

\* Salário Mínimo de 1989, deflacionado pelo INPC/IBGE, Base: dezembro/95=1

\* Inclui em julho/94 a inflação em Real de 7,75%.

De um modo geral, é possível afirmar, através dos dados obtidos pelo procedimento utilizado, que existe um percentual muito maior de mulheres, *vis à vis* a distribuição masculina, que percebem rendimentos menores ou igual ao 1º quartil masculino. Ou seja, enquanto 25,0% dos homens da RMSP ao final da década de 1980 tinham salários menores ou igual a 4,5 mínimos (em R\$ de 1995), 38,0% das mulheres encontravam-se nesta mesma situação.

Por outro lado, observando-se o outro extremo da distribuição salarial tem-se que apenas 13,7% das mulheres ganhavam mais do que 14,4 salários mínimos (12/95).

Ao longo da primeira metade dos anos 90 houve uma ligeira alteração na distribuição feminina em favor dos estratos mais bem remunerados não modificando, contudo, a base da pirâmide salarial (ou 1º quartil) que continuou concentrando 38,0% das mulheres.

A mediana dos salários dos homens, entre 1989 e 1995 caiu de 7,7 salários mínimos (12/95) para 5,7 SM. A proporção de trabalhadoras ganhando mais que a mediana do salário dos homens aumentou de 34,8% para 37,2%. Ou seja, a mediana do salário das mulheres não caiu tanto quanto à dos homens.

A análise Setorial desta construção metodológica revela diferenças significativas da participação feminina, a partir da distribuição salarial masculina, que complementam esta análise.

A tabela 15 apresenta a distribuição feminina, a partir dos referenciais do 1º quartil, mediana e 3º quartil salarial masculino, nos Setores de Atividade que somam 98,3% da ocupação feminina da RMSF.

Tabela 15

**Desigualdade de Rendimento entre os Sexos, por Setores de Atividade.  
Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995.**

	<b>Rendimento do Trabalho</b>				
	<b>HOMENS</b>		<b>MULHERES</b>		
	1989 e 1995 %	(Em Salários Mínimos de 1995*)		1989	1995
		1989	1995	%	%
<b>Indústria de Transformação</b>					
1º Quartil	25,0	5,4 SM	4,0	56,3	30,4
2º Quartil	25,0	9,6 SM	7,1 SM	25,1	47,8
3º Quartil	25,0	16,6 SM	18,5 SM	11,8	19,6
4º Quartil	25,0	Mais de 16,6 SM	Mais de 18,5 SM	6,7	2,2
	<b>100,0</b>			<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Comércio</b>					
1º Quartil	25,0	2,9	2,6	32,4	30,9
2º Quartil	25,0	4,7 SM	3,7 SM	29,7	28,7
3º Quartil	25,0	7,7 SM	6,6 SM	22,6	22,9
4º Quartil	25,0	Mais de 7,7 SM	Mais de 6,6 SM	15,3	17,5
	<b>100,0</b>			<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Serviços</b>					
1º Quartil	25,0	3,9	3,2	37,7	38,5
2º Quartil	25,0	6,7 SM	5,2 SM	22,6	20,0
3º Quartil	25,0	12,9 SM	9,8 SM	21,9	21,1
4º Quartil	25,0	Mais de 12,9 SM	Mais de 9,8 SM	17,8	20,4
	<b>100,0</b>			<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Administração Pública</b>					
1º Quartil	25,0	5,5	3,3	26,5	31,9
2º Quartil	25,0	7,9 SM	6,3 SM	22,0	28,7
3º Quartil	25,0	14,1 SM	11,4 SM	30,0	25,6
4º Quartil	25,0	Mais de 14,1 SM	Mais de 11,4 SM	21,5	13,8
	<b>100,0</b>			<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Rais-Mtb, 1989 e 1995.

\* Salário Mínimo de 1989, deflacionado pelo INPC/IBGE, Base: dezembro/95=1

\* Inclui em julho/94 a inflação em Real de 7,75%.

Em 1989, a maior disparidade entre os sexos, do ponto de vista da distribuição de rendimentos do trabalho encontrava-se no Setor da Indústria de Transformação. De outro lado, a situação de maior equilíbrio estava na Administração Pública. Aliás, era este o

único Setor de Atividade cujo maior percentual da distribuição feminina não encontrava-se concentrado na base da pirâmide salarial masculina mas sim no 3º quartil.

Já em 1995, observa-se que foi exatamente nestes Setores (Indústria e Administração Pública) que alterou-se substancialmente a distribuição feminina.

No caso da Indústria, observa-se uma sensível melhora na situação feminina do estrato pior remunerado que de 56,3% passa a concentrar apenas 30,4% de mulheres ganhando salários até o 1º quartil masculino. No entanto, parece que esta melhora encontra um sério obstáculo na mediana masculina e um claro limite no 3º quartil.

Ou seja, muito embora tenha melhorado a distribuição do rendimento feminino retirando muitas trabalhadoras da base da pirâmide salarial, o percentual de mulheres que auferiam salários maiores do que os auferidos pelo 3º quartil masculino reduziu-se em 67,0%.

Já no caso da Administração Pública nota-se uma piora da condição da remuneração feminina, *vis à vis* a masculina, através do aumento percentual das mulheres que ganham até a mediana masculina que de 48,5% passam a somar 60,6%. Por outro lado, dos 21,5% de trabalhadoras que ganhavam mais do que o terceiro quartil da distribuição salarial masculina ao final dos anos oitenta, em 1995 restavam apenas 13,8%.

O Setor de Serviços, por seu turno, vem sendo nos anos 90, de fundamental importância para a manutenção quantitativa da ocupação feminina no mercado formal de trabalho da RMSP.

Contudo, do ponto de vista do rendimento observa-se uma polarização na distribuição feminina em favor do estrato pior remunerado e, de outro lado, do melhor remunerado que passa a conter 20,4% de mulheres ganhando mais do que o salário auferido pelo 3º quartil masculino.

A comparação entre os rendimentos masculinos e femininos (tabela 16), a que se fez referência como método de análise utilizado por vários estudos do comportamento salarial entre os sexos, parece confirmar a hipótese de que, na década de 90, vem ocorrendo uma reversão qualitativa do trabalho feminino, *vis à vis* a relação de remuneração entre os sexos alcançada ao final dos anos 80, no que diz respeito ao aspecto do rendimento no setor da Administração Pública.

De outro lado, nota-se uma melhora da condição (da remuneração) feminina na Indústria de Transformação, no Comércio e nos Serviços.

Tabela 16

**Diferencial (em %) de Rendimento do Trabalho feminino, por Setores de Atividade. Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995.**

	Administração Pública		Serviços		Comércio		Geral	
	1989	1995	1989	1995	1989	1995	1989	1995
1º Quartil	90,8	84,2	73,7	75,7	89,4	94,3	74,5	79,5
Mediana	99,6	83,3	80,4	79,2	80,9	86,3	73,2	72,9
3º Quartil	96,0	73,3	78,4	88,0	72,5	76,7	69,3	70,7

Fonte: RAIS, 1989 e 1995.

Tal tendência parece indicar uma hipótese de esgotamento do Setor da Administração Pública como um *locus* privilegiado da ocupação feminina uma vez que o aumento da participação de mulheres neste Setor passa a não mais significar a melhoria da condição salarial das mulheres aí inserida, *vis à vis* os trabalhadores homens.

De outro lado, o Setor de Serviços, caracterizado pelo grande crescimento da participação feminina nos anos 90, demonstra um claro processo de polarização no aspecto do rendimento do trabalho feminino, conferindo apenas às mulheres da base e do topo da pirâmide salarial uma maior equidade, em termos de rendimento, *vis á vis* os trabalhadores do sexo masculino.

## **7. O Aspecto da Escolaridade da Mão-de-obra.**

Quanto ao aspecto da escolaridade da parcela feminina da população inserida do mercado de trabalho formal da Região Metropolitana de São Paulo, pode-se dizer, a princípio, que, ao final da década de 1980, 38,9% das mulheres empregadas não haviam concluído o 1º Grau (tabela 17). Para os homens este percentual era bem mais alto, de 58,3%.

Por outro lado, 39,9% da mão-de-obra feminina havia concluído ao menos o 2º Grau ao passo que apenas 22,0% dos homens empregados possuíam tal escolaridade.

Estes números indicam que, de um modo geral, a escolaridade da força de trabalho da RMSP é baixa já que praticamente 60,0% das mulheres e 78,0% dos homens empregados no mercado de trabalho formal não possui a escolaridade mínima de 2º Grau.

Leone (1998), ao analisar a escolaridade dos ocupados da RMSP, a partir dos dados da PNAD, entre 1989 e 1995, concluiu que o perfil de instrução dos trabalhadores está fortemente vinculado ao tipo de ocupação que estes exercem.

Desta forma, as mulheres apresentam uma escolaridade mais elevada porque participam do mercado de trabalho em funções que requerem uma escolaridade mais elevada, *vis à vis* as funções exercidas por homens. De fato, ao analisar a distribuição ocupacional por gênero verifica-se que os homens tem uma presença bem maior nas ocupações relacionadas aos processos produtivos dos setores de Comércio, Serviços, Adm. Pública e da Indústria de Transformação.

Por outro lado, como a taxa de atividade masculina (75,0% em 1989) é bastante elevada em relação à feminina (41,1%), a escolaridade masculina reflete mais fidedignamente a escolaridade da população masculina em idade de trabalhar, o que não ocorre com as mulheres.

Tabela 17

**Distribuição da Escolaridade da Mão-de-Obra.  
Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995.**

Grau de Instrução*	MULHERES		HOMENS	
	1989	1995	1989	1995
<b>Escolaridade &lt; 1º Grau</b>	<b>38,9</b>	<b>27,4</b>	<b>58,3</b>	<b>48,2</b>
ANALFABETO	2,1	1,5	2,9	2,2
4ª SÉRIE INCOMPLETA	7,6	5,5	14,4	10,8
4ª SÉRIE COMPLETA	14,3	9,6	22,9	17,8
8ª SÉRIE INCOMPLETA	14,9	10,8	18,1	17,4
<b>Escolaridade &lt; 2º Grau</b>	<b>21,2</b>	<b>23,6</b>	<b>19,7</b>	<b>23,1</b>
8ª SÉRIE COMPLETA	11,8	14,9	12,8	15,1
2º GRAU INCOMPLETO	9,4	8,7	6,9	8,0
<b>Escolaridade &gt; ou = 2º Grau</b>	<b>39,9</b>	<b>49,0</b>	<b>22,0</b>	<b>28,7</b>
2º GRAU COMPLETO	18,7	24,3	9,2	12,5
SUPERIOR INCOMPLETO	6,1	4,8	4,0	3,9
SUPERIOR COMPLETO	15,1	19,9	8,8	12,3
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

\* Foram excluídos os ignorados

Fonte: Tabulação da RAIS, 1989 e 1995

Analisando o período 1989/95 ainda na tabela 17, verifica-se que a escolaridade dos trabalhadores formais melhorou para ambos os sexos. No entanto, parece que para as mulheres esta melhora foi mais acentuada já que o percentual de mulheres com escolaridade menor do que o 2º Grau apresentou uma redução de 15,1% ao passo que para os homens esta foi de apenas 8,5%.

Isto contrasta com o estudo de Leone (1998), que se refere a toda a população ocupada e constata uma melhora de escolaridade maior para o homem neste mesmo período.

Ou seja, no mercado formal de trabalho a evolução da escolaridade dos trabalhadores na década de 1990 parece indicar, ainda que não conclusivamente, que o "quesito" escolaridade é bem mais relevante para as mulheres do que para os homens na entrada neste mercado.

Ao comparar a escolaridade dos trabalhadores formais e dos ocupados em geral (tabela 18), verifica-se ainda que o papel da escolaridade é mais acentuado no formal, em especial para as mulheres.

Tabela 18

**Distribuição da Escolaridade dos Ocupados (formais e independente do vínculo).  
Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995.**

Gr. de Instrução	FORMAL (RAIS)				TODOS OS OCUPADOS (PNAD)			
	MULHERES		HOMENS		MULHERES		HOMENS	
	1989	1995	1989	1995	1989	1995	1989	1995
< 1º Grau	38,9	27,4	58,3	48,2	51,4	45,2	59,4	51,3
> 1º Grau	61,1	72,6	41,7	51,8	48,6	54,8	40,6	48,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Rais, 1989 e 1995; Leone (1998), p.2361/PNAD.

Tal fato reforça o argumento de que a escolaridade da mulher é maior em função do tipo de ocupação/setor no qual ele consegue se inserir, como por exemplo na Administração Pública.

Para uma maior elaboração desta questão, analisemos separadamente o que ocorreu com o grau de escolaridade das mulheres (e paralelamente dos homens) com emprego formal nos Setores de Atividade que somam a maior parcela do emprego feminino na RMSP, quais sejam, a Indústria de Transformação, o Comércio, os Serviços e a Administração Pública (tabela 19).

Na Indústria de Transformação, nota-se uma distribuição da escolaridade bastante semelhante para homens e mulheres, o que indica que a vantagem feminina na escolaridade do mercado formal de trabalho não se situa neste Setor de Atividade.

No entanto, verifica-se um aumento proporcionalmente maior das mulheres (em relação aos homens) com escolaridade superior ao 2º grau e uma redução também maior da proporção de mulheres com menos do que o 1º Grau na Indústria, o que indica que a redução absoluta de 30,0% das trabalhadoras deste Setor ocorrida na primeira metade da década de 90, mais do que para os homens, obedeceu ao critério da escolaridade.

Tabela 19

**Distribuição da Escolaridade da Mão-de-obra.  
Região Metropolitana de São Paulo, 1989 e 1995.**

Grau de Instrução*	MULHERES		HOMENS	
	1989	1995	1989	1995
<b>Indústria de Transformação</b>				
< 1º Grau	60,6	47,7	63,6	51,9
> 1º Grau e < 2º Grau	22,0	27,5	19,4	25,9
> 2º Grau	17,4	24,8	17,0	22,2
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Administração Pública</b>				
< 1º Grau	14,6	6,1	27,2	14,1
> 1º Grau e < 2º Grau	12,7	16,5	25,4	18,2
> 2º Grau	72,7	77,4	47,4	67,7
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Serviços</b>				
< 1º Grau	38,5	32,3	55,8	47,4
> 1º Grau e < 2º Grau	23,4	23,0	19,3	21,6
> 2º Grau	38,1	44,7	24,9	31,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Comércio</b>				
< 1º Grau	46,5	33,2	61,2	51,1
> 1º Grau e < 2º Grau	33,5	38,0	24,4	31,2
> 2º Grau	20,0	28,8	14,4	17,7
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

\* excluídos os ignorados

Fonte: RAIS, 1989 e 1995

Na Administração Pública, dos 61,2% das mulheres que encontravam-se inseridas neste Setor, em 1989, 72,7% possuíam, pelo menos, o 2º Grau completo.

Comparando-se com a distribuição masculina na mesma data verifica-se um percentual bem menor de homens, *vis à vis* as mulheres, neste estrato (47,4%).

À metade da década de 1990 nota-se uma aproximação da distribuição masculina em relação à feminina.

Duas considerações podem ser abstraídas destes dados. A primeira delas é que o fator principal da melhor escolaridade feminina no mercado de trabalho formal parece dever-se

ao peso da Administração Pública no emprego feminino que exige maior escolaridade do que a Indústria, onde o homem tem maior concentração. A segunda indicação a que os dados remetem é que nos anos 90, o aumento da concentração masculina, sobretudo no grupo ocupacional relativo a juristas, professores e membros superiores dos três poderes (grupo 1: tabela 12), fez com que a distribuição da escolaridade masculina na Administração Pública se aproximasse da feminina.

O Setor de Serviços, como visto anteriormente, apresentou uma considerável elevação de seu peso na ocupação formal da Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90. Esta foi acompanhada de um aumento da participação feminina (de 36,8% para 40,8%) no mesmo período.

Verificou-se ainda, através da análise dos conteúdos ocupacionais (tabela 11) que as mulheres concentram-se, de forma crescente no período 1989/95 no grupo relacionado a serviços de higiene e beleza, manutenção e conservação, segurança e assemelhados (grupo 5).

Contudo, a escolaridade feminina aumentou em favor do topo da pirâmide educacional do Setor, já que o percentual de trabalhadoras com escolaridade entre o 1º e o 2º Grau praticamente não se alterou.

Em parte isto pode ser explicado pelo aumento da participação feminina no grupo 1 (professoras e juristas, basicamente), ocupação que requer um grau de escolaridade maior. No entanto, é possível arriscar também que, no interior do grupo 5 as mulheres estariam se incorporando em ocupações com maior exigência de escolaridade do que os homens, como por exemplo, auxiliares de enfermagem, especialistas em tratamento de beleza, agentes de viagens<sup>66</sup>.

Por fim, o Setor de Comércio apresentou um crescimento na participação feminina de 6,0%, tendo passado de 33,1% em 1989 para 35,4% em 1995.

Este aumento da proporcionalidade feminina, entre outras causas, foi produto de uma inserção novas trabalhadoras neste segmento do mercado de trabalho.

---

<sup>66</sup> No caso dos homens a inserção estaria se dando sob as ocupações de vigias, faxineiros, camareiros. No entanto trata-se por hora, apenas de uma hipótese.

No entanto, o movimento de entrada destas trabalhadoras, assim como nos demais Setores de Atividade, esteve fortemente marcado por uma configuração específica quanto ao perfil educacional do fluxo de mão-de-obra. Ou seja, houve uma redistribuição em favor dos estratos de escolaridade mais elevada.

Com isto, a distribuição da escolaridade feminina do Setor de Comércio, que se assemelhava à da Indústria de Transformação principalmente no topo da pirâmide educacional (mais do que 2º grau), tendeu, nos anos 90 a se aproximar do Setor de Serviços, sobretudo na base da pirâmide.

Diferentemente dos Serviços (tabela 11), em que houve um ganho de peso do grupo 1 e, no grupo 5, onde, muito provavelmente, as mulheres puderam se inserir em ocupações de maior exigência de escolaridade, as trabalhadoras do Comércio (tabela 10) continuaram concentradas nas ocupações administrativas e de vendas que juntas somavam em 1995 mais de 80,0% das ocupadas do Setor.

No caso dos homens, a explicação para a maior concentração no estrato com menos do que o 1º Grau poderia residir no maior peso destes nas ocupações operacionais de menor exigência de escolaridade (grupo 7/8/9).

No entanto, observando-se mais atentamente a tabela 10, verifica-se que o pessoal masculino com baixa escolaridade no Setor de Comércio (51,1% em 1995) é bem maior do que a proporção masculina nestas ocupações (29,5%).

A concentração masculina neste Setor nos anos 90, por seu turno, deu-se sobre os mesmos grupos ocupacionais em que se observou uma concentração feminina. Mas, para as mulheres a escolaridade na base da pirâmide educacional aumentou muito mais do que para os homens já que apenas 33,2% das trabalhadoras passaram em 1995 a possuir escolaridade menor do que o 1º Grau.

Isto parece confirmar o fato de que para as mulheres, mais do que para os homens, o grau de escolaridade é um fator a cada dia mais determinante para a entrada no mercado de trabalho formal da Região Metropolitana de São Paulo, ainda que o conteúdo ocupacional não requeira maiores exigências do ponto de vista educacional.

## **8. A Disparidade Inter-regional da Inserção da Mão-de-obra Feminina entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife.**

Nos anos 90 tem sido observada a presença de importantes diferenças na evolução da ocupação entre regiões metropolitanas brasileiras, como na comparação entre São Paulo e Recife. Para poder analisar algumas destas diferenças destaca-se, porém, uma consideração metodológica:

*"(...) deve-se esclarecer que, embora a RAIS tenha atingido níveis de cobertura superiores a 90,0% ao longo desta década (anos 90), ainda apresenta elevadas concentrações de sub-declaração geográfica, notadamente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, (...)" (ARIAS, 1998:03).*

Dada esta consideração limitar-se-á este trabalho em apresentar um quadro comparativo entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife no ano de 1995.

### **8.1 A Disparidade Setorial, Ocupacional e na Participação Feminina:**

A estrutura setorial do emprego feminino da Região Metropolitana de Recife à metade da década de 1990 assemelhava-se bastante à estrutura da RMSP. Ou seja, os Setores de Serviços, Administração Pública, Comércio e Administração Pública representavam, em conjunto, 95,5% do emprego formal feminino de Recife.

No entanto, a ordem de relevância destes Setores de Atividade diferiam nas duas regiões devido à pouca importância da Indústria de Transformação em Recife. Deste modo, o Setor de Serviços apresenta-se como o de maior relevância (39,0%), seguido da Administração Pública (36,7%), do Comércio (11,0%) e, por fim, da Indústria de Transformação que representava 8,8% da ocupação feminina (tabela 20).

Tabela 20

**Participação e Distribuição\* do Emprego Feminino, por Setores de Atividade.  
Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife, 1995.**

	Participação		Distribuição	
	SÃO PAULO	RECIFE	SÃO PAULO	RECIFE
Indústria de Transformação	27,9	22,9	19,2	8,8
Comércio	35,4	33,9	10,7	11,0
Serviços	40,8	39,0	35,7	39,0
Administração Pública	64,5	57,3	32,7	36,7
<b>TOTAL</b>	<b>41,4</b>	<b>40,7</b>	<b>98,3</b>	<b>95,5</b>

Fonte: RAIS\_Mtb, 1995.

\* Em %.

A participação feminina no mercado de trabalho formal da região de Recife nestes Setores é menor comparativamente a São Paulo, sendo que o maior diferencial se dá no Setor da Administração Pública e a maior equiparação nos Serviços.

Contudo, as diferenças Setoriais ou da participação feminina entre as duas regiões, embora significativas, não configuram a maior disparidade inter-regional em termos da ocupação feminina. Esta localiza-se na distribuição ocupacional das duas regiões.

Observa-se na tabela 21 que, enquanto os grupos ocupacionais de maior relevância para o emprego formal feminino da Região Metropolitana de São Paulo em 1995 eram os grupos relacionados aos serviços administrativos (grupo 3), professores e juristas (grupo 1), serviços de conservação, manutenção, higiene e beleza e auxílio da área médica (grupo 5) e, finalmente ocupações relacionadas diretamente aos processos produtivos (grupo 7/8/9), na Região de Recife, são os grupos dos serviços administrativos (grupo 3) e os cargos superiores dos três poderes (grupo 2), os mais representativos para a ocupação feminina. Seguido a estes grupos estão, nesta ordem, o grupo dos serviços de conservação, manutenção, higiene e beleza e auxílio da área médica (grupo 5), o grupo dos professores e juristas (grupo 1) e o grupo das ocupações relacionadas diretamente aos processos produtivos (grupo 7/8/9).

Tabela 21

**Participação e Distribuição\* Ocupacional Feminina.  
Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife, 1995**

	Participação		Distribuição	
	SÃO PAULO	RECIFE	SÃO PAULO	RECIFE
<b>GR GRUPO 0</b>	<b>33,0</b>	<b>47,1</b>	<b>5,1</b>	<b>6,6</b>
<b>GR GRUPO 1</b>	<b>71,1</b>	<b>71,4</b>	<b>22,1</b>	<b>9,8</b>
Ind., Serv. & Com.	56,8	61,7	4,1	4,9
Adm. Pública	75,4	84,8	18,0	4,8
<b>GR GRUPO 2</b>	<b>25,1</b>	<b>60,3</b>	<b>1,6</b>	<b>24,1</b>
Ind., Serv. & Com.	23,3	28,7	1,3	1,3
Adm. Pública	35,7	64,3	0,3	22,9
<b>GR GRUPO 3</b>	<b>52,1</b>	<b>44,9</b>	<b>32,4</b>	<b>27,5</b>
Ind., Serv. & Com.	48,5	44,6	23,4	21,2
Adm. Pública	64,8	46,1	9,0	6,3
<b>GR GRUPO 4</b>	<b>35,6</b>	<b>34,3</b>	<b>5,9</b>	<b>5,6</b>
<b>GR GRUPO 5</b>	<b>46,4</b>	<b>38,2</b>	<b>18,7</b>	<b>17,2</b>
Ind., Serv. & Com.	44,5	38,8	14,8	15,5
Adm. Pública	55,2	33,1	3,9	1,7
<b>GR GRUPO 6</b>	<b>7,7</b>	<b>6,8</b>	<b>0,0</b>	<b>0,2</b>
<b>GR GRUPO 7/8/9</b>	<b>20,5</b>	<b>17,3</b>	<b>14,1</b>	<b>9,0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>41,4</b>	<b>40,7</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Rais\_Mtb, 1995.

\* Valores em %.

Comparativamente a São Paulo, a ocupação de professores tem bem menos importância para o emprego formal feminino da RMR. Por outro lado, enquanto os cargos superiores dos três poderes são destinados a apenas 1,0% da mão-de-obra feminina na Administração Pública da RMSP, em Recife tais ocupações representam 22,9% do emprego feminino deste Setor de Atividade.

A desagregação da participação feminina (tabela 21), por grupos ocupacionais, permite ainda verificar que a menor participação feminina no Setor da Administração Pública de Recife frente à Região de São Paulo deve-se aos grupos ocupacionais dos serviços administrativos (grupo 3) e dos serviços de conservação, limpeza, higiene e beleza, segurança e auxílio da área médica (grupo 5), já que nas ocupações de professores e membros superiores dos três poderes, a participação feminina de Recife supera a da RMSP.

Ou seja, enquanto na RMSP apenas 35,7% das mulheres empregadas na Administração Pública ocupam cargos de maior prestígio dentro do Setor, em Recife este percentual é

de 64,3%. Já no caso das ocupações de professores do ensino público (grupo 1), as mulheres tem uma participação de 84,8% em Recife e 75,4% na região de São Paulo.

No grupo ocupacional referente aos serviços de conservação, limpeza, higiene e beleza, segurança e auxílio da área médica (grupo 5) a participação feminina é bem menor na RMR, sobretudo no Setor da Administração Pública.

Sinteticamente pode-se dizer que parece existir uma disparidade bastante significativa entre as Regiões Metropolitanas de Recife e São Paulo quanto: (I) a composição setorial, (II) a composição ocupacional e (III) a participação do emprego feminino.

Do ponto de vista da composição setorial, a disparidade deve-se, por um lado à maior importância dos Setores de Serviços e da Administração Pública em Recife e por outro ao maior peso da Indústria de Transformação na Região de São Paulo.

Quanto à composição ocupacional e a participação feminina, a disparidade inter-regional deve-se ao Setor da Administração Pública. É interessante observar que a participação feminina na Região Metropolitana de Recife só não se distancia ainda mais da de São Paulo dada a elevada participação feminina nas ocupações de professoras e membros dos três poderes.

## **8.2 O Diferencial de Remuneração das Trabalhadoras:**

A observação das medidas salariais das trabalhadoras formais da Região Metropolitana de Recife, apresentadas na tabela 22, deixa claro que a disparidade inter-regional do trabalho feminino formal vai além dos parâmetros setoriais, ocupacionais ou da participação feminina, atingindo também a esfera da remuneração do trabalho.

Tabela 22

**Desigualdade de Rendimento do Emprego Feminino,  
por Setores de Atividade,  
Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife, 1995.**

	<b>Rendimento do Trabalho</b> (Em Salários Mínimos de 1995*)	<b>Diferencial</b> <b>Inter-Regional (%)</b>
<b>Indústria de Transformação</b>		
	<b>São Paulo</b>	<b>Recife x São Paulo</b>
1º Quartil	2,8 SM	50,0
2º Quartil	3,9 SM	59,0
3º Quartil	6,6 SM	53,0
<b>Comércio</b>		
1º Quartil	2,5 SM	68,0
2º Quartil	3,2 SM	65,6
3º Quartil	5,0 SM	68,0
<b>Serviços</b>		
1º Quartil	2,4 SM	62,5
2º Quartil	4,2 SM	61,9
3º Quartil	8,6 SM	64,0
<b>Administração Pública</b>		
1º Quartil	2,8 SM	82,1
2º Quartil	5,2 SM	75,0
3º Quartil	8,4 SM	79,8

Fonte: Rais-Mtb, 1995.

\* Salário Mínimo de 1995

Neste sentido, nota-se que as mulheres empregadas pelo mercado de trabalho formal da Região Metropolitana de Recife recebem salários substancialmente menores do que as da RMSP.

A Indústria de Transformação é o Setor de Atividade que apresenta a pior relação salarial sendo que as mulheres deste Setor recebem cerca de 50,0% do salário pago na RMSP. De outro lado fica o Setor da Administração Pública onde a relação salarial inter-regional é mais equilibrada.

Neste Setor as trabalhadoras de Recife, mesmo estando em ocupações relativas a membros superiores dos três poderes, recebem cerca de 80,0% das trabalhadoras de São Paulo.

Nos Setores de Comércio e Serviços igualmente persiste um diferencial salarial inter-regional que oscila entre 32,0% e 38,1% em favor da RMSP.

### 8.3 O Diferencial da Escolaridade:

A escolaridade da mão-de-obra feminina inserida no mercado de trabalho formal da Região Metropolitana de Recife é mais elevada do que na RMSP, conforme mostra a tabela 23.

Tabela 23  
**Escolaridade da Mão-de-Obra Feminina.  
Regiões Metropolitanas de Recife e São Paulo, 1995.**

<b>Grau de Instrução*</b>	<b>São Paulo</b>	<b>Recife</b>
< 1º Grau	27,4	25,3
> 1o Grau e < 2º Grau	23,6	21,7
> ou = 2º Grau	49,0	53,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

\* Foram excluídos os ignorados

Fonte: Tabulação da RAIS, 1989 e 1995

O Setor de Comércio é o que detém o maior diferencial em relação à RMSP já que 57,4% das trabalhadoras deste Setor possuem, no mínimo o segundo grau completo e apenas 13,3% tem menos do que o 1º grau (na RMSP apenas 28,8% das trabalhadoras do Comércio possuem escolaridade maior do que o 2º grau e 33,2% não possuem o 1º grau).

Em seguida vem o Setor de Serviços, onde 62,7% das mulheres aí inseridas tem escolaridade maior do que o 2º grau (em São Paulo são apenas 44,7% das trabalhadoras que detém escolaridade semelhante).

Na Indústria de Transformação da RMR, onde as trabalhadoras ganham cerca de 50,0% menos do que na RMSP, a escolaridade também é ligeiramente mais elevada sendo que 28,9% das mulheres tem escolaridade maior do que o 2º grau.

A Administração Pública, por fim, constitui o único Setor de Atividade da RMR em que a escolaridade feminina é pior em relação à RMSP. Neste Setor, 28,7% das mulheres tem menos do que o 1º grau (em São Paulo apenas 6,1% tem esta mesma escolaridade), 24,1% tem entre o 1º grau completo e o 2º incompleto e apenas 47,2% tem mais do que o 2º grau contra 77,4% na Região Metropolitana de São Paulo.

## ***Considerações finais***

A economia brasileira vem registrando significativas transformações nos anos 90, período que marca a consolidação de uma segunda década perdida. O desempenho geral da economia nacional atua direta e indiretamente sobre as formas de inserção da População Economicamente Ativa.

A continuidade do crescimento da atividade feminina se contrapõe aos sinais de esgotamento na absorção deste tipo específico de mão-de-obra, lançando na categoria de 'desempregadas' uma proporção crescente da PEA feminina.

Por outro lado, as inserções formais e regulamentadas no mercado de trabalho passam, antes mesmo de terem se tomado realidade 'presente' para muitas mulheres, a soar como 'coisas de um passado' nem tão distante mas, a meu juízo, já profundamente saudoso. Proliferam-se a informalidade e os sinais de precarização do trabalho feminino.

Procurando tecer algumas considerações a respeito do comportamento do emprego feminino no mercado de trabalho formal na Região Metropolitana de São Paulo, pode-se dizer que o aumento das inserções formais no Comércio, nos Serviços e na Administração Pública ao longo da primeira metade dos anos 90 compensou a diminuição do emprego na Indústria de Transformação de modo que no total, o emprego formal feminino praticamente não se alterou entre 1989 e 1995. Já o emprego masculino, que tem uma participação maior justamente na Indústria, teve uma redução significativa neste mesmo período.

Deste modo consolidou-se a ocupação feminina da RMSF primordialmente sobre os setores de Serviços, seguido da Administração Pública, Indústria e, por fim, Comércio. Estes Setores de Atividade passaram a responder portanto por 98,3% do emprego feminino formal da RMSF e 93,1% do total da ocupação.

As mudanças ocorridas na estrutura Setorial do emprego formal alterou a composição das ocupações, reduzindo a parcela correspondente aos trabalhos operários na produção de bens, bem como das profissões científicas e técnicas.

Por outro lado, vem aumentando a participação de uma variada gama de ocupações na prestação de diversos tipos de serviços, desde os que exigem um elevado grau de escolaridade até os conteúdos ocupacionais praticamente servis que não requerem qualquer qualificação.

A eliminação de empregos masculinos foi mais intensa nas ocupações operárias da produção de bens. Isto fez com que aumentasse a importância relativa dos empregos formais masculinos em funções de administração, vendas e prestação de serviços.

Já no caso das mulheres, o crescimento, de um lado dos serviços de conservação, limpeza, manutenção, higiene e embelezamento e de outro, das ocupações de gerência e diretoria, foi acompanhado de uma relativa perda de importância, na composição do emprego feminino, das funções administrativas.

Neste sentido nota-se a ocorrência de um processo de concentração da mão-de-obra feminina e masculina sobre os mesmos grupos ocupacionais, sendo que a concentração parece maior para os homens do que para as mulheres.

No entanto, cabe mencionar que tanto para as mulheres quanto para os homens, as ocupações intermediárias da hierarquia ocupacional, notoriamente de cunho burocrático e de supervisão tais como chefes intermediários, administrativos, de contabilidade e finanças, secretários, datilógrafos, trabalhadores de contabilidade, operadores de máquinas contábeis, de calcular e de processamento de dados, perdem significativa importância no período, movimento este bastante sintomático dos processos em curso de enxugamento de níveis hierárquicos e de informatização dos procedimentos burocráticos das empresas.

A participação feminina no mercado de trabalho formal continuou crescendo nas atividades em que houve absorção de mão-de-obra ao longo da década de 1990, tais como ensino, serviços administrativos, ocupações de serventia, manutenção e conservação de imóveis (públicos e privados), higiene e embelezamento, vendas e, por fim em cargos de gerência e diretoria empresarial. Tal fato permite afirmar que o trabalho da mulher foi beneficiado, comparativamente ao do homem, pelos novos empregos formais declarados ao Ministério do Trabalho neste período.

O aumento da participação feminina no emprego formal, contudo, deve-se principalmente à redução do emprego formal masculino pois o número de mulheres com emprego formal na RMSPP praticamente não aumentou na década de 1990. Ou seja, o aumento da participação feminina nos Setores de Atividade em que houve aumento do emprego formal na década de 1990 apenas compensou a diminuição do emprego feminino em outros Setores, não tendo havido tal compensação no caso dos homens.

Estas mudanças na composição do emprego formal feminino foram acompanhadas de uma aproximação dos rendimentos entre homens e mulheres. Não obstante, os rendimentos do emprego masculino continuaram maiores do que o feminino. Assim, existe (em 1995) um percentual muito maior do que 25,0% de mulheres que percebem rendimentos menores ou igual ao 1º quartil dos rendimentos masculinos.

No entanto, a mediana dos salários dos homens, entre 1989 e 1995 caiu de 7,7 salários mínimos (12/95) para 5,7 SM. A proporção de trabalhadoras ganhando mais que a mediana do salário dos homens, por seu turno, aumentou. Ou seja, a mediana do salário das mulheres não caiu tanto quanto a dos homens.

Por traz desta aproximação dos rendimentos masculinos e femininos no emprego formal encontra-se uma profunda modificação na composição setorial do emprego formal feminino. Em 1989 e 1995, os setores de Prestação de Serviços, Administração Pública e Indústria de Transformação respondem por 88,0% do emprego formal das mulheres, mas enquanto o peso da Indústria de Transformação caiu de 29,0% para 19,2%, o dos serviços e da Administração Pública aumentaram de 31,5% para 35,7% e de 26,9% para 32,9% respectivamente.

Em 1989, comparativamente aos rendimentos dos homens, os rendimentos das mulheres são muito baixos na Indústria de Transformação e relativamente altos na Administração Pública. Portanto, o aumento do peso da Adm. Pública e a redução do peso da Indústria no emprego formal feminino, contribuíram para aproximar os rendimentos de homens e mulheres no emprego formal.

Não obstante, a redução do emprego feminino na Indústria atingiu postos de trabalho pior remunerados aproximando fortemente os rendimentos do emprego dos homens e das mulheres, enquanto na administração Pública ocorreu exatamente o contrário. A forte

absorção da mão-de-obra feminina neste Setor de Atividade deu-se em de postos de trabalho mal remunerados afastando os rendimentos em favor do emprego masculino.

Concomitantemente à aproximação dos rendimentos dos empregos formais masculinos e femininos na década de 1990 verifica-se a manutenção ou mesmo ampliação das diferenças de escolaridade por gênero em favor das mulheres com emprego formal.

A escolaridade da mulher no emprego formal é maior em função do tipo de ocupação/setor de atividade em que ela se insere. A escolaridade de homens e principalmente de mulheres é muito maior na Administração Pública do que em outros Setores e este Setor tem um peso desproporcional e crescente na absorção de mulheres no emprego formal.

Na Indústria de transformação a escolaridade masculina pouco se difere da feminina. É neste Setor principalmente no caso das mulheres, onde encontra-se o pior o perfil educacional do emprego formal.

A escassa exigência de escolaridade é também evidente no emprego formal masculino no setor de Comércio. Neste caso (Comércio), a maior escolaridade feminina reflete, em parte, uma estrutura ocupacional distinta da masculina pois as mulheres neste Setor de Atividade concentram-se nas ocupações administrativas e de vendas enquanto os homens exercem ocupações operacionais de menor exigência de escolaridade.

Não se pode dizer, entretanto, que a escolaridade superior das mulheres no Setor de Comércio deva-se apenas ao tipo de ocupação pois, mesmo nas ocupações administrativas e de vendas persiste o diferencial de escolaridade entre homens e mulheres, o que indica que mais do que para os homens, o grau de escolaridade é um fator que condiciona o acesso das mulheres a este tipo de emprego formal, independentemente das exigências do conteúdo ocupacional.

No Setor de Serviços, o grau de escolaridade das mulheres é também maior do que o dos homens. Neste caso, mais do que no Comércio, a diferença reflete a diversidade de conteúdos ocupacionais. Embora as mulheres concentrem-se de forma crescente nas ocupações de serviços de turismo, hospedagem, serventia e embelezamento, aumentou a participação das mulheres nas ocupações de ensino, que requerem um grau de escolaridade elevado.

Desta forma, pode-se dizer que consolidou-se a escolaridade como "instrumento seletivo" de entrada no mercado formal de trabalho ao longo dos anos 90, mesmo quando se trata de ocupações que não exigem, por seu conteúdo, uma escolaridade elevada.

No entanto, nota-se que tal quesito é bem mais relevante para as mulheres do que para os homens, em parte, em função do tipo de ocupação em que a mulher se insere no mercado formal de trabalho.

Em suma, o emprego formal das mulheres, ao contrário dos homens, não diminuiu ao longo da primeira metade da década de 1990, mas se modificou profundamente em sua composição setorial e por tipo de ocupação, aumentando o peso dos segmentos ocupacionais cujos conteúdos implicam maiores exigência de escolaridade.

Além disto, mesmo em ocupações de conteúdo que não requerem alta escolaridade notam-se maiores exigências de nível educacional no caso do emprego feminino. É neste sentido que pode-se concluir afirmando um esgotamento da mão-de-obra feminina menos escolarizada pelo mercado formal de trabalho. Ao contrário do observado para a totalidade da ocupação feminina, no emprego formal, ampliou-se a diferença de escolaridade em favor das mulheres na primeira metade dos anos 90.

Por fim, a comparação entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Recife revelou a existência de diferenciais inter-regionais marcantes no que compete ao trabalho feminino formal no Brasil.

## **Bibliografia**

- ABREU, A., JORGE, A. e SORJ, B. (1995). "O Setor Informal: Desigualdades de Gênero e Raça". In: Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. Rio de Janeiro.
- AGUIAR, N. (s/d) *A mulher na Força de Trabalho: um balanço de perspectivas*. Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo.
- AMADEO, E. J., SCANDIUZZI, J. C. e Pero, V. (1996) "Ajuste empresarial, empregos e terceirização". *Revista de Economia Política*, v. 16, n. 1.
- ÁRIAS, A. R. (1998) "A Evolução do Emprego Celetista (CLT) na Década, à luz de estimativas compatibilizadas entre a PNAD, a RAIS e o CAGED: Uma proposta metodológica". Brasília, IPEA, mimeo.
- ARRIAGADA, I. (1994) "Transformaciones del trabajo femenino urbano". Santiago de Chile, *Revista de la CEPAL*, n.53, p. 91-110.
- BALTAR, P. (1998) "Emprego e Informalidade das Ocupações Urbanas no Brasil dos anos 90". In: Anais do XI Encontro Regional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambú, MG.
- BALTAR, P. e DEDECCA, C. (1992) "Emprego e Salário nos anos 60 e 70". Texto para Discussão. IE/CESIT/UNICAMP, Campinas.
- BALTAR, P. e DEDECCA, C. (1992) "Notas sobre o Mercado de Trabalho Durante a Industrialização Restringida". Campinas, *Cadernos do CESIT*, UNICAMP.
- BALTAR, P. e HENRIQUE, W. (1994) "Emprego e Renda na Crise Contemporânea no Brasil". *O Mundo do Trabalho*. São Paulo, Editora Página Aberta.
- BALTAR, P. e OLIVEIRA, A. (1996). "Cenários para o Brasil. Relações de Trabalho: atualidades e perspectivas". CESIT/UNICAMP, Campinas, SP.
- BARROS, R. P., JATOBÁ, J. e MENDONÇA, R. (1997) "A Evolução da Participação das Mulheres no Mercado de Trabalho: uma análise da decomposição". In: Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, vol. 1, Rio de Janeiro.
- BARROS, R.P. e MENDONÇA, R. (1997) "A Absorção de Mão-de-Obra no Setor de Serviços". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.40, n.1, p.23-39.
- BARSTED, L. A. L. (1994) "Em Busca do tempo Perdido: Mulher e Políticas Públicas no Brasil 1983- 1993". *Estudos feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ.
- BARSTED, L. A. L. (1994) "Trabalho Feminino e Legislação Trabalhista no Brasil". *Série Seminários*, n. 7/94, IPEA Rio de Janeiro.
- BELLUZZO, L. e COUTINHO, L. (orgs.) (1982). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo, Brasiliense, Vol 1.
- BERQUÓ, E. (s.d.) "Uma queda (cirúrgica) na fecundidade". *Revista Imprensa, O Brasil dos Brasileiros – o país tem uma nova cara – revela o último censo*, (s.l.)p.16-20.
- BORGES e GUIMARÃES (1998). "A Participação da Mulher no Mercado de Trabalho da RMS nos anos 90", Campinas, mimeo.
- BRUMER, A. (1988). "O Sexo da Ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 3, nº 08, out./1988.
- BRUSCHINI, C. (1977) "Mulher e Trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras". *Cadernos de Pesquisa* n. 27, Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

- BRUSCHINI, C. (1994). "O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes". *Seminário Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho*. Rio de Janeiro, maio/94.
- BRUSCHINI, C. (1995) "Trabalho Feminino no Brasil: avaliação dos anos oitenta e perspectivas para o futuro". *Seminário A mulher no mundo do trabalho*, ILDES/FES/ Instituto Latinoamericano de Desenvolvimento Econômico e Social. Atibaia, SP, dez./95.
- BRUSCHINI, C. (1998) "Gênero e Trabalho no Brasil – novas conquistas ou persistência da discriminação". *Seminário Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG e Fundação MacArthur, Campinas, abril/1998.
- BRUSCHINI, C. (1998) "Trabalho das Mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995". *Textos Fundação Carlos Chagas*, nº 17, São Paulo, SP.
- BRUSCHINI, C. e LOMBARDI, M. (1996) "O Trabalho da Mulher Brasileira nos Primeiros Anos da Década de Noventa". In: *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP. Belo Horizonte, MG.
- BRUSCHINI, M.C.A. e ROSEMBERG, F. (orgs.) (1982) *Trabalhadoras do Brasil*. Fundação Carlos Chagas/ Fundação Ford, Ed. Brasiliense, São Paulo.
- BUSTILLO, I. e BARRET, N. S. (1993) "Productividad y trabajo de la mujer en los Estados Unidos". *Revista de la CEPAL*, n.51. Santiago de Chile.
- CARDOSO de MELLO, J.M. (1982). *O Capitalismo Tardio*. Brasiliense, São Paulo.
- CARDOSO de MELLO, J. M. e BELLUZZO (1977). "Reflexões Sobre a Crise Atual". *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, vol 1. Ed. Brasiliense.
- CARNEIRO, R. (1991) *Crise, estagnação e hiperinflação*. T/UNICAMP.
- CARVALHO, J.A.M. e WONG, L.R. (1995) *A Window of Opportunity: Some Demographic and Socioeconomic Implications of Rapid Fertility Decline in Brasil*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG.
- CRAVALHO, M. C. B. 'org' (1995). *A Família Contemporânea em Debate*. Ed. Cortez, São Paulo, SP, 1995.
- CEPAL (1989). *Las Transformaciones de la estructura socio ocupacional de Brasil, 1960-1980, y la crisis social de los años ochenta*. In: *Transformación Ocupacional y Crisis Social en América Latina*, Santiago de Chile, vol. 22, p. 125-158.
- CNDM (s/d) "Trabalho da Mulher: repensando a realidade". Série Mulher & Trabalho vol. 1.
- CNDM (s/d) "Reivindicações na última década". Série Mulher & Trabalho vol. 2.
- CNDM. (s/d) "Legislação Trabalhista: limitações e conquistas". Série Mulher & Trabalho vol. 3.
- CNDM. (s/d) "A Legislação e o Trabalho Feminino". Série Mulher & Trabalho vol. 4.
- COSTA, L. B. (1984) *Participação da Mulher no Mercado de Trabalho*. São Paulo, IPE/USP.
- DAUSTER, T. (1992) "Um Infância de Curta Duração" .In: *Cadernos de Pesquisa – Fundação Carlos Chagas*, n.82, , p. 31-36.
- DEDECCA, C.; BALTAR, P. e ROSANDISKI, E. (1997). "A questão da ocupação urbana no Brasil nos anos 90: uma reflexão a partir dos dados da PNAD". *Nova Economia*, vol. 7, n.1, p. 181-202. Belo Horizonte, MG.
- DEDECCA, C. (1998) "Desregulamentação, Desemprego e Desigualdade", IE/CESIT/UNICAMP, mimeo.
- DEDECCA, C. (1998) "Mercado de Trabalho Não-Agrícola e Categorias Ocupacionais". Campinas, IE/CESIT/UNICAMP, mimeo.

- DEDECCA, C. (1998) "Reorganização Econômica e Mercado de Trabalho no Brasil". Campinas, IE/CESIT/UNICAMP, mimeo.
- DEDECCA, C. S. & ROSANDISKI, E. N. (1998). "Reorganização Econômica, Ocupação e Qualificação". Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia, Anpec. Vitória, 1998.
- DIEESE – PED (1999) *Metodologia Básica da Pesquisa de Emprego e Desemprego*. <http://www.dieese.org.br/ped/pedmet.html>.
- DIEESE (1994) *O Desemprego e as Políticas de Emprego e Renda*. São Paulo, Pesquisa Dieese, n.10.
- DIEESE (1995) *Desigualdade e Concentração de Renda no Brasil*. São Paulo, Pesquisa Dieese, n.11.
- DIEESE (1997) *Equidade de gênero nas Negociações Coletivas – cláusulas relativas ao trabalho da mulher no Brasil*. São Paulo, Pesquisa Dieese, n.13.
- FERREIRA, J. M. N. (s/d) *A Participação da Mulher no Mercado de Trabalho da Grande São Paulo entre 1985 e 1987*. São Paulo, SEADE/DIEESE, PED.
- FIBGE (1994). *Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro.
- FIBGE (1995). *Indicadores Sociais – Uma análise da década de 1980*, Rio de Janeiro.
- FRADER, L. (1997) "Précarité du travail et rapports sociaux de sexe: une perspective historique". *Precarisation sociale, travail et santé*. IRESCO, Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines. Paris, 1997.
- GAZETA MERCANTIL (1998) *Na AL, reformas não criam empregos*. Quarta-feira, 25 de março, p. A-15.
- GOODMAN, W., ANTCZAK, S., FREMANN, L. (1993) "Women and jobs in recessions: 1989-92". *Monthly Labour Review*, vol. 116, n.7.
- HAGA, A. (1986) "A Participação Atual da Mulher no Mercado de Trabalho". São Paulo, *Rev. Fund. SEADE/São Paulo em Perspectiva*, 2(1): 5-16 jan/Jabr.
- HIRATA, H. e HUMPRHEY, J. (1984a). "O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira". *Revista de Economia política*, 16, vol. 4. Out.-dez.
- IPEA (1997) *Mercado de Trabalho. Conjuntura e Análise*, n.5. <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt005b.html>.
- IPEA (1994). *II Seminário Nacional: Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho (IV Conferência Internacional da Mulher, Pequim-1995)*, Série Seminários, n.7.
- JANNUZZI, P. (1995). "As Potencialidades Analíticas da Rais para Estudo sobre a Estrutura do mercado Formal de trabalho". In: Anais do IV Encontro Nacional de estudos do Trabalho. Rio de Janeiro.
- KON, A. (1998) "Perfil Ocupacional do Trabalhador Brasileiro Segundo o Gênero". In: Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambú, MG.
- KON, A (1997) "Reestruturação Produtiva e terceirização no Brasil". *Nova Economia*, vol. 7, n.1, p. 149-178 Belo Horizonte.
- KRAWCZYK, M (1993). "Mujeres en la región – Los grandes cambios". *Revista de la CEPAL*, n.49, p.7-20. Santiago de Chile.
- LARANGEIRA, S.G. e ALMEIDA, M.L. (1997). "Emprego, Desemprego e Precarização. O Mercado de Trabalho nos anos 90 na Região Metropolitana de Porto Alegre". In: Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, vol. 1. Rio de Janeiro.
- LAVINAS, L. e LINHARES, L. (1997). "Mulheres e Trabalho – Lei e Mercado". *Proposta*, n. 72, p. 52- 71 Rio de Janeiro.

- LAVINAS, L. (1995). *Políticas de Gênero e Políticas Sexuadas num Contexto de Reforma do Estado e Redefinição das Políticas Sociais*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPEA.
- LAVINAS, L. (1997) *As Recentes Políticas Públicas de Emprego no Brasil e sua abordagem de Gênero*. Brasília, OIT/MTb, mimeo.
- LAVINAS, L. (1997) "Emprego Feminino: O que Há de Novo e o que se Repete". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.40, n.17.
- LAVINAS, L. (1998) "Evolução do Desemprego Feminino nas Áreas Metropolitanas". In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambú, MG.
- LEONE, E.T. (1996). "Empobrecimento da população e inserção da mulher no mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo na década de 80". *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?*. Campinas, ed. Scritta.
- LEONE, E.T. (1998) *A Expansão do Emprego Feminino na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90*. In: Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambú, MG.
- LEONE, E. T.(1998). "Renda Familiar e Trabalho da Mulher na Região Metropolitana de São Paulo: 1981, 1990 e 1995". *Seminário Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas, SP. Abril/1998.
- LESSA, C. (1983) *Quinze Anos de Política Econômica*. 4 ed., São Paulo, Brasiliense.
- LIMA, R. (1997) "Participação das mulheres no mercado de trabalho: um estudo com base no microdados das PNADs". *Nova Economia*, vol. 7, n.1, p. 203-234, Belo Horizonte, MG.
- MADEIRA, F.R (1993). "Pobreza, Escola e Trabalho – convicções virtuosas, conexões viciosas", *São Paulo em Perspectiva*, 7 (1), p. 70-83.
- MADEIRA, F R (1993). "A Trajetória das Meninas dos Setores Populares: Escola, Trabalho ou... Reclusão", s.l., trabalho elaborado para o UNICEF, mimeo .
- MATTOSO, J. e BALTAR, P. (1996). "Transformações Estruturais e Emprego nos Anos 90". *Seminário Crescimento e Emprego*. Fórum Nacional e Comissão especial de Assuntos Sociais do Senado Federal, DF, setembro/1996.
- MATTOSO, J. e POCHMANN, M. (1995). "Globalização, concorrência e trabalho". In: Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Rio de Janeiro 1995.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO (1989/1995). *RAIS - Relação Anual de Informações Sociais*. Secretaria de Políticas de Emprego e Salário. Brasília, DF.
- MOLINIER, P. (1997). "Psychodynamique du travail et précarisation: la construction défensive de la virilité". *Précarisation sociale, travail et santé*. IRESCO, Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines. Paris, 1997.
- OIT (1995). "Mujeres – Tienen el empleo, reclaman la igualdad". *Trabajo - Revista de la OIT*, mayo, n. 12. Santiago de Chile.
- OIT (1996). "Más y mejores puestos de trabajo para las mujeres". *Trabajo - Revista de la OIT*, septiembre, n. 17. Santiago de Chile.
- OIT (1998). "Mujeres en puestos directivos: Son pocas las elegidas". *Trabajo - Revista de la OIT*, febrero, n. 23. Santiago de Chile.
- PACHECO, C. A. (1996) *Transformações do Mercado de Trabalho Brasileiro entre 1980 e 1995 e Perspectivas Futuras*. Campinas, IPEA/FECAMP/UNICAMP-IE-NEIT, mimeo.
- PAIVA, P.T.A (1997-98) "Fifty Years of Populations Growth and Absorption of Labour in Brasil: from 1950-2000". *Brazilian Journal of Population Studies*, FIBGE/ABEP, vol.1, p. 105-122, Brasília.
- PATARRA, N. (1995) Mudanças na Dinâmica Demográfica In: MONTEIRO, C.A (org.) *Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil*, São Paulo, HUCITEC/NUPENS-USP, p.61-78.

- PENA, MARIA V. (1981) *Mulheres e Trabalhadoras: Presença feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PERRICELLI, R. C. P. (1994) *A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho: Estado de São Paulo, 1985/1990*. São Paulo, PUC/SP.
- PIRES, E.L. (1994) "Sobre Sexo e a Idade do Emprego Assalariado – notas sobre a divisão sexual do trabalho". In: Anais da ABEP, vol 3, p. 409 – 501 Belo Horizonte,.
- POCHMANN, M. (1997) "Traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro". Campinas, IE/CESIT/UNICAMP, mimeo.
- POCHMANN, M. (1998) "O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional". Campinas, IE/CESIT/UNICAMP, mimeo.
- POCHMANN, M. (1998) "Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil". Campinas, IE/CESIT/UNICAMP, mimeo.
- POGGIO, S. Z. (1980) "A Mulher na Força de Trabalho". *Revista Brasileira de Estatística* n.41, julho/setembro, p.379-434. Rio de Janeiro.
- RAMOS, L. e SOARES, A. L. (1994). "Participação da Mulher na Força de Trabalho e Pobreza no Brasil". Textos para Discussão n. 350, IPEA/DIPES, Brasília.
- ROSEMBERG, F., et al. (1990). *Mulher e educação formal no Brasil: Estado da arte e bibliografia*, São Paulo, Reduc/INEP, 1990.
- RUIZ, R. M. (1994) *Estratégia Empresarial e Reestruturação Industrial (1980-1992): um estudo de grupos econômicos selecionados*. T/Mestrado/UNICAMP, Campinas, SP.
- SABOIA, J. (1997) "Mercado de Trabalho no Brasil – Evolução e Tendências Recentes". In: Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, vol. 1, p. 1123-1148, Rio de Janeiro.
- SABÓIA, J. e TOLIPAN, R. (1985). "A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Mercado Formal de Trabalho no Brasil". Texto para discussão n. 67, Rio de Janeiro, IEI/UFRJ.
- SAFFIOTI, H. e VARGAS, M. (orgs.) (1993). *Mulher Brasileira é Assim*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos.
- SALM, C. (1997) "Mão de Obra: Vai ser Difícil Requalificar". Boletim da Conjuntura, v. 17, n.2, p.67-72, Rio e Janeiro.
- SEADLACEK, G. e SANTOS, E. (1991) "A Mulher Cônjuge no Mercado de trabalho como Estratégia de Geração da Renda Familiar". Texto p/ discussão n. 209 IPEA, Rio de Janeiro.
- SEADLACEK, G. (1991). *Estratégia de Sobrevivência da Família Brasileira: Um Estudo da Participação das Esposas*. *Perspectivas da Economia Brasileira - 1992*. IPEA, p. 487-496 Brasília, DF.
- TAVARES, M. C. (1985). *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Ed. da UNICAMP, Campinas, SP.
- TEIXEIRA, A. (1992). "Vinte Anos de Política Econômica (Evolução e Desempenho da Economia Brasileira de 1970 a 1989)". *Cenários e Diagnósticos – A Economia no Brasil e no Mundo*, São Paulo, Fundação SEADE.
- ULSHOEFER, P. (1994). *Igualdad de Oportunidades para las Mujeres en los años 90: Desafios para la Legislación del Trabajo, la Seguridad Social y las Relaciones Laborales*. Santiago de Chile, Oficina Internacional del Trabajo.
- WAJNMAN, S. e RIOS-NETO, E.L.G. (1998). "Quantas Serão as Mulheres – cenários para a atividade feminina". Seminário Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG e Fundação MacArthur, Campinas, abril/98.
- WAJNMAN, S.(1997). "A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro". *Nova Economia*, vol. 7, n.1, p. 123-148, Belo Horizonte, MG.

WAJNMAN, S., QUEIROZ, B.L. e LIBERATO, V.C. (1998) "O Crescimento da Atividade Feminina nos anos Noventa no Brasil". In: Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambú, MG.

ZALUAR, A. (1985) *A Máquina e a Revolta*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.